DENIAN COUTO COELHO

**O MITO DA UNIVERSALIDADE DE ACESSO AO DIREITO
FUNDAMENTAL DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Direito, Faculdades
Integradas do Brasil – UniBrasil.**

**Orientadora: Professora Doutora
Estefânia Maria de Queiroz Barboza**

CURITIBA

2013

“La democracia solo puede subsistir como organización política en la medida en que éste integrada por personas cultas y capaces de formar sus opiniones y no por una tropa de energúmenos, sonámbulos o rinocerontes conducidos entre apagones de información. Una masa de ignorantes jamás alcanzará el privilegio de convivir democráticamente”.

Enrique Haba

SUMÁRIO

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
INTRODUÇÃO	01
1 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988	04
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	04
1.2 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	10
1.3 A RECENTE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	33
2 O DIREITO UNIVERSAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	47
2.1 UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988	47
2.2 A UNIVERSALIDADE DUPLA FACE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ATINENTES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	52
2.3 OS PRINCÍPIOS GARANTIDORES DA UNIVERSALIDADE DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM SENTIDO AMPLO	59
3 O PROBLEMA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE INFORMAR E À INFORMAÇÃO ÀS PESSOAS DE BAIXA RENDA NO BRASIL	66
3.1 A CIDADANIA COMO CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E O (DES)RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	68
3.2 O MITO DA IGUALDADE NO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO	89
3.3 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO AOS EXCLUÍDOS	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	119

RESUMO

Esta dissertação versa sobre o exercício da liberdade de expressão, sobretudo os direitos de informar e de ser informado, pelas classes sociais menos favorecidas. Não obstante a Constituição da República e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consagrem tais direitos como universais e ligados umbilicalmente à democracia, o gozo destes é de fruição seletiva no país. Nesse sentido, o texto trabalha o problema da omissão do Estado na tarefa de concretização dos direitos fundamentais atinentes ao acesso aos meios de comunicação e ao recebimento da informação-notícia de interesse social como construção da cidadania, bem como aponta a comunicação comunitária como uma alternativa mitigadora à não-efetivação da liberdade de expressão em sentido amplo para os excluídos do mercado de consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade de expressão, Direito à informação, Democracia, Direitos Fundamentais, Comunicação comunitária.

ABSTRACT

This dissertation examines the exercise of freedom of expression, particularly the lower social classes' rights to inform and be informed. Despite the Constitution and the jurisprudence of the Supreme Court defining such rights as universal and inextricably linked to democracy, the enjoyment of these is selectively applied in the country. In this sense, the dissertation addresses the problem of the government's failing to ensure the public's fundamental rights relating to access to media and information-receiving regarding news of such social issues as the construction of citizenship and such points of community communication as an alternative mitigating the failure of the broad protection of freedom of expression for those excluded from the consumer market.

KEYWORDS: Freedom of expression, Right to information, Democracy, Fundamental Rights, Communication Community.

INTRODUÇÃO

“Não há democracia sem liberdade de expressão e nem liberdade de expressão sem democracia – e felizmente no Brasil isso já se resolveu.” Se à primeira mirada essa equação (ou sentença) é dada pelo Estado e pela elite econômica como uma premissa verídica, é natural a percepção do senso comum de que, de fato, o poder estatal hoje respeita o pleno direito de dizer, de ouvir, de noticiar, de protestar, de se informar e à informação.

Está-se, todavia, diante de um mito¹, de uma visão romântica e ingênua de um lado, e perigosa, de outro. A falsa existência de pleno gozo dos direitos fundamentais de livre expressão do pensamento para todos os cidadãos constrói um cenário de democracia irreal, arquitetada a partir da ideia de que os veículos de comunicação de massa são livres, pois hoje trabalham a informação sem qualquer censura do poder político.

Necessário firmar que não há aqui uma desvalorização ou um desmerecimento nos avanços atingidos pela sociedade em prol do exercício da imprensa tradicional, seja por conta do amadurecimento democrático da Nação, seja por decisões paradigmáticas do Supremo Tribunal Federal nesse sentido. Muito ao contrário. Tratar a liberdade da mídia como sinônimo de universalidade da liberdade de comunicação é uma imprecisão fática e conceitual.

Entenda-se: se o leme do debate voltar-se ao parco acesso da classe desfavorecida economicamente aos veículos de comunicação de massa para expor suas demandas, se vislumbrada a dificuldade de inclusão cidadã desses indivíduos por problema de apropriação de informações úteis, tanto por impossibilidade de entendimento do que está sendo comunicado quanto por essa notícia simplesmente não

¹ O termo “mito” empregado nesse trabalho segue a definição constante do dicionário Aurélio, como “coisa que não existe na realidade”, ou, como enuncia o dicionário Michaelis, “aquilo que é uma utopia”. Dessa forma, o uso da expressão “mito” afasta-se do modelo mítico desenvolvido na Grécia Antiga e que serviu como base de sua Paideia (educação).

chegar, descortina-se uma realidade cruel: as liberdades de expressão e à informação no Brasil são de fruição seletiva.

Mostrar-se-á nesse trabalho que a desigualdade de tratamento ofertada pelo Estado no que pertine aos referidos direitos, ainda que por omissão, afronta a dignidade da pessoa humana e, daí sim, sem dignidade, sem a efetivação de direitos basilares de primeira dimensão, não há democracia real.

Para melhor entendimento da matéria, o primeiro capítulo dessa dissertação tratará da liberdade de expressão a partir da Constituição da República de 1988, sua contextualização histórica, a configuração constitucional do direito em atento, bem como os conceitos que englobam as liberdades de manifestação, de expressão, de comunicação e de informação. Além da revisão doutrinária da matéria, versar-se-á sobre a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em conexão com os assuntos em discussão.

Costurado o arcabouço teórico, o segundo capítulo dissertará a respeito da universalidade dos direitos fundamentais em geral e da liberdade de expressão, em particular. Essa dupla perspectiva faz com que os direitos sejam considerados tanto como subjetivos/individuais quanto elementos objetivos fundamentais da comunidade, cuja formação envolve a própria dimensão da democracia. Ainda nesse item, sob o bojo da necessidade de universalização, o trabalho discorrerá relativamente aos princípios norteadores da liberdade de expressão.

O problema da efetivação dos direitos fundamentais de liberdade de comunicação e à informação às pessoas de baixa renda no país é o tema do terceiro capítulo. Sob o viés da interdisciplinaridade entre as ciências jurídicas e da comunicação, a discussão será centrada na doutrina da Escola de Frankfurt como entendimento à falha de concretização desse direito fundamental. Os contornos teóricos da cidadania e do direito de igualdade também pontuam a lição exposta para, finalmente, ingressar em um dos possíveis instrumentos de efetivação da liberdade de expressão: a comunicação comunitária².

² Como comunicação comunitária, também denominada comunicação alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, entende-se a forma de

Nessa toada, e no intuito de contribuir ao debate, esta dissertação levanta a hipótese de emprego da Teoria da Justiça de John Rawls como fundamento filosófico para a universalidade do direito à liberdade de expressão. Com o controle dos meios de comunicação de massa nas mãos de poucos e poderosos grupos, o caminho da mídia menor, mas democrática, deve ser perseguido - e referida teoria pode servir de argumento para tanto, ainda que de forma forçosa ao Estado à promoção da igualdade.

A intenção do presente estudo não é outra senão problematizar a questão do mito da universalidade do acesso à liberdade de expressão, e pretende-se defender que se verdadeira não é a frase que abre essa introdução, correto é dizer que quanto maior a liberdade de comunicação, mais democrático é o Estado.

expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização, que busca suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social.

1 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O direito fundamental à liberdade de expressão mereceu tratamento especial no catálogo dos direitos fundamentais da Carta da República de 1988. Positivado como cláusula pétrea no artigo 5º, incisos IV, V, IX, XII e XIV e em capítulo específico nos artigos 220 a 224, os direitos de dizer, de protestar, de opinar, de informar e, por conseguinte, de ser informado, gozam hoje indubitavelmente de um status político valioso, de alta relevância, considerado requisito basilar do regime democrático. O alcance de tal compreensão se deve, em boa monta, ao próprio processo de discussão oportunizado pela redemocratização do país à época e que culminou com o trabalho constituinte.

Ingo Wolfgang SARLET aduz que, não obstante os argumentos que tentaram impugnar a legitimidade do processo constituinte no governo Sarney, “não restam dúvidas de que as eleições livres que resultaram na instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ou Congresso-Constituinte), em 1º de fevereiro de 1987, propiciaram um debate sem precedentes na história nacional sobre o que viria a ser o conteúdo da Constituição vigente, na redação final que lhe deu o Constituinte”³. José Afonso da SILVA, do mesmo modo, argumenta que o Congresso produziu um texto moderno, com inovações importantes para o constitucionalismo brasileiro e até mundial⁴.

Nesse contexto, o direito à livre expressão e a sua derivada liberdade de comunicação ocuparam ponto central da discussão do novo texto constitucional, até porque, sob a vigência da Carta de 1967 e seus Atos Institucionais, houve, como regra, inúmeras afrontas diretas a ambos⁵. SARLET observa, inclusive, que a superação do

³ SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 63.

⁴ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 36 ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 91.

⁵ A chamada Lei de Imprensa retrata com precisão como se deu a produção legislativa antidemocrática da época. A norma, que impunha responsabilidade criminal ao exercício do jornalismo de forma mais gravosa do que ao cidadão comum no que tange à prática dos delitos contra a honra, figurou no ordenamento jurídico nacional até 2009, quando não foi recepcionada pelo

momento histórico ditatorial, marcado pelo autoritarismo e pela perseguição aos direitos individuais e coletivos, serviu para reforçar a importância atribuída aos direitos fundamentais, tal qual ocorrera em Constituições de Estados no pós-guerra e, mais remotamente, na Constituição italiana de 1947 e na Lei Fundamental da Alemanha de 1949. Há de se destacar ainda a Constituição da República de Portugal de 1976 e a Constituição espanhola de 1978, ambas igualmente resultantes da superação de regimes autoritários e que, a exemplo das primeiras, exerceram grande influência sobre o Constituinte de 1988⁶.

Paulo BONAVIDES, relevante sublinhar, entende a Carta vigente no Brasil e os textos de 1934 e de 1946 como pertencentes ao chamado constitucionalismo do Estado social, influenciado pelas Constituições de Weimar e Bonn, em que domina “o ânimo do constituinte de uma vocação política, típica de todo esse período constitucional, de disciplinar no texto fundamental aquela categoria de direitos que assinalam o primado da Sociedade sobre o Estado e o indivíduo ou que fazem do homem o destinatário da norma constitucional”⁷.

Da influência da Carta portuguesa, Edilson FARIAS localiza como orientadora ao constituinte de 1988 a visão abrangente dada à universalidade do direito da livre expressão na norma prescrita daquele país⁸. O autor assevera que a leitura geral do direito fundamental de informar “é um instrumento valioso de participação ativa do cidadão na vida pública e para a formação de um debate democrático estabelecido com base na livre discussão”⁹. O texto da Constituição de 1988, entretanto, ainda que proteja abertamente a liberdade de expressão, não o faz com a mesma clareza (ou redundância) textual de que o de Portugal no que tange à universalidade do direito à informação, o que prejudica a concretização do referido

Supremo Tribunal Federal. O conteúdo desse julgado será tratado com maior vagar nesta dissertação no tópico 1.3 desse capítulo.

⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. *Op. Cit.*, p. 66.

⁷ BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 380.

⁸ Diz textualmente o artigo 37 da Constituição Portuguesa de 1976: Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.

⁹ FARIAS, Edilson. *Liberdade de Expressão e Comunicação*. São Paulo: RT, 2004. p. 164.

direito fundamental às populações alijadas do mercado de consumo, conforme se verá no capítulo 3 desse trabalho. Tal ressalva faz sentido uma vez que, à época da Assembleia Nacional Constituinte, os congressistas, no afã de incluírem no papel as suas aspirações e demandas específicas, não se contentavam com um texto meramente principiológico¹⁰.

Daniel SARMENTO percebe no processo de transição do regime autoritário para a democracia a essência dos dispositivos constantes no texto. A Carta de 1988, por essa razão, é compromissória, sem que haja a cristalização de uma ideologia política pura e ortodoxa¹¹, e programática, por não se contentar em organizar o Estado e a elencar direitos negativos para limitar o poder político. SARLET, da mesma forma, analisa a redação final do texto constitucional como programático, com inspiração nas teorias liberal e social dos direitos fundamentais, e compromissória, já que o constituinte optou por acolher e conciliar posições e reivindicações nem sempre afinadas entre si, resultantes das fortes pressões políticas exercidas pelas diversas tendências no processo Constituinte¹².

Por essa característica, BONAVIDES classifica a Constituição pátria como a de Estado social, visto que em seus dispositivos está presente um entendimento de uma sociedade brasileira concentrada em um pensamento de união e apoio a valores igualitários e humanitários:

A Constituição de 1988 é basicamente em muitas de suas dimensões essenciais uma Constituição do Estado social. Portanto, os problemas constitucionais referentes a relações de poderes e exercício de direitos subjetivos têm que ser examinados e resolvidos à luz dos conceitos derivados daquela modalidade de ordenamento. Uma coisa é a Constituição do Estado liberal, outra a Constituição do Estado social. A primeira é uma Constituição

¹⁰ SARMENTO, Daniel. *Por um constitucionalismo inclusivo: história constitucional brasileira, teoria da constituição e direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

¹¹ A amplitude ideológica da Assembleia Nacional Constituinte se verifica pela própria composição de forças nela albergadas. Dos 559 membros, 487 deputados e 49 senadores haviam sido eleitos no pleito de 1986. Outros 23 senadores eram biônicos (eleitos indiretamente em 1982). O PMDB possuía 306 constituintes, contra 132 do PFL, 38 do PDS, 26 do PDT, 18 do PTB, 16 do PT, 7 do PL, 6 do PDC, 3 do PCB, do PCdoB, 2 do PSB, 1 do PSC e 1 do PMB. Percentualmente, Daniel SARMENTO calculou que a ideologia de centro como majoritária (32%), seguida de centro-direita (24%), centro-esquerda (23%), direita (12%) e esquerda (9%). As tabelas constam da obra acima citada às páginas 85 e 86.

¹² SARLET, Ingo Wolfgang. *Op. Cit.*, p. 65.

antigoverno e antiestado; a segunda uma Constituição de valores refratários ao individualismo no direito e ao absolutismo no poder.¹³

Essa característica democrática é reconhecida por SARMENTO como o “coração” da Constituição, ao lado da prevalência dos direitos fundamentais, duplo fundamento em que se enquadra diretamente a liberdade de expressão:

[A Constituição de 1988] garantiu com vigor as liberdades públicas que são pressupostos diretos para o funcionamento da democracia, como as liberdades de expressão, de associação e o direito à informação. Não há dúvida, portanto, que ela contém todos os elementos que conformam uma poliarquia – ou democracia política (...). Porém, a Constituição não se contentou com isso, propondo-se a democratizar não apenas o regime político, como também a esfera das relações sociais, econômicas e culturais – tarefa muito árdua e complexa.¹⁴

Luís Roberto BARROSO filia-se à mesma tese. Entende a Constituição de 1988 como “o marco zero de um recomeço, onde o povo ingressou na trajetória política brasileira, como protagonista do processo, ao lado da velha aristocracia e da burguesia emergente”.¹⁵ O autor sustenta que, com a Carta, os poderes foram atenuados por fenômenos políticos importantes, como a organização da sociedade, a liberdade de imprensa e a formação de uma opinião pública mais consciente. São, em suma, novos ares políticos e jurídicos, fundados na dignidade da pessoa humana e na revitalização¹⁶.

Paulo Ricardo SCHIER reconhece que a promulgação da Constituição Federal de 1988 levou o país à tentativa de instauração de um novo momento político e jurídico, fundado na democracia, no Estado de Direito, na dignidade da pessoa humana e na revitalização dos direitos fundamentais:

Vivia-se, naquele momento, um sentimento simultâneo de euforia e desconfiança. Euforia tributária das possibilidades e potencialidades trazidas pela nova Lei Fundamental. Mas desconfiança também, fosse por decorrência do papel que o constitucionalismo brasileiro desempenhou no período do regime militar, fosse pela descrença de que haveriam condições

¹³ BONAVIDES, Paulo. *Op. Cit.*, p. 383.

¹⁴ SARMENTO, Daniel. *Op. Cit.*, p. 106.

¹⁵ BARROSO, Luís Roberto. *O começo da história: a nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro*. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/22830878/36505266/name/texto_principios_constitucionais_barroso.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2013.

¹⁶ Idem.

para a plena realização da Constituição, fosse pela ausência de uma teoria constitucional capaz de dar conta de sua efetivação ou por decorrência de algumas críticas que a recém nascida Constituição vinha recebendo de determinados setores da sociedade e dos próprios operadores do Direito.”¹⁷

Apesar de não ignorar eventuais desconfianças, Marcelo CATTONI prefere louvar a saliência do processo constituinte e reputa o texto de 1988 como um marco importantíssimo, “se não for o mais importante de nossa história, de um projeto que transcende ao próprio momento de promulgação da Constituição e que lhe dá sentido, de um projeto que é muito anterior, que vem desenvolvendo, ainda que sujeito a tropeços e atropelos. Há muito tempo”¹⁸.

Nessa toada, e sob a ótica acima transcrita de BARROSO, a opção pela proteção à liberdade de imprensa¹⁹ está incorporada aos textos constitucionais de países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai, Peru, Venezuela, El Salvador e Guatemala, além do Brasil. Embora cada Estado possua a sua particularidade, Claudio Alberto SCHIFER e Ricardo Antonio PORTO ensinam que é comum em todos os textos a compreensão de que o direito humano à liberdade de expressão atinge a todos, inclusive os que venham a necessitar do uso do direito de resposta.²⁰

Há de se exaltar, igualmente, que, desde a promulgação da Constituição de 1988, como bem sustenta SARMENTO, o Brasil tem vivido um período de normalidade institucional, sem golpes ou quarteladas²¹. Isso, porém, não significa que o Estado Democrático e Social de Direito imaginado pelos congressistas constituintes esteja resolvido. Ao contrário. Direitos fundamentais dos mais mezinhas, como o

¹⁷ SCHIER, Paulo Ricardo. Novos Desafios da Filtragem Constitucional no Momento do Neoconstitucionalismo. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, no. 4, outubro/novembro/dezembro, 2005. Disponível na Internet: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 11 de jul. 2013.

¹⁸ CATTONI, Marcelo. *O projeto constituinte de um Estado Democrático de Direito*: por um exercício de patriotismo constitucional no marco da Teoria discursiva do direito e do Estado democrático de direito de Jurgen Habermas. In: SAMPAIO, José Adércio Leite (Coordenador). Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 142.

¹⁹ No item seguinte desse capítulo, esse trabalho tratará da questão conceitual entre liberdade de expressão, de informação e de imprensa.

²⁰ SCHIFER, Claudio Alberto; PORTO, Ricardo Antonio. *Libertad de expresión y derecho a la información en las constituciones de América*. Buenos Aires: Educa, 2010, p. 41.

²¹ SARMENTO, Daniel. *Op. Cit*, p. 117.

do estudo em tela desse trabalho, ainda não são atendidos, principalmente à “ralé brasileira”²².

Estefânia Maria de Queiroz BARBOZA lembra com precisão que o conteúdo político constante da Lei Magna carrega em si próprio os compromissos com a melhoria de vida da sociedade brasileira, com a realização da justiça social, com a diminuição das desigualdades existentes e erradicação da pobreza²³.

SARMENTO também admite que não há como ignorar os problemas e déficits do constitucionalismo brasileiro. Eneida Desiree SALGADO, no mesmo sentido, afirma que a Carta de 1988 “traz um texto construído pelas demandas sociais, pela colaboração dos intelectuais, pela participação popular e pelas discussões da Assembleia Nacional Constituinte. O seu projeto democrático, fruto de distintas ideologias e diferentes interesses da sociedade brasileira, é positivado timidamente, mas com toda a força normativa necessária para se fazer realizar”.²⁴

Clèmerson Merlin CLÈVE vai além. Diz que sociedades plurais, abertas, complexas e democráticas, como é o caso do Brasil, reclamam um direito constitucional distinto daquele experimentado até aqui, “um direito constitucional que, no universo da prática democrática, realizada no contexto do espaço público, afirma apenas o papel necessário do Estado para a realização do compromisso com as

²² No livro *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*, o sociólogo Jessé Souza vai além da visão economicista para explicar a desigualdade social brasileira. O autor revela que a ralé não se resume ao pobre, cuja pobreza se vê ocasionada estritamente pela carência de recursos financeiros. Tratou-se, em outras palavras, de uma investigação sobre o cidadão que nasceu “sem ‘o bilhete premiado’ de pertencer às classes média e alta” e os reflexos do que isso representa. Souza refuta a visão da sociologia mais conservadora, de que “ao invés da oposição clássica entre trabalhadores e burgueses, o que temos aqui, numa sociedade periféricamente moderna como a brasileira, como nosso “conflito central”, tanto social quanto político e que subordina em importância todos os demais, é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais que são, ainda que diferencialmente, incluídas”. Embora na obra não haja um capítulo específico sobre a liberdade de expressão da *ralé*, fica claro, tanto na análise mais teórica operada no texto quanto aos casos concretos em estudo, que se analisa uma camada da população onde a informação é considerada irrelevante, onde dela nada se extrai, se compreende ou aproveita-se. Da ralé pouco se permite usar, inclusive, de seu direito de informar. In: SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

²³ BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. *Jurisdição constitucional: entre constitucionalismo e democracia*. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 148.

²⁴ SALGADO, Eneida Desiree. *Constituição e democracia: tijolo por tijolo em um desenho (quase) lógico; vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 10.

promessas constitucionais, sem descurar da função da sociedade formada por cidadãos livres e autônomos, capazes de decidir, no contexto da disputabilidade constitucional, o que é melhor para si”.²⁵

Por fim, e sob o compromisso alertado por CLÈVE do respeito aos mandamentos constantes da Carta da República, a leitura da liberdade de expressão em sentido ampliado como direito fundamental, revisitados seus parâmetros e conceitos jurisprudenciais e doutrinários, com o seu exercício compreendido como elementar para a dignidade da pessoa humana, é fundamental para que esse seja concretizado verdadeiramente.

1.2 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Conforme já explicitado, o constituinte reservou aos direitos fundamentais posição de merecido destaque na Carta de 1988. SARLET vê como inovação mais significativa da Lei Maior, em comparação com o texto anterior, o fato de o parágrafo 1º do artigo 5º definir os direitos e garantias fundamentais como de aplicabilidade imediata, excluindo-se, em princípio, o cunho programático desses preceitos.²⁶ Além disso, a inclusão destes no rol das cláusulas pétreas da Constituição revela o interesse de “proteção eterna” designada pelo legislador originário – e aí se enquadra a liberdade de expressão.

A lição de José Afonso da SILVA servirá como marco teórico norteador para melhor compreensão deste trabalho: a liberdade de expressão é gênero que abarca as liberdades (i) de comunicação, (ii) de religião, (iii) de expressão intelectual, artística, científica e cultural e (iv) de transmissão e recepção do conhecimento. Destas, a que interessa a este estudo - a liberdade de comunicação – é explicada como “um conjunto de direitos, formas, processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação. É o

²⁵ CLÈVE, Clèmerson Merlin. *Direito constitucional, novos paradigmas, constituição global e processos de integração*. Constituição e Democracia—Estudos em homenagem à Paulo Bonavides, Francisco Gérson Marques de Lima e Fayaga Silveira Bedê (org.). São Paulo: Malheiros, 2006.

²⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. *Op. Cit.*, p. 66.

que se extrai dos incisos IV, V, IX, XII e XIV do art. 5º combinados com os arts. 220 a 224 da Constituição”²⁷.

Conceitualmente, a liberdade de comunicação se subdivide em (i) liberdade de manifestação do pensamento, (ii) liberdade de informação em geral, (iii) liberdade de informação jornalística e (iv) meios de comunicação.

De acordo com SILVA, por liberdade de manifestação do pensamento, entende-se, de um modo geral, a exteriorização daquilo que se pensa, seja por meio de um diálogo, de uma manifestação oral, de uma obra escrita, de uma correspondência de qualquer natureza. Tal direito possui o seu ônus, o da autoria, visto que a Constituição veda o anonimato.

A liberdade de informação em geral, a seu turno, não se confunde com o direito à informação. O autor a classifica como “a procura, o acesso, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada qual pelos abusos que cometer. O acesso de todos à informação é um direito individual consignado na Constituição, que também resguarda o sigilo à fonte, quando necessário ao exercício profissional (art. 5, XIV)”²⁸.

Já quanto à liberdade de informação jornalística, esta concentra a liberdade de informar e é nela, ou por intermédio dela, que se realiza o direito coletivo à informação:

A liberdade de informação não é simplesmente a liberdade do dono da empresa jornalística ou do jornalista. A liberdade destes é reflexa no sentido de que ela só existe e se justifica na medida do direito dos indivíduos a uma informação correta e imparcial. A liberdade dominante é a de ser informado, a de ter acesso às fontes de informação, a de obtê-la. O dono da empresa e o jornalista têm um direito fundamental de exercer sua atividade, sua missão, mas especialmente têm um dever. Reconhece-se-lhes o direito de informar ao público os acontecimentos e ideias, mas sobre ele incide o dever de informar à coletividade de tais acontecimentos e ideias, objetivamente, sem alterar-lhes a verdade ou esvaziar-lhes o sentido original, do contrário, se terá não informação, mas deformação. Os jornalistas e empresas jornalísticas reclamam mais seu direito do que cumprem seus deveres.²⁹

²⁷ SILVA, José Afonso. *Op. Cit.*, p. 245.

²⁸ SILVA, José Afonso. *Curso de Direito...*, p. 248.

²⁹ *Ibidem*, p. 250.

Por meios de comunicação, SILVA apenas frisa que a liberdade de comunicação envolve a escolha dos meios de exteriorização do pensamento e difusão de informações, em que cada qual responde por regimes jurídicos próprios³⁰.

Vencida a questão conceitual, mas antes de adentrar ao mérito da livre comunicação como direito fundamental, essencial é a compreensão da concepção dual desse direito, ou seja, fundada em duas perspectivas teóricas: a primeira é calcada na subjetividade, reconhecendo a referida liberdade como valor indispensável para a proteção da dignidade humana, e a segunda, de caráter objetivo, em que se julga o tema em tela como possuidor de um valor essencial para a proteção do regime democrático, na medida em que propicia a participação da cidadania no debate público e na vida política.³¹

A perspectiva subjetiva ou individual da liberdade de comunicação corresponde, inicialmente, às concepções do liberalismo clássico sobre o tema. John MILTON, em 1644, foi quem primeiro acenou com a temática da liberdade de expressão para o que ele próprio chamava de forma de obtenção da verdade. Seu ensaio, denominado “Areopagítica”, produziu um discurso inovador e que, hodiernamente, constitui ainda um verdadeiro parâmetro dentro deste tema³². Em resumo, MILTON dizia “Dai-me a liberdade para saber, para falar e discutir livremente, de acordo com a consciência, acima de todas as liberdades”³³.

No século XIX, John Stuart MILL segue pelo mesmo trajeto e propugna a livre expressão como indispensável à descoberta da verdade. Sua tese se embasava na confrontação de ideias como o método racional a ser perseguido, na qual até mesmo uma ideia errada serviria para o esclarecimento da verdade.

A leitura da verdade objetiva viu-se alvo de inúmeras críticas. FARIAS cita a

³⁰ A publicação de livros, jornais, revistas e outros periódicos não depende de licença (art. 220, parágrafo 6º da CR/88). Os serviços de rádio e televisão são explorados pela União mediante concessão, permissão ou autorização (art. 21, XII, a, e art. 223 da CR/88).

³¹ FARIAS, Edilsom. *Op. Cit.*, p. 64.

³² RIBEIRO, Raisia Duarte da Silva. *O discurso de incitamento ao ódio e a negação do holocausto: restrições à liberdade de expressão?* Disponível em: <<http://www.fd.uc.pt/igc/pdf/papers/RaisiaDuarteSilvaRibeiro.pdf>>. Acesso em: 6 de jun. 2013.

³³ MILTON, John. *Areopagítica: Discurso sobre a Liberdade de Expressão*. Coimbra: Almedina, 2009.

posição do juiz Oliver Wendell HOLMES³⁴, da Suprema Corte dos Estados Unidos, de meados do século XX. Para o magistrado, a verdade é algo relativo e circunstancial, que emerge do livre tráfego de ideias, ou seja, do mercado de ideias. Necessário frisar, contudo, que a hipótese aventada pelo julgador, igualmente, não prosperou, uma vez que a irrestrita competição da área da publicidade, por exemplo, pode produzir justamente algo falso ou inverídico.

Tomas SCALON, no mesmo período, ao defender a livre manifestação de todos, mas com viés particular da autopromoção, refutou qualquer iniciativa de interceptação ou regulação do Estado sob a manifestação individual do cidadão. Sua teoria – a da autorrealização – fundava-se no binômio da autonomia e da autoexpressão³⁵.

De qualquer sorte, a perspectiva subjetiva da liberdade de comunicação tem em Ronald DWORKIN hoje a sua maior propulsão. O filósofo, ao defender que todos os direitos fundamentais devem ser levados a sério porquanto são essenciais à dignidade da pessoa humana³⁶, alçou que a coletividade – o Estado, em particular – deve abster-se de intervir na referida liberdade sob pena de, ao fazê-lo, afrontar justamente a dignidade da pessoa.

Nas palavras de DWORKIN:

Os advogados e juristas constitucionais propuseram muitas justificativas diferentes para o dispositivo da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. A maioria delas, porém, se enquadra numa ou noutra de duas categorias. Na primeira categoria, a liberdade de expressão tem uma importância instrumental, ou seja, não é importante porque as pessoas têm o direito moral intrínseco de dizer o que bem entenderem, mas porque a permissão de que elas o digam produzirá efeitos benéficos para o conjunto da sociedade. (...) O segundo tipo de justificação da liberdade de expressão pressupõe que ela é importante não só pelas consequências que tem, mas porque o Estado deve tratar todos os cidadãos adultos (com

³⁴ O juiz HOLMES expôs pela primeira vez a aludida tese no seu voto dissidente do caso *Abrams vs United States*. A íntegra do julgado está disponível no sítio <<http://www.casebriefs.com/blog/law/constitutional-law/constitutional-law-keyed-to-stone/freedom-of-expression/abrams-v-united-states-2/>>. A página, em língua inglesa, reúne os votos da jurisprudência estadunidense acerca do direito à liberdade de expressão. Acesso em 3 de jul. 2012.

³⁵ SCANLON, Thomas. *A theory of freedom of expression*. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/law/journals/tlr/sources/Volume%2091/Issue%206/Neuborne/Neuborne.fn54.ATheoryofFreedomofExpression.pdf>>. Acesso em 11 de nov. 2013.

³⁶ O exercício da liberdade de expressão como elemento da dignidade da pessoa humana será tratado no item 1.2.3 deste capítulo.

exceção dos incapazes) como agentes morais responsáveis, sendo esse um traço essencial ou constitutivo de uma sociedade política justa.³⁷

De outra parte, em complemento à dualidade da liberdade de comunicação, há a concepção objetiva, que tem como seu período inicial a própria consagração legal dessa liberdade. DWORKIN evoca que James MADISON, idealizador da primeira emenda que positivou a liberdade de expressão como direito fundamental na Constituição dos Estados Unidos, entendia que o principal escopo dessa era servir de instrumento para a soberania popular construir e manter um autogoverno democrático, ainda que a interpretação do texto, até o julgamento do caso *New York Times vs Sullivan*³⁸, fosse bastante limitada:

Não se trata somente de perguntar qual era a finalidade que tinham em vista os estadistas que a escreveram, debateram e adotaram a Primeira Emenda. Os advogados e juízes de nossos dias têm de encontrar uma justificação política da Primeira Emenda que abarque a maior parte da prática constitucional a ela relacionada, inclusive as decisões passadas da Suprema Corte, e que também nos forneça uma justificativa convincente para o fato de a liberdade de expressão ocupar um lugar tão especial e privilegiado entre nossas garantias de liberdade.³⁹

A concepção *madisoniana* de avaliar a liberdade de expressão como pilar objetivo da democracia foi seguida pelo filósofo Alexandre MEIKLEJOHN⁴⁰. Edilson FARIAS assim descreve a relevância do autor para o tema:

Segundo este autor, a liberdade de expressão e comunicação cumpre duas funções na democracia: (i) uma função informativa pela qual o livre fluxo das informações possibilita o melhor conhecimento e a melhor avaliação dos assuntos de relevância pública. Dessa forma, estarão os cidadãos mais preparados para levarem a cabo decisões inteligentes, uma vez que compete à soberania popular efetivar as decisões fundamentais no regime democrático; (ii) uma função crítica pela qual a liberdade de expressão e comunicação assegura aos cidadãos a faculdade de criticar o poder político, as instituições estabelecidas e os agentes públicos, o que pode resultar na mudança de governantes.⁴¹

³⁷ DWORKIN, Ronald. *O direito da liberdade: a leitura moral da constituição norte-americana*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 318-319.

³⁸ O caso *New York Times vs. Sullivan* será tratado com maior vagar no item 1.2.4 deste capítulo.

³⁹ DWORKIN, Ronald. *Op. Cit.*, p. 318.

⁴⁰ MEIKLEJOHN, Alexander. *Free Speech and Its Relation to Self Government*. New York: Harper Brothers Publishers, 1948.

⁴¹ FARIAS, Edilson. *Op. Cit.*, p. 70.

Os fundamentos de MEIKLEJOHN inspiraram Owen M. FISS, que concebe a primeira emenda como instrumento de preservação democrática e direito do povo de decidir que tipo de vida quer viver. Sua ideia original é a de que a estrutura social pode ser tão prejudicial à liberdade de expressão quanto à arbitrariedade estatal – que, se preciso, deve intervir a garantir tal direito. Melhor exemplo disso é o que esta dissertação tratará no capítulo 3, no qual a concentração da comunicação social nas mãos do poder econômico alija do direito fundamental de informar e serem informados os cidadãos das classes sociais desfavorecidas.

Nesse sentido, a lição Owen M. FISS diz que a democracia não é autossustentável. Ela, às vezes, necessita da ajuda do Estado e, quando isso ocorre, o liberalismo não deveria impedi-lo. Por isso, cada intervenção estatal deve fundar-se em razões públicas.⁴²

Mais ainda, FISS é duro ao entender o objeto do direito em atento como elemento preservador do regime das liberdades, e este bojo é que deve pontuar a ação estatal:

Sin embargo, debe hacerse todo lo que sea posible para que este novedoso poder sea utilizado prudente y cuidadosamente, de manera tal que asegure la protección total de la crítica antisistema. Nuestro cometido no es simplemente el de sobrevivir, sino el de sobrevivir como una democracia.⁴³

Roberto GARGARELLA estabelece que a obra de FISS é fundamental ao reconhecer à autonomia de dizer, do sujeito de direito da liberdade de expressão, um papel de promotor do debate que sustenta a democracia. Essa, no entanto, não é absoluta, uma vez que “La autonomía incluso hasta podría ser sacrificada para asegurar que el debate público sea lo suficientemente rico como para permitir la verdadera autodeterminación colectiva. La libertad de expresión, nos enseña Fiss, se refiere a un estado de cosas sociales y no a la acción de un individuo o institución”.⁴⁴

⁴² FISS, Owen M. *Democracia y disenso: una teoría de la libertad de expresión*. Buenos Aires: As Hoc, 2010, p. 50.

⁴³ *Ibidem*, p. 132.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 13. Prólogo de GARGARELLA, Roberto.

O fundamento político-democrático da liberdade de comunicação defendido por FISS está, evidentemente, em consonância com o texto da Constituição da República de 1988. O acesso à informação para todos é a consecução de um direito que é individual, mas amplamente reconhecido como coletivo, como bem ensina Aluizio FERREIRA:

À medida que se vai tornando universal a convicção de que os processos democráticos são os que mais efetivamente podem contribuir para a realização humana nos âmbitos familiar, comunitário e político; que democratização passa a significar cada vez mais participação; e à medida que a humanidade a cada dia passa a ser ‘a sociedade da informação’, deter conhecimento específico – erige-se em condição *sine qua non* a concretização das ideias e o engajamento humano. De outra forma, participação autêntica não haverá e a correspondente democracia declarada não está sendo mais que um simulacro, uma democracia meramente formal, democracia de alguns privilegiados e multidões de manipulados excluídos. Pois sem conhecimento adequado e suficiente, ou se manifesta interesse algum por participação, ou se participa só por participar, sem nenhuma possibilidade de escolha nem de engajamento, sem capacidade de argumentação ou contra-argumentação consistente e convincente e, portanto, sem qualquer ‘chance’ de fazer valer pretensões diante de interlocutores ou concorrentes mais qualificados e superiormente informados, não raros dotados de conhecimentos privilegiadamente obtidos.⁴⁵

No tocante à configuração constitucional da liberdade de expressão, necessário reforçar que o constituinte ofertou ao direito a proteção como direito fundamental. A primeira citação sobre a matéria na Carta de 1988 dá-se no artigo 5º, IV, de que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Resta evidenciado que o legislador quis conceder – e concedeu – a este dispositivo ampla proteção jurídica, tão aberta quanto sugere o seu próprio texto.

SARLET reconhece que, no que tange aos chamados direitos fundamentais de primeira dimensão (que é o caso da liberdade de expressão), basta uma simples leitura superficial dos preceitos para verificar-se a intenção protetiva da Lei Magna.⁴⁶ Assim, está garantida a livre exteriorização positiva do pensamento, em sua faceta objetiva, reservando ao caráter subjetivo do pensamento, o de pensar sem dizer, a proteção negativa⁴⁷, ou seja, o direito de não exprimir o que se passa em seu foro íntimo⁴⁸.

⁴⁵ FERREIRA, Aluizio. *Direito à informação, direito à comunicação: direitos fundamentais na Constituição Brasileira*. São Paulo: Celso Bastos, 1997. p. 82

⁴⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. *Op. Cit.*, p. 67.

⁴⁷ SILVA, José Afonso. *Op. Cit.*, p. 238.

A liberdade de expressão em sentido amplo, gênero das espécies mais estritas da comunicação, não é, todavia, um direito absoluto, na ótica de FARIAS. O autor expõe que qualquer emissão do pensamento que viole outros dispositivos constitucionais, tal qual a intimidade, a vida privada e a imagem, não está amparada⁴⁹ pela Carta.

No que interessa a este estudo – a liberdade de comunicação – o ordenamento jurídico pátrio oferece ampla guarida. O inciso IX do artigo 5º da CR/88 estabelece que “é livre a atividade de comunicação”. Está abrigado aí necessariamente o direito de procurar, de acessar e de difundir notícias ou informações, como também agasalhado está o direito de receber o conteúdo ativo do fato. O disposto na Carta não se distancia do que apregoam as Constituições contemporâneas e os documentos internacionais de direitos humanos⁵⁰.

Ainda neste inciso, há de se ressaltar a proeminência do direito fundamental de ser informado, este distinto do direito à informação, de âmbito coletivo, tema que será tratado ainda nesse capítulo em item apartado. Receber informação é, também, direito da pessoa. O próprio inciso XIV do mesmo artigo, ao positivar que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”, faz emergir um direito individual, sem o qual se ofende a própria dignidade da pessoa humana.

FARIAS sustenta, inclusive, que a proteção em tela abarca a posição jurídica de assegurar ao indivíduo que não haja qualquer turbacão ou impedimento de receber a informação, o que implica, de um lado, um dever de abstenção do Estado e de terceiros, enquanto, de outro, impõe como mandamento aos veículos de comunicação o dever de manter verdadeiramente informados os cidadãos sobre os acontecimentos atuais e de transcendência, dever que se estende, igualmente, para outros titulares da liberdade de comunicação, como é o caso da informação publicitária.⁵¹

⁴⁸ O aspecto negativo da exteriorização do pensamento alcança outras disposições constitucionais, tal qual o direito ao acusado em processo criminal de permanecer silente sem ser considerado confissão e o segredo de voto.

⁴⁹ FARIAS, Edilsom. *Op. Cit.*, p. 155.

⁵⁰ Vide item 1.1 desta dissertação.

⁵¹ FARIAS, Edilsom. *Op. Cit.*, p. 171.

Tal leitura constitucional é vasta e capaz de ampliar-se ao que está prescrito no capítulo V da Constituição, sobretudo no artigo 220 e em seu parágrafo 1º, que disciplinam que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” e “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no Art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV”. O direito subjetivo de receber a informação de veículo de comunicação coaduna-se com o direito coletivo à informação e representa, igualmente, um dever de fazê-lo às emissoras, no Brasil concessões públicas, como se vê nos artigos 221 a 224.⁵²

Fundamental tratar também, no que tange à configuração constitucional da liberdade de expressão, do anteparo do princípio das cláusulas pétreas, o que impede emenda à Lei Maior para abolir o que está disposto no que toca aos direitos e garantias individuais, portanto no artigo 5º e, por conseguinte, no artigo 220. Os dispositivos vinculados à matéria da liberdade de expressão pertencem ao núcleo intangível do sistema vigente, o que torna inadmissível ao Estado qualquer intento de suprimir ou mesmo limitar a livre comunicação, incluindo-se aqui tentativas de embaraço de qualquer ordem ao direito à informação.

Vera Lúcia Pereira RESENDE explica que a finalidade das cláusulas pétreas da Constituição não é filosoficamente levá-las a serem eternas, mas apenas reconhecer que existem valores e motivações que foram atribuídas pelo poder originário envolto em um processo de evolução histórica.⁵³ Nesse sentido, José Joaquim Gomes CANOTILHO bem leciona que “No terreno do poder constituinte reformador não existe dúvida quanto às cláusulas limitativas, seja pela incidência do direito positivo, seja por aquelas que estão fora dos limites jurídicos, mas que mantêm um vínculo

⁵² O tema do dever dos veículos de comunicação de massa para com a cidadania será tratado no capítulo 3 deste trabalho.

⁵³ RESENDE, Vera Lúcia Pereira. Os direitos sociais como cláusulas pétreas na Constituição de 1988. Disponível em: <http://www.unifio.br/files/download/site/mestradodireito/bibliotecadigital/dissertacoes2006/dissertacao_vera.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2013.

ideológico, ético ou moral que impossibilita a sua reforma”⁵⁴.

Jorge MIRANDA concorda com esse posicionamento e afirma que “a garantia de determinados conteúdos da Constituição por meio da previsão das cláusulas pétreas assume, desde logo, uma dúplice função, já que protege os conteúdos que compõem a identidade e a estrutura essenciais da Constituição, mas também os princípios neles constituídos, não podendo estes ser esvaziados por uma reforma constitucional.”⁵⁵

Pelo exposto, a Constituição, ao promover extensa guarda protetiva ao direito à comunicação, inclusive considerando-a direito fundamental intangível, consagrou-a como essência da própria democracia. Tal tutela não é gratuita e remete, indiscutivelmente, à própria contextualização histórica do nascimento da Carta de 1988. Mais de duas décadas depois, vê-se que tal projeto é legítimo, na compreensão de SALGADO:

Embora os pessimistas reúnam-se em coro para afirmar a necessidade de mudanças, de uma reforma política, de uma nova Constituição – e seja forçoso reconhecer o desmanche parcial do texto pelas cotidianas emendas constitucionais – não é aceitável ignorar as demandas sociais por democracia que ali encontram eco e a participação popular na Constituinte. O debate público efetivamente instaurado no momento constituinte não pode ser desprezado, sob pena de desconsiderar-se um dos postulados básicos da democracia: a soberania popular.⁵⁶

Finalmente, indissociável é a ligação entre o direito à comunicação, o direito à informação e a dignidade da pessoa humana. Se esta expressa um conjunto de valores incorporados ao patrimônio da humanidade e seu conteúdo jurídico vem associado aos direitos fundamentais, a eventual supressão a qualquer uma dessas prerrogativas está-se a ferir o próprio direito constitucional contemporâneo. Por essa razão, antes de qualquer análise acerca do vínculo entre a liberdade de informar e de ser informado com a dignidade da pessoa humana, faz-se elementar trabalhar o conceito sobre esta que é um dos princípios fundantes do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Para Jorge MIRANDA, por exemplo, compreender nos dias atuais o que o

⁵⁴ CANOTILHO, Joaquim José Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 1136.

⁵⁵ MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional, vol II*. Coimbra: Coimbra, 1988, p. 155.

⁵⁶ SALGADO, Eneida Desiree. *Op. Cit.*, p. 28.

princípio da dignidade da pessoa humana é, é ter como premissa que o ser humano, como fim de tudo, é um ente real cujas necessidades mínimas concretas não podem estar sujeitas aos modelos abstratos tradicionais, ou seja, nas palavras do autor, “é o homem ou a mulher, tal como existe, que a ordem jurídica considera irreduzível e insubstituível e cujos direitos fundamentais a Constituição enuncia e protege. Em todo o homem e em toda a mulher estão presentes todas as faculdades da humanidade”.⁵⁷

O conceito de dignidade da pessoa humana é, para a doutrina, algo difícil de definir em palavras de forma cabal e, por essa razão, a compreensão soa de forma subjetiva. Luís Roberto BARROSO estipula que se trata de “um valor, que é conceito axiológico, ligado à ideia de bom, justo, virtuoso. Nessa condição, ela se situa ao lado de outros valores centrais para o Direito, como justiça, segurança e solidariedade. É nesse plano ético que a dignidade se torna, para muitos autores, a justificação moral dos direitos humanos e dos direitos fundamentais”.⁵⁸ E disserta:

A dignidade humana, então, é um valor fundamental que se viu convertido em princípio jurídico de estatura constitucional, seja por sua positivação em norma expressa seja por sua aceitação como um mandamento jurídico extraído do sistema. Serve, assim, tanto como justificação moral quanto como fundamento normativo para os direitos fundamentais.⁵⁹

SARLET diz que a concepção hoje dominante sobre a dignidade da pessoa humana é nascida do pensamento de Immanuel KANT⁶⁰, que foi construída sobre as noções de razão e de dever, e sobre a capacidade do indivíduo de dominar suas paixões e de identificar, dentro de si, a conduta correta a ser seguida⁶¹. Em apertado resumo, o cerne da filosofia kantiana é estabelecido na concepção de que o homem é o fim em si mesmo, obedecendo às leis que ele próprio estabeleceu.

⁵⁷ MIRANDA, Jorge. *Op. Cit.*, p. 169.

⁵⁸ BARROSO, Luís Roberto. *A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação*. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ Ingo Wolfgang SARLET diz que a concepção kantiana de dignidade da pessoa encontrou lugar de destaque na doutrina pátria e internacional, entre outros Cármen Lúcia Antunes Rocha, José Afonso da Silva, Fábio Konder Comparato, Fernando Ferreira dos Santos, Paulo Mota Pinto e Jorge Miranda. In: SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, p. 42.

⁶¹ In: BARROSO, Luís Roberto. *A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação*.

Nas palavras de KANT:

O maior problema para a espécie humana, para cuja solução a natureza a encaminha, é a realização de uma sociedade civil universal que estabelece universalmente o direito. (...) Uma tentativa filosófica de produzir uma história universal concebida como um plano natural de realização da união civil da espécie humana deve ser encarada como possível.⁶²

BARROSO chama a atenção, todavia, de que a visão kantiana sofreu a crítica de contemporâneos e de pósteros, principalmente a partir da premissa de que todos pautem a sua conduta pelo imperativo categórico – no reino dos fins. Para o doutrinador, “é certo que não se deve subestimar o poder da razão e a capacidade de o indivíduo se orientar por uma racionalidade prática. Mas não existe uma razão plenamente objetiva, livre da subjetividade e dos diferentes pontos de observação. Ademais, a vontade e a conduta das pessoas são indissociáveis de múltiplos aspectos da condição humana, tanto os da afetividade e da solidariedade quanto os que estão ligados às ambições de poder e riqueza”.⁶³

SARLET, por essa razão, ressalta que a doutrina clássica de KANT sobre o tema está sendo conduzida no sentido de uma releitura e uma recontextualização, “ao menos naquilo em que aparentemente se encontra centrada exclusivamente na noção de autonomia da vontade e racionalidade”.⁶⁴ Para tanto, cita a lição de Dieter GRIMM⁶⁵, a qual “ao sustentar que a dignidade, na condição de valor intrínseco do ser humano, gera para o indivíduo o direito de decidir de forma autônoma sobre seus projetos existenciais e felicidade e, mesmo onde esta autonomia lhe faltar ou não puder ser atualizada, ainda assim ser considerado e respeitado pela sua condição humana”.⁶⁶

Carlos Roberto Siqueira CASTRO, adiante no debate filosófico, assevera que o princípio da dignidade da pessoa humana – pelo que representa - tornou-se o epicentro do extenso catálogo de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais que as constituições e os instrumentos internacionais em vigor em pleno

⁶² KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 17.

⁶³ BARROSO, Luís Roberto. *Ibidem*.

⁶⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, p. 63.

⁶⁵ GRIMM, Dieter. *Constituição e política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 272.

⁶⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana...* p. 63.

terceiro milênio ofertam aos indivíduos e à sociedade.⁶⁷ Daniel SARMENTO também se utiliza da mesma expressão – de ser a dignidade da pessoa humana “um epicentro axiológico da Constituição de 1988”⁶⁸.

Se esse conceito, portanto, não é claramente enunciado em razão de sua complexidade, SARLET, em síntese, utiliza-se de exemplos para descrevê-lo:

Onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e moral do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde não houver limitação do poder, enfim, onde a liberdade e a autonomia, a igualdade (em direitos e dignidade) e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e minimamente assegurados, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana e esta (a pessoa), por sua vez, poderá não passar de mero objeto de arbítrio e injustiças. Tudo, portanto, converge no sentido de que também para a ordem jurídico-constitucional a concepção do homem-objeto (ou homem-instrumento), com todas as consequências que daí podem e devem ser extraídas, constitui justamente a antítese da noção de dignidade de pessoa, embora esta, à evidência, não possa ser, por sua vez, exclusivamente formulada no sentido negativo (de exclusão de atos degradantes e desumanos), já que assim se estaria a restringir demasiadamente o âmbito de proteção da dignidade.⁶⁹

Com outras palavras, mas no mesmo tom, BARROSO é rigoroso ao dizer que as pessoas humanas não têm preço nem podem ser substituídas, possuindo um valor absoluto, ao qual se dá o nome de dignidade.⁷⁰ SARLET, mais ainda, ensina que a dignidade, como qualidade intrínseca da pessoa humana, é irrenunciável e inalienável:

[A dignidade] constitui elemento que qualifica o ser humano como tal “e dele não pode ser destacado, de tal sorte que não se pode cogitar a possibilidade de determinada pessoa ser titular de uma pretensão a que lhe seja concedida a dignidade. Esta, portanto, compreendida como qualidade integrante e, em princípio, irrenunciável da própria condição humana pode (e deve) ser reconhecida, respeitada, promovida e protegida, não podendo, contudo (no sentido ora empregado) ser criada, concedida ou retirada (embora possa ser violada), já que existe — ou é reconhecida como tal — em cada ser humano como algo que lhe é inerente”⁷¹

José Afonso da SILVA, a seu turno, explica que a dignidade da pessoa

⁶⁷ CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *A Constituição aberta e os direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 18.

⁶⁸ SARMENTO, Daniel. *Op. Cit.*, p. 144.

⁶⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. *Op. Cit.*, p. 71-72.

⁷⁰ BARROSO, Luís Roberto. *Ibidem*.

⁷¹ SARLET, Ingo Wolfgang. *As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma dimensão jurídico constitucional necessária e possível*. Revista Brasileira de Direito Constitucional–RBDC n. v. 9, p. 361, 2007.

humana constitui um valor que atrai a realização dos direitos fundamentais do homem, “em todas as suas dimensões, e, como a democracia é o único regime político capaz de propiciar a efetividade desses direitos, o que significa dignificar o homem, é ela que se revela como o seu valor supremo, o valor que a dimensiona e humaniza”.⁷²

Nesse aspecto, tomando-se como base a doutrina de SILVA, a proteção aos direitos fundamentais, em que se insere a liberdade de comunicação e o direito à informação, não há de ter limites senão para proteger a dignidade da pessoa e o regime democrático. O doutrinador enuncia, inclusive, que a força expansiva dos direitos fundamentais impõe o dever de interpretar a normatividade vigente no sentido mais favorável à sua efetividade.⁷³

Por este ensino, o direito fundamental de expressar-se, de receber e processar informações e o de ser informado como um direito coletivo pressupõem uma das essências da dignidade da pessoa humana.⁷⁴ Enrique HABA, como citado na epígrafe desse trabalho, entende que a democracia – e a dignidade - só podem subsistir se não houver “apagão de informação”.⁷⁵ Dessa forma, quem se encontrar, em qualquer grau, alijado de exercer qualquer um dos direitos supracitados, ou pertencer a uma sociedade (ou parte dela) que não possua real acesso à informação, encontrar-se-á violado em sua dignidade.

Ronald DWORKIN leciona que a liberdade de expressão se justifica tanto em

⁷² SILVA, José Afonso da Silva. *Anais do I Seminário de Direito Constitucional Administrativo*. A íntegra da palestra está transcrita no sítio do Tribunal de Contas de São Paulo. Disponível em: <http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/30a03_06_05/jose_afonso1.htm>. Acesso em: 11 de jun. 2013.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Sobre o tema em atento, BARBOZA ensina que, na medida em que o princípio da dignidade da pessoa humana é visto como um princípio moral universal a dar unidade de sentido aos demais direitos que dele decorrem, ele garante a unidade e a integridade do sistema. E amplia: “Seria possível, dessa forma, defender a materialidade dos direitos fundamentais nas duas dimensões do princípio da dignidade humana, liberdade e igualdade. Ou seja, outros direitos que sejam decorrentes destes e que busquem sua realização plena, também podem ser considerados direitos materialmente fundamentais, independente de sua origem formal”. BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. *Stare decisis, integridade e segurança jurídica: reflexões críticas a partir da aproximação dos sistemas de Common Law e Civil Law na sociedade contemporânea*. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1784>. Acesso em 22 de nov. 2013.

⁷⁵ HABA, Enrique. *Tratado básico de Derechos Humanos – II*. San José da Costa Rica: Juricentro, 1986, p. 790.

uma perspectiva independente quanto em uma perspectiva instrumental. Pela primeira, afirma-se que a liberdade de expressão é um direito fundamental, na medida em que as pessoas devem ter o direito, em nome dos próprios direitos de igualdade e liberdade, de se expressar e divulgar o pensamento. Já na perspectiva instrumental, a liberdade de expressão é um direito na medida em que promove a democracia.⁷⁶

Sob esse prisma, elementar é a conclusão de que um sujeito ou um grupo que tenha suprimido o seu direito de comunicação, de informar ou de ser informado, ou de receber abertamente a informação, sofre abusos em sua dignidade como pessoa e/ou convive em um Estado cujo regime democrático encontra-se ausente ou machucado.⁷⁷

Carlos Santiago NINO, ao observar a aplicação do princípio da autonomia da pessoa como integrante da dignidade humana, escora a tese de que é valiosa a livre eleição do plano de vida do indivíduo e a adoção de ideias de excelência humana, e, por outro lado, o Estado e os demais indivíduos não devem interferir nessa eleição ou adoção, limitando-se a desenhar instituições que facilitem a persecução individual destes planos de vida.⁷⁸ Ora, que liberdade de eleição de plano de vida ou adoção de ideias podem ser consideradas dignas se, em qualquer hipótese, forem afrontados direitos ligados à comunicação? Por essa razão, também sob a doutrina de NINO, compreende-se o livre dizer e o recebimento da informação como elementos da dignidade humana e, por conseguinte, promotor do regime das liberdades.

BARROSO, nesse ponto, afirma que ao lado do direito à vida e à integridade física, a liberdade de expressão é considerada um dos valores essenciais para a existência humana digna. Para o jurista, tal garantia é prerrogativa indissociável e complementar na livre circulação de ideias e, constitucionalmente, não pode ser cerceada fora dos limites tolerados na própria Carta.⁷⁹

O entendimento de que a liberdade em tela é necessária ao desenvolvimento pleno da existência individual é de Joaquim José Gomes CANOTILHO. Para ele, a

⁷⁶ DWORKIN, Ronald. *Op. Cit.*, p. 343.

⁷⁷ Não se está, evidentemente, na presente análise, vislumbrando qualquer caso de colisão entre direitos fundamentais.

⁷⁸ NINO, Carlos Santiago. *Ética y derechos humanos*. 2 ed. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1989, p. 204-205.

⁷⁹ BARROSO, Luís Roberto. *Temas de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 249-250.

assunção da dignidade da pessoa humana depende de que os direitos fundamentais em tela cumpram a função de direitos de defesa dos cidadãos, os quais, em um plano jurídico-subjetivo, impliquem o poder de exercer positivamente direitos fundamentais e de exigir omissões dos poderes públicos de forma a evitar lesões por parte deles:

Assim, por exemplo, o artigo 37 da Constituição da República Portuguesa garante subjectivamente: (a) direito de exprimir e divulgar livremente o pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio (liberdade positiva); (b) direito de a liberdade de expressão e informação ser feita sem impedimentos ou discriminações por parte dos poderes públicos (liberdade negativa). Além disso, impõe-se objectivamente aos poderes públicos a proibição de qualquer tipo de censura (CRP. art. 37/2).⁸⁰

O assunto da dignidade da pessoa humana⁸¹ será retomado nesse trabalho quando do capítulo 3, a respeito da desigualdade do acesso aos direitos fundamentais da livre comunicação e à informação por parte das pessoas de menor renda. Antes, para tanto, é necessário adentrar à temática do direito à informação.

Parte integrante do núcleo da liberdade de expressão, o direito à informação – que compreende o amplo direito a ser informado – constitui, juntamente com o direito à vida, a mais fundamental das prerrogativas humanas, na medida em que “saber” determina o entendimento e as opções da consciência.⁸² CASTRO considera o acesso à informação o “pré-requisito mais essencial do regime democrático”⁸³, uma vez que um povo desinformado acha-se alijado da própria condição de cidadania.

⁸⁰ CANOTILHO, Joaquim José Gomes. *Op. Cit.* p. 408.

⁸¹ Ao fim dessa explanação, é de relevo exaltar uma outra forma de compreensão sobre o tema da relação de dedução entre dignidade e direitos humanos. Paul TIEDMANN, professor da Justus-Libig-Universität Giessen, na Alemanha, em palestra no Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia na UniBrasil em 05 de agosto de 2013, sustentou que, em primeira vista, a dignidade humana e os direitos humanos pertencem a duas categorias fundamentalmente distintas, porque a dignidade humana encontra-se no mundo dos valores, enquanto os direitos humanos são normas, algo que devemos seguir, pois os direitos humanos são sempre o reverso dos deveres humanos. A superação dessa diferenciação seria possível quando se toma um conceito metafísico de valor, embora não aconselhável. TIEDMANN sustenta uma posição de “parcimônia metafísica” consistente no entendimento do conceito de valor como nós os usamos em nossas vidas diárias, no sentido de preferências subjetivas. Não há, assim, como respeitar a dignidade humana e ao mesmo tempo postular negar a concessão de direitos humanos. A palestra A dignidade humana e os direitos humanos foi traduzida para o português pelo professor Marcos Augusto MALISKA.

⁸² CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *Op. Cit.* p. 437.

⁸³ *Idem.*

O argumento do autor encontra fundamento no fato de que a liberdade de informação é tida como um valor fundamental desde os primórdios da modernidade⁸⁴, ainda que de forma indireta, na própria declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789⁸⁵. No século passado, com os documentos universais de direitos humanos⁸⁶, o tema ganhou contornos ainda mais abrangentes, como se observa no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos adotado pela Organização das Nações Unidas em 1966⁸⁷, na Convenção sobre a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de 1950⁸⁸, no Pacto de San José da Costa Rica de 1969⁸⁹ e na Convenção Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) de 2002.⁹⁰

Na Constituição da República de 1988, o direito fundamental à informação está positivado no inciso XIV do artigo 5º, o qual estabelece que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício

⁸⁴ OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. *A teoria geracional dos direitos do homem*. Disponível em: http://www.theoria.com.br/edicao0310/a_teorias_geracional_dos_direitos_do_homem.pdf. Acesso em: 13 de nov. 2013.

⁸⁵ A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 descreve, em seu artigo 11, que “A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

⁸⁶ Frise-se que as citações aos documentos de Direitos Humanos neste trabalho mostram-se importantes à compreensão histórica do referido direito no mundo ocidental, sem que nos esqueçamos das críticas à visão universalista dos direitos humanos, tema que essa dissertação não pretende adentrar.

⁸⁷ O artigo 19, §2 do documento dispõe que “Toda pessoa terá o direito à liberdade de expressão; esses direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, de forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha”.

⁸⁸ No artigo 10 da referida Convenção consta que “Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia”.

⁸⁹ Assim disciplina o artigo 13, inciso 1, do Pacto: “Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha”.

⁹⁰ A Convenção Americana sobre Direitos Humanos explicita que: “1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.”.

profissional”, posição reforçada pelo constituinte no artigo 220, no qual “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” e, em se tratando de informação jornalística, o teor do §1º dispõe que “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV”.

José Afonso da SILVA explica que o direito à informação é coletivo, em opção acolhida pela própria Constituição:

No capítulo da comunicação (arts.220 a 224), preordena a liberdade de informar completada com a liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV). No mesmo art. 5º, XIV e XXXIII, já temos a dimensão coletiva do direito à informação. O primeiro declara assegurado a todos o acesso à informação. É o interesse geral contraposto ao interesse individual da manifestação de opinião, ideias e pensamento, veiculados pelos meios de comunicação social. Daí porque a liberdade de informação deixara de ser mera função individual para tornar-se função social.⁹¹

Assim, ao se apartar tais significados entre o direito à informação e a liberdade de informação, criaram-se outros dois degraus teóricos, notadamente o que coteja a liberdade de informação em sentido amplo e a liberdade jornalística, conceituação já trabalhada em tópico anterior.

Luis Gustavo Grandinetti Castanho de CARVALHO, por sua vez, observa que a separação entre a liberdade de expressão e a de informação “não tem fronteira tão nítida”⁹², embora essa distinção seja necessária por conta de que a segunda deve ter como elementos intrínsecos “uma boa dose de neutralidade e imparcialidade”⁹³. Na estreita sistematização feita por ele, o direito de informação seria aquele restrito à divulgação dos fatos objetivamente apurados, em que “a informação jornalística é, por excelência, a sua modalidade mais significativa, mais potencializada, mais influente, mais politizada”⁹⁴. E essa seria a informação a ser colhida pela coletividade.

⁹¹ SILVA, José Afonso da. *Op. Cit.*, p. 263.

⁹² CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. *Direito de informação e liberdade de expressão*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 24.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Ibidem, p. 96

Cláudio Luiz Bueno de GODOY possui interpretação menos fechada, na qual o que está em debate, de acordo com ele, é, antes de tudo, o acesso à notícia, um “forte componente e interesses coletivos, a que corresponde, na realidade, um direito coletivo à informação”.⁹⁵

René Ariel DOTTI, a seu turno, por conta do caráter democrático atinente ao direito à informação, preocupa-se com a eventual imposição de limites pelo Estado ao exercício de noticiar ou receber informação, cunhado ao fato de que o Estado “pode revestir uma atitude de abstenção e neutralidade quanto ao problema das informações, na medida em que deixa as fontes à iniciativa privada, não intervindo nos atos de informação e também não procurando orientá-los numa direção favorável à sua ideologia e aos seus interesses”.⁹⁶ DOTTI não se olvidou de referendar que todos têm a liberdade de receber a informação e, mais do que isso, de se beneficiar dela.

Marcela I. BASTERRA alinha-se à tese de SILVA sobre a diferença central entre a liberdade de expressão e o direito à informação; a primeira é um direito público subjetivo e o segundo, coletivo, elemento necessário para se fazer possível a própria democracia⁹⁷. Tal delimitação conceitual, todavia, não é assim tão simples.

Robert ALEXY pondera que é mais fácil dar modelos de bens coletivos do que defini-los. Afirma, por exemplo, que a segurança pública é um protótipo bastante claro de bem coletivo, porque ninguém que se encontre em um território determinado pode ser excluído de sua proteção, e, ademais, porque o uso por parte de uma pessoa determinada não impede e nem afeta o de outras⁹⁸. Com o acesso à informação ocorreria o mesmo.

BASTERRA, contudo, concebe o direito à informação também como liberdade individual, e, mais ainda, percebe-o como um direito-dever, se o sujeito do direito for profissional de imprensa. Essa universalidade dupla face do direito à

⁹⁵ GODOY, Claudio Luiz Bueno de. *A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 54.

⁹⁶ DOTTI, René Ariel. *Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação: possibilidades e limites*. São Paulo: RT, 1980. p. 161.

⁹⁷ BASTERRA, Marcela I. *Derecho a la información vs. Derecho a la intimidad*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 2011, p. 74.

⁹⁸ ALEXY, Robert. *Conceito e validade do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 186.

informação e da liberdade de expressão será tratada com maior vagar no item 2.2 deste trabalho.

Mais além, é necessário frisar que a Constituição da República de 1988 não trabalha a questão da informação apenas como sinônimo do que é notícia ou o relato de um fato. A Lei Maior assegura no inciso XXXIII do artigo 5º que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. CASTRO localiza que a própria Carta Magna admite limitações circunstanciais ao direito de informação⁹⁹, particularmente na vigência do estado de sítio¹⁰⁰. Além disso, o constituinte previu o instrumento do *habeas data*¹⁰¹ como garantia específica do direito à informação.

No que toca à informação-notícia, o tema será retomado no capítulo 3 desta dissertação sob o viés do acesso precário ao gozo do direito por parte da população mais pobre do país, hoje alijada de mecanismos reais tanto para “falar” quanto para “informar-se”. Por fim, é indiscutível que o melhor processamento de uma informação, culminado com a capacidade de apreendê-la e aproveitar-se dela, sobretudo na sociedade atual, corresponde a um bem valioso, e fundamental.

Assunto pouco abordado pela doutrina e jurisprudência nacionais, a compreensão da informação jornalística como um bem jurídico e, como tal, devendo ser protegido, possui, no ensino de Pietro PERLINGIERI, a principal defesa de que a teoria dos bens não deve se limitar às teorias dos direitos reais e da propriedade, refutando assim a tese de que o que não for fruto de relações subjetivas proprietárias não pode ser bem.

⁹⁹ CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *Op. Cit.*, p. 444.

¹⁰⁰ Dispõe o artigo 139 da CR que “Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no Art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: III: restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei”.

¹⁰¹ Artigo 5º, LXXII: “Conceder-se-á habeas-data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

Por sua visão constitucionalista do Direito Civil, o autor assevera que é o ordenamento jurídico do Estado quem postula a relevância jurídica da informação, e ele próprio é quem contribui para justificar o seu papel social¹⁰². Sob essa lógica, entende ele que a informação como serviço é quem postula a informação como bem.

Assim, para ser bem jurídico e, por conseguinte, possuir o condão de formar objeto de uma relação jurídica, PERLINGIERI argumenta que a informação é um bem jurídico desde que, primeiro, tenha uma utilidade social e, segundo, encontre na ordem jurídica uma avaliação de termos de merecimento de tutela. Sob esse prisma, a informação, em geral, e a notícia, em particular, ao estarem elevadas à condição de dispositivo constitucional na Carta de 1988¹⁰³, preenchem os requisitos impostos pelo doutrinador.

Fundamental, igualmente, para a compreensão universalista da liberdade de expressão a lição do autor que opera a cisão no entendimento de que o bem está relacionado à sua eventual fruição exclusiva “de que a relevância de um bem é dada não somente pela titularidade do interesse no qual se substancia e pela proteção reservada ao titular, mas também pela tutela do bem reservada a terceiros qualificados que, de qualquer modo, obtêm uma utilidade, não necessariamente econômica, da sua conservação”¹⁰⁴.

Informação como notícia, ademais, é bem incorpóreo e, para ser bem, deve possuir utilidade e estar tutelada pelo Ordenamento. Ela está abarcada na tese de PERLINGIERI por ter sua relevância medida pela utilidade que desperta a quem a possui, independentemente de seu valor patrimonial. Para ele, em um Estado cujas leis se caracterizem pela socialidade e pela superação do individualismo, há a proteção dos bens – e não somente os patrimoniais.

A conceituação de informação-notícia traçada pelo autor não dista da compreensão clássica da doutrina, avaliada por seu conteúdo, e cuja utilidade se

¹⁰² PERLINGIERI, Pietro. *O Direito Civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

¹⁰³ O ordenamento jurídico brasileiro dá relevância explícita à liberdade de expressão e de informação na Carta da República de 1988 como direito fundamental, conforme já explicitado nesse trabalho.

¹⁰⁴ PERLINGIERI, Pietro. *Op. Cit.*, p. 961.

observa pelas diversas ordens de interesses que desperta. No que tange especificamente à utilidade, a informação é bem jurídico voltado a realizar o Estado democrático e este deve optar pela informação e pela sua livre circulação, pois, em regra, “quanto maior a massa de informação disponível se torna uma condição de vantagem, uma utilidade, um bem, às vezes pressuposto existencial para a própria concretização dos valores primários do ordenamento”¹⁰⁵.

PERLINGIERI ainda disserta que a utilização da informação não pressupõe necessariamente o uso exclusivo e único da informação e, mais ainda, ao citar Salvatori PUGLIATTI¹⁰⁶, diz que “a relevância de um bem é dada não somente pela titularidade do interesse no qual se substancia e pela proteção reservada ao titular, mas também pela tutela do bem reservada a terceiros qualificados que, de qualquer modo, obtêm uma utilidade, não necessariamente econômica, da sua conservação.”¹⁰⁷ Compreende-se, então, que a informação como notícia, uma vez relevante ao interesse social, bem jurídico é e, logo, deve ser tutelada.

Se vislumbrada a lógica de que a informação cumpre papel de utilidade, o direito a fruir desse bem está abarcado pela liberdade de expressão. Não é exagero sustentar, portanto, que a notícia carrega em seu conteúdo um valor robusto, por demais valioso, vinculado ao próprio Estado Democrático. Carlos SORIA, ao avaliar a importância do referido direito, entende que o simples fato de receber e processar uma informação significa uma participação cidadã deste¹⁰⁸.

PERLINGIERI não é claro ao falar da informação-notícia como sendo exclusivamente aquela verdadeira, isenta, precisa. Dessa forma, há de se compreender como viável de proteção jurídica, inclusive, a uma notícia falsa ou incompleta, desde que esta não tenha sido produzida ou externada sob malícia real, termo nascido do

¹⁰⁵ Ibidem, p. 967.

¹⁰⁶ Nesse sentido, o autor assevera que “Il diritto personale o morale dell’autore, in quanto tecnica di tutela volta a tutelare taluni aspetti della personalità dell’autore, può certamente essere considerato un diritto della personalità”. PUGLIATTI, Salvatore. *Sulla natura del diritto personale d’autore, in La proprietà nel nuovo diritto*. Milão: 1954, p. 343. Disponível em: <<http://www.unipa.it/~dipriv/plaia/plaia%20il%20diritto%20industriale%2012012.pdf>>. Acesso em: 12 de nov. 2013.

¹⁰⁷ PERLINGIERI, Pietro. *Op. Cit.*, p. 961.

¹⁰⁸ SORIA, Carlos. *Derecho a la información y derecho a la honra*. Barcelona: Ate, 1981.

julgado *New York Times vs. Sullivann* pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 1960.

O caso teve como autor o oficial da polícia de Montgomery, L. B. Sullivann, que acionou judicialmente o jornal *The New York Times* por este haver publicado notícia crítica à forma com que a polícia do Alabama havia tratado um grupo de estudantes negros. O policial, ainda que não citado nominalmente, ingressou em juízo dizendo-se ofendido em sua reputação por conta da reportagem – pretensão que foi acolhida pelo Judiciário local.

Patrícia BRITOS estabeleceu os detalhes tanto do texto jornalístico quanto da sentença:

La publicación contenía errores y el maltrato había sido exagerado; y, por la contraparte, el juez ordenó una compensación para Sullivann por los daños sufridos. No hay que olvidar que este juicio tuvo lugar a principios de los sesenta en el Estado de Alabama. La sensación que les quedó a los medios de comunicación fue que, difícilmente, se podía publicar algo relativo al problema racial, sin que un jurado del sur dictaminara em contra del medio considerando la información falsa o discriminatoria.¹⁰⁹

A Suprema Corte, todavia, a partir da apresentação de recurso, revisou tal compreensão, asseverando que nenhum funcionário público pode demandar por difamação, a menos que prove cabalmente que houve uma malícia real de ofender por parte de quem se expressou. Ronald DWORKIN considera o julgado em atento como a grande decisão protetiva às liberdades de expressão e de imprensa do esquema constitucional dos Estados Unidos. O autor, inclusive, prefere utilizar a expressão “malícia efetiva”, ou seja, não basta, para efeito de sanção, o descuido ou a negligência do jornalista nas pesquisas e coletas de informação para uma reportagem, mas que ele haja sabendo que a notícia é falsa ou com temerária desconsideração (*reckless disregard*) pela veracidade ou falsidade das informações contidas da notícia. Como efeito do julgamento, DWORKIN entende que a imprensa ficou mais livre a exercer o seu papel:

¹⁰⁹ BRITOS, Patricia. *Ronald Dworkin: libertad de expresión y pornografía*. Disponível em: <<http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei/>>. Acesso em: 13 de ago. 2012.

A decisão da Corte liberou a imprensa para fazer investigações e publicar reportagens sem o medo “paralisante” de que um júri pudesse aproveitar um erro factual ou um lapso jornalístico para determinar uma indenização por calúnia e difamação que levasse à bancarrota o órgão de imprensa em questão. (...) Dificilmente a investigação de Watergate e outras denúncias teriam sido possíveis se a Corte não tivesse adotado uma regra como a regra *Sullivan*.¹¹⁰

A importância da doutrina da malícia real, indubitavelmente, opera no sentido de evitar a autocensura para quem profere uma informação-notícia, garantindo à sociedade valor àquela notícia, ainda que carente de precisão em seu conteúdo. PERLINGIERI, ao entender que a informação deve ter “uma utilidade socialmente apreciável”¹¹¹, sem que isso signifique a exigência de antemão da certeza de sua veracidade, dá valor social e democrático ao que entende ser um bem.

1.3 A RECENTE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Desde a promulgação da Carta da República em outubro de 1988, quando instada a julgar temas afeitos à liberdade de expressão, a Suprema Corte brasileira tem decidido que a plena liberdade de informar, de ser informado, de noticiar, de dizer ou de manifestar-se está não apenas abrigada na ordem constitucional pátria como se mostra também inteiramente consentânea com os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, em especial com o Pacto de San José da Costa Rica, internalizado pelo Decreto nº 678/92. Recentemente, o STF editou três acórdãos tidos como elucidativos no entendimento da universalidade do referido direito.

Nesse subcapítulo, ver-se-á a fundamentação jurídica dos ministros do Tribunal¹¹² sobre, primeiro, a decisão que revogou o decreto regulamentador da profissão de jornalista, determinando o fim da exigência de diploma superior em

¹¹⁰ DWORKIN, Ronald. *O Direito da Liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 312.

¹¹¹ PERLINGIERI, Pietro. *Op. Cit.*, p. 959.

¹¹² A escolha dos julgados expostos no decorrer deste capítulo seguiu a lógica da melhor compreensão sobre o tema tratado, optando-se por priorizar os votos dos relatores e dos magistrados que enfrentaram a questão constitucional de forma mais fundamentada, tanto em jurisprudências pretéritas quanto na doutrina nacional e estrangeira.

Jornalismo para a atuação profissional; segundo, a *não-recepção*¹¹³ da *Lei de Imprensa*; e, finalmente, a respeito da autorização para que manifestantes pudessem reunir-se livremente na chamada Marcha da Maconha. Essa dissertação ainda tratará do voto vencido do ministro Marco Aurélio MELLO no julgado conhecido como Caso Ellwanger, peça jurídica da maior relevância por conta do apuro intelectual despendido¹¹⁴.

¹¹³ Sobre a revogação dos dois julgados citados pela via da não-recepção pela Carta de 1988 faz-se necessário traçar os conceitos que envolvem tal fenômeno. Celso Ribeiro BASTOS e Ives Gandra MARTINS lecionam que “Trata-se de um processo abreviado de criação de normas jurídicas, pelo qual a nova Constituição adota as leis já existentes, com ela compatíveis, dando-lhes validade, e assim evita o trabalho quase impossível de elaborar uma nova legislação de um dia para o outro. Portanto, a nova lei não é idêntica à lei anterior; ambas têm o mesmo conteúdo, mas a nova lei tem seu fundamento na nova Constituição, a razão de sua validade é, então, diferente”. In: BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988. p. 367. Raul Machado HORTA, por sua vez, ensina que resolve-se o problema de eventual contrariedade da lei antiga com a nova ordem constitucional “na via da revogação, de modo a prevalecer o critério hierárquico ou da hierarquia de normas no conflito entre atos normativos de categorias diferentes, isto é, entre norma constitucional e norma ordinária”. In: HORTA, Raul Machado. *Direito Constitucional*. Belo Horizonte: DelRey, 2003. p. 202. Zeno VELOSO considera que, em caso de revogação, “a prestação jurisdicional pode ser requerida a qualquer juiz, observada a competência, no curso de uma ação, e, chegando em grau de recurso ao tribunal, este pode decidir por maioria simples, não se aplicando o art. 97 da CF. Não há necessidade, também – e nem possibilidade –, de o Senado Federal intervir na questão, para suspender a execução de lei que a nova Constituição não recepcionou. O art. 52, X, da CF, tratando-se de revogação ou de perda de eficácia da lei, não se aplica”. In: VELOSO, Zeno. *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*. Belém: Cejup, 1999. p. 258. Nesse sentido, é farta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Ver ADI 385 MC/DF - DISTRITO FEDERAL MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. MOREIRA ALVES Julgamento: 07/02/1992; ADI 7 Relator(a): Min. CELSO DE MELLO Julgamento: 07/02/1992 Órgão Julgador: Tribunal Pleno Publicação: 04/09/1992; RE 402287 AgR/SP - SÃO PAULO AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO Julgamento: 09/03/2004; ADI 2501 MC, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Tribunal Pleno, julgado em 15/05/2002; AI 235800 AgR, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 25/05/1999.

¹¹⁴ Em artigo ao portal *Consultor Jurídico*, Luís Roberto BARROSO escreveu que “Um dos melhores votos que me recordo de haver lido, da lavra do ministro Marco Aurélio, foi o do caso Ellwanger. Uma belíssima profissão de fé na liberdade de expressão. Paradoxalmente, embora me alinhe à posição mais libertária nessa matéria, não concordei com a conclusão. Acho que uma das poucas exceções à liberdade de manifestação do pensamento diz respeito à proteção de grupos vulneráveis. As expressões de ódio racial, religioso ou sexual não devem, como regra, merecer proteção. Negros, judeus, homossexuais têm uma história secular de perseguição em diferentes partes do mundo. É preciso protegê-los da discriminação e do preconceito. O voto, no entanto, é um primor, com levantamento de precedentes relevantes no direito comparado e argumentação vigorosa e coerente. Ao final da leitura, tive necessidade de revisitar as minhas próprias convicções. Em uma democracia, nenhum tema é tabu e tudo pode ser repensado. Também essa me parece ser uma contribuição do homenageado à jurisdição constitucional”. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-jun-24/te-lo-adversario-tese-enfrentar-exercito-homem>>. Acesso em 02 de jan. 2013.

A universalidade do direito de informar foi o fundamento central da decisão que eliminou a exigência de diploma superior para o exercício do jornalismo. O Supremo Tribunal Federal, por sete votos a um, entendeu que o Decreto nº 972/1969¹¹⁵, regulamentador da profissão de jornalista, não fora recepcionado pela Carta de 1988. Gilmar MENDES, relator da matéria, expôs que, no âmbito dos direitos fundamentais, a ideia de restrição é quase trivial, enfatizando que a Corte tem entendimento fixado no sentido de que restrições legais à liberdade de exercício profissional somente podem ser levadas a efeito no tocante às qualificações profissionais, e que a restrição legal desproporcional que viola o conteúdo essencial da liberdade deve ser declarada inconstitucional.

De acordo com ele, as qualificações profissionais de que trata o artigo 5º, inciso XIII, da Constituição, somente podem ser exigidas pela lei daquelas profissões que, de alguma maneira, podem trazer perigo de dano à coletividade ou prejuízos diretos a direitos de terceiros. Não seria o caso do Jornalismo:

A profissão de jornalista, por não implicar riscos à saúde ou à vida dos cidadãos em geral, não poderia ser objeto de exigências quanto às condições de capacidade técnica para o seu exercício. Eventuais riscos ou danos efetivos a terceiros causados pelo profissional do jornalismo não seriam inerentes à atividade e, dessa forma, não seriam evitáveis pela exigência de um diploma de graduação. Dados técnicos necessários à elaboração da notícia (informação) deveriam ser buscados pelo jornalista em fontes qualificadas profissionalmente sobre o assunto. Seguindo a linha de raciocínio até aqui desenvolvida, esses entendimentos, que bem apreendem o sentido normativo do art. 5º inciso XIII, da Constituição, já demonstram a desproporcionalidade das medidas estatais que visam a restringir o livre exercício do jornalismo mediante a exigência de registro em órgão público condicionado à comprovação de formação em curso superior de jornalismo.¹¹⁶

¹¹⁵ O texto do referido decreto dizia em seu artigo 4º que “O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que se fará mediante a apresentação de: (...) V - diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por este credenciada, para as funções relacionadas de " a " a " g " no artigo 6º.

¹¹⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MENDES, Gilmar. *Recurso Extraordinário 511.961-1*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?cocTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

Nesse cenário, MENDES, ao ponderar a questão do ponto de vista da proporcionalidade¹¹⁷, entendeu que a lei em análise violava diretamente o art. 5º, inciso XIII, da Constituição, pois, no âmbito de livre expressão, não são tolerados empecilhos de ordem legislativa:

Em se tratando de jornalismo, atividade umbilicalmente ligada às liberdades de expressão e de informação, o Estado não está legitimado a estabelecer condicionamentos e restrições quanto ao acesso à profissão e respectivo exercício profissional. (...) Qualquer controle desse tipo, que interfira na liberdade profissional no momento do próprio acesso à atividade jornalística, configura, ao fim e ao cabo, *controle prévio* que, em verdade, caracteriza censura *prévia* das liberdades de expressão e de informação, expressamente vedada pelo art. 5º, inciso IX, da Constituição.¹¹⁸

Ademais, observou o magistrado que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, já em 1985, declarava a obrigatoriedade do diploma universitário e da inscrição em ordem profissional para o exercício da profissão de jornalista como um atentado à Convenção Americana de Direitos Humanos, que protege a liberdade de expressão em sentido amplo. A incompatibilidade do artigo 4º inciso V do decreto que regulamenta a profissão de jornalista com o artigo 13 da Convenção do Tratado de São José da Costa Rica embasou a decisão da ministra Cármen Lúcia Antunes ROCHA¹¹⁹.

Na mesma linha, decidiu o ministro Ricardo LEWANDOWSKI que, ao analisar o inciso XIII do art. 5º da Carta de 1988, frisou que este deve necessariamente ser confrontado com o disposto no inciso IX do mesmo artigo, cujo teor garante a livre expressão da atividade intelectual, artística e de comunicação, independentemente de censura ou licença, tal qual o preceituado pelo artigo 220. O ministro fundamentou

¹¹⁷ Sobre essa temática, importante é o ensinamento do próprio ministro Gilmar Mendes. Em artigo publicado na Revista Diálogo Jurídico, do Estado da Bahia, em 2001, ele explica que a utilização do princípio da proporcionalidade ou da proibição de excesso no Direito constitucional envolve a apreciação da necessidade e adequação da providência legislativa e assevera que a aferição da constitucionalidade da lei em face do princípio da proporcionalidade ou da proibição de excesso contempla os próprios limites do poder de conformação outorgado ao legislador. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br/pdf_5/diálogo-jurídico-05-agosto-2001-Gilmar-Mendes.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2010.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *Recurso Extraordinário 511.961-1*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?cocTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

sua decisão sob a égide de que a norma em questão representava um resquício do regime autoritário que comandava o país à época:

A plena liberdade de expressão do pensamento, isenta de quaisquer restrições ou empecilhos de caráter legal ou burocrático, que encontra abrigo na nova ordem constitucional, mostra-se, ademais, inteiramente consentânea com os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, em especial com o Pacto de San José da Costa Rica, internalizado pelo Decreto nº 678/92 – e que integra o patrimônio de direitos implícitos da cidadania, a teor do § 2º do art. 5º da Constituição.¹²⁰

Carlos AYRES BRITTO, a seu turno, julgou com a mesma compreensão, mas sob o enfoque de que o regime jurídico constitucional da liberdade de imprensa é exclusivo, portanto não havendo como compará-lo com qualquer outra matéria versada pela Constituição. De acordo com o ministro, a liberdade de manifestação do pensamento e a liberdade de informação são “bens jurídicos que dão conteúdo à liberdade de imprensa e são superiores bens de personalidade. Verdadeiros sobredireitos, que servem mais que os outros à dignidade da pessoa humana e à própria democracia”.¹²¹ Assim, considerou o julgador que a Constituição fez uma opção pela liberdade de imprensa:

Leiamos a cabeça desse art. 220: “Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação,” - e vem uma linguagem radical que bem fala do compromisso da Constituição com o caráter absoluto dessa liberdade - “sob qualquer forma, processo ou veículo” e a Constituição prossegue na radicalidade vernacular “não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. Aqui, o termo “observado” significa atentar para o disposto na Constituição, tão somente. Não na lei. Logo, “observado o disposto nesta Constituição”, mas apenas como consequência ou responsabilização, que é o plano da aferição a *posteriori* das coisas.¹²²

AYRES BRITTO assume, portanto, a compreensão polêmica de que a liberdade de imprensa é quase absoluta, “tão absoluta quanto outros direitos de índole

¹²⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. LEWANDOWSKI, Ricardo. *Recurso Extraordinário 511.961-1*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?cocTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

¹²¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AYRES BRITTO, Carlos. *Recurso Extraordinário 511.961-1*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?cocTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

¹²² Idem.

igualmente constitucionais, como, por exemplo: “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.¹²³

No tocante à chamada Lei de Imprensa (Lei nº 5250/67), o julgamento caminhou pelo mesmo prisma. A Corte, ao julgar a Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 130, entendeu, por maioria de votos, que o texto, editado em período de exceção institucional, mostrava-se incompatível com os valores e princípios abrigados na Constituição Federal de 1988. Além disso, a compreensão da maioria dos ministros girou em torno de que o direito de informar, espécie da qual o gênero é a liberdade de expressão e comunicação, não pode enfrentar obstáculos prévios, sobretudo de natureza legal, para ser efetivado.

AYRES BRITTO, que relatou a matéria, tal como na argumentação usada para refutar a exigência do diploma para a prática do jornalismo, extirpou a legislação em atento por entendê-la não consoante com o fundamento democrático presente na Lei Maior do país, em que a Imprensa passa a manter com a democracia a mais entranhada relação de mútua dependência ou retroalimentação:

Falo da democracia como categoria jurídico-positiva (não simplesmente filosófico-política), que em toda Constituição promulgada por uma Assembleia Constituinte livremente eleita consubstancia o movimento, o fluxo ascendente do poder de governar a pólis; quer dizer, o poder de governar toda a coletividade como aquele que vem de baixo para cima, e não de cima para baixo da escala social. A implicar, por evidente, prestígio das bases governadas e limitação das cúpulas governantes. Um tirar o povo da plateia para colocá-lo no palco das decisões que lhe digam respeito. Onde figurar, ela, democracia, como questão ou causa verdadeiramente planetária, ao lado da ecologia e da ética na vida pública.¹²⁴

Conceitualmente, AYRES BRITTO vislumbra os dispositivos constitucionais que albergam a liberdade de comunicação como radicais – no sentido de alargar o regime de plena liberdade de atuação da imprensa, em que “os mencionados direitos de personalidade (liberdade de pensamento, criação, expressão e informação) estão a salvo de qualquer restrição em seu exercício, seja qual for o suporte físico ou

¹²³ Idem.

¹²⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AYRES BRITTO, Carlos. *ADPF 130*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

tecnológico de sua veiculação”¹²⁵, e que o exercício de todos estes não se sujeita a outras disposições que não sejam as figurantes dela própria, Constituição.

O magistrado não se olvidou de sustentar sua decisão também no fato de que a então vigente Lei de Imprensa fora concebida e promulgada num prolongado período autoritário, “regime de exceção escancarada ou vistosamente inconciliável com os arejados cômodos da democracia afinal resgatada e orgulhosamente proclamada na Constituição de 1988. E tal impossibilidade de conciliação, sobre ser do tipo material ou de substância (vertical, destarte), contamina toda a Lei”.¹²⁶

Justamente focada nesse ínterim, ROCHA votou pela revogação da regra por visualizar como sendo o fundamento da Constituição a própria democracia, o que não se compadeceria com qualquer tipo de restrição.

A liberdade de imprensa – como a manifestação talvez mais importante da liberdade, porque a liberdade de pensamento para informar, se informar e ser informado, que é garantia de todo mundo, se compõe, exatamente, para a realização da dignidade da pessoa humana, ao contrário de uma equação que pretendem ver como se fossem dados adversos. Eu acho que são dados complementares, quer dizer, quanto menor a informação, menor a possibilidade de liberdade que o ser humano tem, e, portanto, menor dignidade em relação ao outro, criando cidadanias diferentes.¹²⁷

Carlos Alberto MENEZES DIREITO abraçou tese semelhante, de que a liberdade de comunicação não pode sofrer percalços de qualquer grau, pois se trata de um dos alicerces da democracia, ao lado do voto. Em suas palavras, “a liberdade de expressão íntegra, necessariamente, o conceito de democracia política, porquanto significa uma plataforma de acesso ao pensamento e à livre circulação das ideias. Mas essa liberdade, vista como instituição e não como direito, divide o espaço constitucional com a dignidade da pessoa humana, que lhe precede em relevância pela

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *ADPF 130*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

natureza mesma do ser do homem, sem a qual não há nem liberdade, nem democracia”.¹²⁸

O julgador, doutrinariamente, elegeu o ensino de Ronald DWORKIN para embasar a decisão pelo expurgo da Lei de Imprensa do Ordenamento jurídico nacional:

Escreveu Dworkin que "as duas instituições aumentaram seu poder juntas, numa espécie de simbiose constitucional: a influência da imprensa decorre em grande parte da justificada crença do público de que uma imprensa livre e poderosa serve para impor bem-vindas restrições às atitudes de segredo e desinformação por parte do Estado. A intenção mais básica dos autores da Constituição era a de criar um sistema equilibrado de restrições ao poder: o papel político da imprensa agindo dentro de uma imunidade limitada em relação aos seus próprios erros, parece agora um elemento essencial desse sistema - pelo fato mesmo de a imprensa ser a única instituição dotada de flexibilidade, do âmbito e da iniciativa necessárias para descobrir e publicar as mazelas secretas do Executivo, deixando a cargo das outras instituições do sistema a tarefa de saber o que fazer."¹²⁹

Ricardo LEWANDOWSKI sublinhou, a seu turno, que a lei infraconstitucional em discussão sequer seria necessária, pois a matéria da liberdade de comunicação encontra-se regulamentada pela própria Carta de 1988. Diversos dispositivos constitucionais garantem o direito à manifestação de pensamento – direito de eficácia plena e aplicabilidade imediata, o que tornaria impossível ao legislador ordinário “graduar de antemão, de forma minudente, os limites materiais do direito de retorção, diante da miríade de expressões que podem apresentar, no dia-a-dia, os agravos veiculados pela mídia em seus vários aspectos”.¹³⁰

Celso de MELLO, no mesmo bojo, depreendeu que “nada mais nocivo e perigoso do que a pretensão do Estado de regular a liberdade de expressão e pensamento”.¹³¹ Sob a mesma conceituação adotada por José Afonso da SILVA, o

¹²⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MENEZES DIREITO, Carlos Alberto. *ADPF 130*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. LEWANDOWSKI, Ricardo. *ADPF 130*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

¹³¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Celso de. *ADPF 130*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

ministro decretou que “não se pode ignorar que a liberdade de imprensa, enquanto projeção da liberdade de manifestação de pensamento e de comunicação, reveste-se de conteúdo abrangente, por compreender, dentre outras prerrogativas relevantes que lhe são inerentes, o direito de informar, o direito de buscar a informação, o direito de opinar e o direito de criticar”.¹³²

Ademais, tal qual votaram AYRES BRITO e ROCHA, MELLO citou o fundamento democrático da Carta de 1988 para brevar a Lei de Imprensa, na qual “Ninguém desconhece que, no contexto de uma sociedade fundada em bases democráticas, mostra-se intolerável a repressão penal ao pensamento, ainda mais quando a crítica - por mais dura que seja - revele-se inspirada pelo interesse público e decorra da prática legítima de uma liberdade pública de extração eminentemente constitucional (CF, art. 5º, IV, c/c o art. 220).¹³³

Indispensável citar a leitura de Cezar PELUSO. O ministro asseverou que a liberdade da imprensa é plena nos limites conceitual-constitucionais, dentro do espaço que lhe reserva a Constituição. E, sob esse enfoque, entende ele que “é certo que a Constituição a encerra em limites predefinidos, que o são na previsão da tutela da dignidade da pessoa humana. A Constituição tem a preocupação de manter equilíbrio entre os valores que adota, segundo as suas concepções ideológicas, entre os valores da liberdade de imprensa e da dignidade da pessoa humana”.¹³⁴

No outro julgado, o que autorizou as Marchas da Maconha, os direitos fundamentais da livre reunião e manifestação do pensamento foram os principais argumentos albergados pelo STF para a decisão. Os ministros do Tribunal compreenderam pela constitucionalidade dos eventos que reúnem manifestantes favoráveis à descriminalização do uso da droga. Por unanimidade, os magistrados acordaram que esse tipo de manifestação não pode ser considerado crime previsto no artigo 33, parágrafo 2º, da Lei de Tóxicos (Lei nº 11.343/2006), o que configuraria afronta aos direitos de reunião e, sobretudo, de livre expressão do pensamento.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

¹³⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. PELUSO, Cezar. *ADPF 130*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

AYRES BRITTO, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4274, seguiu a compreensão que tivera nos julgamentos do diploma e da Lei de Imprensa de que a liberdade de expressão faz parte do rol de direitos individuais de matriz constitucional e, portanto, deve ser protegida pelo Estado em nome da ordem democrática:

Vivemos hoje em uma sociedade de informação e de comunicação, em que o ser humano primeiro se informa para melhor se comunicar com seus semelhantes, e o direito de reunião pode ser visto como especial veículo dessa busca de informação para uma consciente tomada de posição comunicacional.¹³⁵

Celso de MELLO, sob a mesma leitura, votou no sentido de que “a mera expressão de pensamento não pode ser objeto de restrição, sob pena de se estabelecer um domínio institucional sobre o pensamento crítico”¹³⁶. Para ele, em uma comunidade estatal concreta, regida pelo princípio democrático, “ideias não podem ser temidas, muito menos reprimidas, sob o falso argumento de que hostilizam padrões morais ou culturais hegemônicos consolidados no âmbito de uma determinada formação social. O que me parece irrecusável é que ideias devem ser combatidas com ideias e não sufocadas pelo exercício opressivo do poder estatal ou pela intolerância de grupos hegemônicos, partidários de uma *Weltanschauung*, vale dizer, de uma concepção de mundo dominante na estrutura social”.¹³⁷

Gilmar MENDES, sob a égide de que os direitos fundamentais operam por sustentar o regime das liberdades, defendeu que no caso em tela se estava diante de direitos que têm dimensão – como a liberdade de expressão – democrático-funcional. “São direitos básicos do próprio sistema democrático, o funcionamento do próprio

¹³⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AYRES BRITTO, Carlos. *ADI 4274*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1955301> >. Acesso em: 13 de set. 2012.

¹³⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Celso de. *ADI 4274*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1955301> >. Acesso em: 13 de set. 2012.

¹³⁷ Idem.

sistema; são direitos individuais, mas são direitos organicamente também institucionais; dão uma dimensão, inclusive, participativa”¹³⁸.

Os limites do direito da liberdade de expressão, entretanto, não poderiam ser traçados de forma abstrata, do livre pelo livre, conforme o voto de Cezar PELUSO. Assim, o magistrado refutou a visão próxima de um direito *quase absoluto*. De acordo com o julgado, o exame da questão envolvida deve ser discutido em cada caso “para não resultar em uma outorga de legitimidade a certos atos que repugnariam à consciência democrática, coletiva e ao próprio sistema jurídico constitucional de um país civilizado”¹³⁹.

Marco Aurélio MELLO frisou, a seu turno, que o direito de reunião previsto no inciso XVI da CR/88 “está associado umbilicalmente a outro da maior importância em sociedades que se digam democráticas: o ligado à manifestação do pensamento”¹⁴⁰. Tal argumento coaduna com o usado em seu voto vencido no histórico julgamento¹⁴¹ do caso Ellwanger pela Suprema Corte.

Trata-se o presente caso de julgamento de *Habeas Corpus* nº 82.424, em setembro de 2003, pelo Supremo Tribunal Federal. O paciente, editor e escritor gaúcho Siegfried Ellwanger, publicara obras de sua autoria e de outros autores defendendo um revisionismo histórico em relação ao Holocausto dos judeus. Processado por crime de racismo, nos termos do artigo 5º, XLII da CR/88 e do artigo 20 da Lei 7.716/1989, foi absolvido em primeira instância, por entender o magistrado que estava o réu abrigado pelo direito à liberdade de expressão.

¹³⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MENDES, Gilmar. *ADI 4274*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1955301> >. Acesso em: 13 de set. 2012.

¹³⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. PELUSO, Cezar. *ADI 4274*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1955301> >. Acesso em: 13 de set. 2012.

¹⁴⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Marco Aurélio. *ADI 4274*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1955301> >. Acesso em: 13 de set. 2012.

¹⁴¹ A importância histórica do chamado caso Ellwanger é descrita com precisão em artigo jornalístico assinado pelo jurista Celso Lafer, professor titular da faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) denominado *O STF e o racismo: o caso Ellwanger*. Ver em < http://www.verdestrigos.org/sitenovo/site/cronica_ver.asp?id=271>. Acesso em: 11 de ago. 2011

Houve apelação e, em segundo grau, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul o condenou à pena de 2 anos de reclusão com *sursis*, sob o fundamento de que Ellwanger promoveu apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias contra o povo judeu. O caso subiu ao Superior Tribunal de Justiça, que manteve a condenação e, finalmente, ao Supremo Tribunal Federal, que igualmente ratificou o *decisium*, por maioria. José Emílio Medauar OMMATI assim descreve o julgamento:

Os ministros do STF foram sensíveis ao caso, justamente porque pela primeira vez na história nacional chegava ao STF, a mais alta Corte do país e o Tribunal responsável constitucionalmente por definir o que é a Constituição em termos institucionais, um caso versando sobre prática de racismo e, portanto, sobre a correta delimitação dos princípios de igualdade e liberdade e, portanto, de uma comunidade de princípios que estava em jogo.¹⁴²

Do duelo argumentativo no Supremo Tribunal, interessa a este estudo o julgado de Marco Aurélio MELLO, que construiu um de seus mais consistentes votos em defesa do preceito da liberdade de expressão.

O magistrado, de plano, pôs-se a tratar da ligação entre democracia e o respeito aos direitos fundamentais, em que enunciou perceber a garantia da livre expressão como detentora de papel de extrema relevância, em suas mais variadas facetas: direito de discurso, direito de opinião, direito de imprensa, direito à informação e proibição de censura¹⁴³. De acordo com ele, é por meio desse direito que ocorre a participação democrática, registrada na possibilidade de as mais diferentes e inusitadas opiniões serem externadas de forma aberta sem que haja preocupação com o que pensam o Estado ou a opinião majoritária.

Nesse sentido, entendeu o julgador que é fácil perceber a importância do direito à liberdade de expressão se forem analisadas as dimensões e finalidades substantivas que o caracterizam:

A principal delas, ressaltada pelos mais modernos constitucionalistas no mundo, é o valor instrumental, já que funciona como uma proteção da autodeterminação democrática da

¹⁴² OMMATI, José Emílio Medauar. *Liberdade de expressão e discurso de ódio na Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 3.

¹⁴³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Marco Aurélio. *HC 82424*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>>. Acesso em: 3 de out. 2010.

comunidade política e da preservação da soberania popular. Em outras palavras, a liberdade de expressão é um elemento do princípio democrático, intuitivo, e estabelece um ambiente no qual, sem censura ou medo, várias opiniões e ideologias podem ser manifestadas e contrapostas, consubstanciando um processo de formação do pensamento da comunidade política”.¹⁴⁴

MELLO frisou, no entanto, que a liberdade em atento, assim como os demais princípios que integram o sistema de direitos fundamentais, não possui caráter absoluto, resolvendo-se as demandas, caso a caso, a partir do caminho da ponderação, o que possibilita um meio-termo entre a vinculação e a flexibilidade dos direitos.¹⁴⁵

Nesse contexto, e diante do embate liberdade de expressão *versus* racismo, no mérito, o magistrado entendeu como preconceituosas as obras de Ellwanger, mas isso não justificaria a proibição da divulgação das ideias do autor, uma vez que o Estado se torna mais democrático quando não expõe esse tipo de trabalho a uma censura oficial e, ao contrário, deixa a missão para a sociedade, formando sua própria opinião:

À medida que se protege o direito individual de livremente exprimir as ideias, mesmo que estas pareçam absurdas ou radicais, defende-se também a liberdade de qualquer pessoa manifestar a própria opinião, ainda que afrontosa ao pensamento oficial ou ao majoritário. É nesse sentido que, por inúmeras ocasiões, a Suprema Corte Americana, em hipóteses a evidenciar verdadeiras colisões de direitos fundamentais, optou pela primazia da liberdade de expressão, mesmo quando resultasse em acinte aos valores culturais vigentes (por exemplo, pornografia, no caso “Miller v. California”) ou em desrespeito à imagem de autoridades e pessoas públicas, como no caso “Falwell v. Hustler Magazine”. Inc.. No caso “New York Times v. Sullivan”, o juiz Willian Brennan¹⁴⁶, redator do acórdão, salientou: “A liberdade de expressão sobre questões públicas é assegurado pela Primeira Emenda, e esse

¹⁴⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Marco Aurélio. *HC 82424*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>>. Acesso em: 3 de out. 2010.

¹⁴⁵ *Idem*.

¹⁴⁶ O teor da decisão do juiz Willian Brennan no caso New York Times vs. Sullivan é fruto de larga análise de Ronald DWORKIN em *O direito da liberdade*. Acerca da importância da decisão, o filósofo norte-americano escreveu que “o juízo de Brennan permitiu que a imprensa norte-americana desempenhasse com mais confiança seu papel de proteger a democracia – mais do que a imprensa de qualquer outro lugar do mundo. A vitória conquistada por esse juiz não é diminuída pelo fato de as premissas intelectuais de seu argumento terem de ser ampliadas em face das ameaças muito diferentes que agora se interpõem no caminho da liberdade; tampouco é diminuída pelo fato de seu esquema legal, radical em sua época, já ter sido firmado o suficiente para o poder ser simplificado. Sullivan foi uma batalha importantíssima na defesa de nossa liberdade mais importante, mas agora temos novas batalhas a nossa frente”. In: DWORKIN, Ronald. *O Direito da Liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 343.

sistema garante o livre intercâmbio de ideias para propiciar as mudanças políticas e sociais desejadas pelo povo.¹⁴⁷

MELLO ainda guardou voz para criticar o que entendia ser uma função simbólica do Tribunal, ao refutar o direito de livre exprimir uma releitura de um fato histórico. Para ele, “à medida que venha a relativizar a garantia da liberdade de expressão, enquadrando como manifestação racista o livro de autoria do paciente, bem como as publicações de que fora editor, terminará por praticar função simbólica, implementando uma imagem politicamente correta perante a sociedade. Estaríamos, então, diante de uma hipótese de ‘Jurisprudência Simbólica’, sobressaindo a defesa do pensamento antinazista, quando em jogo se faz, isto sim, a liberdade de expressão, de pensamento”¹⁴⁸.

O evidente receio do ministro à época em estabelecer precedente no sentido da restrição das liberdades, todavia, não se confirmou em julgamentos futuros sobre a liberdade de expressão, como se percebe claramente nos casos trazidos a esta dissertação.

¹⁴⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Marco Aurélio. *HC 82424*. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>>. Acesso em: 3 de out. 2010.

¹⁴⁸ *Idem*.

2 O DIREITO UNIVERSAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

2.1 A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

Embora o constituinte não tenha feito referência explícita à universalidade dos direitos fundamentais no texto de 1988, a Carta da República carrega em sua própria essência o tocante ao princípio da universalidade. SARLET advoga que, por conta deste, todas as pessoas, pelo simples fato de serem pessoas, estão abrigadas como titulares de direitos fundamentais. Apesar desse propósito, ressalva que isso “não significa que não possa haver diferenças a serem consideradas, inclusive, em alguns casos, por força do próprio princípio da igualdade, além de exceções expressamente estabelecidas pela Constituição, como dá conta a separação entre brasileiro nato e naturalizado, algumas distinções relativas aos estrangeiros, entre outras”¹⁴⁹.

Tais exceções, necessário acentuar, não se incompatibilizam com o princípio da universalidade dos direitos fundamentais. O autor sublinha que há garantias que são atribuídas apenas a determinadas pessoas¹⁵⁰ e, por isso, não há de se falar em ofensa à

¹⁴⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, p. 211.

¹⁵⁰ São exemplos das distinções entre pessoas os direitos dos cônjuges, dos pais, dos filhos, dos trabalhadores, dos detentos, dos consumidores, etc.

amplidão do preceito, uma vez que a aplicação do princípio da universalidade se destina justamente ao titular de seus respectivos direitos.¹⁵¹

Dessa maneira, é correto dizer que a Carta da República vigente, no caput do seu artigo 5º, reconhece como titular de direitos fundamentais, orientada pelo princípio da dignidade humana (artigo 1, inciso III) em conexão com os princípios da igualdade e da universalidade, todas as pessoas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras residentes no país¹⁵².

BONAVIDES classifica a universalidade dos direitos fundamentais como nova, por essa ser diferente do sentido abstrato e metafísico da Declaração dos Direitos do Homem de 1789, “uma Declaração de compromisso ideológico definido, mas que nem por isso deixou de lograr expansão ilimitada, servindo de ponto de partida valioso para a inserção dos direitos da liberdade – direitos civis e políticos – no constitucionalismo rígido de nosso tempo, com uma amplitude formal de posituação a quem nem sempre corresponderam os respectivos conteúdos materiais”.¹⁵³

A partir desse preâmbulo, o doutrinador encaminha a tese de que a universalidade em tela, abarcadora de todos os cidadãos, possui um alto grau de juridicidade, concretude, positividade e eficácia. Nas palavras de BONAVIDES, “é uma universalidade que não exclui os direitos de liberdade, mas primeiro os fortalece com as expectativas e os pressupostos de melhor concretizá-los mediante a efetiva adoção dos direitos da igualdade e da fraternidade.”¹⁵⁴

Walter Claudius ROTHENBURG, por sua vez, afirma que os direitos fundamentais são universais porque se encontram inerentes à própria condição humana, mas adverte:

¹⁵¹ SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais...*, p. 212.

¹⁵² O debate acerca de eventuais limitações de gozo de direitos e garantias fundamentais por estrangeiros não se aplicam às liberdades de comunicação, de informação e se informar, tampouco ao direito à informação, visto tais restrições serem adstritas a outras temáticas que não às das referidas liberdades. Nesse sentido, claras são as lições de SARLET, Ingo Wolfgang. *Op. Cit.*, p. 213, e BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional...* p. 583.

¹⁵³ BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional...* p. 591.

¹⁵⁴ Idem.

Peculiaridades locais ou ocasionais não teriam o condão de afastar o dever de respeito e promoção dos direitos fundamentais. Tal característica, no entanto, precisa ser devidamente compreendida. Se é certo que a noção de direitos fundamentais parte e gira em torno da ideia de atributos do ser humano por sua mera condição existencial, a indicação do conteúdo desses direitos fica a cargo da consciência desenvolvida por determinada comunidade em cada momento histórico. A universalidade não deve ocultar o diferente significado que um ‘mesmo’ direito fundamental (uma mesma expressão normativa) assume em contextos diversos - o que implica uma consideração constitucional das distintas realidades, como a dos países “periféricos” (subdesenvolvidos). Vai daí, também, o esconjuro de “fundamentalismos”: repudia-se a imposição de determinado valor como absoluto (independentemente de sua aceitação pela sociedade).¹⁵⁵

Essa “validade universal”, por conseguinte, na citada teoria, não pode ser entendida como aceitação de absoluta uniformidade. ROTHENBURG preocupa-se com o que considera ser opressão com fundamento em determinados valores, vinculados a conceitos universais de natureza burguesa. Para ele, em linha de princípio, “não se deveria admitir a imposição de situações que não contassem com a aceitação consciente das respectivas comunidades e que, portanto, representassem violações de direitos fundamentais sob a perspectiva dos próprios titulares”.¹⁵⁶

Premente reconhecer, contudo, que essa ponderação não atinge a demanda de informação represada aos afastados do mercado de consumo. Ao contrário. A população mais carente é objeto incontestado da universalidade não efetivada dos direitos fundamentais da comunicação. Em regra, o acesso à possibilidade de transmitir por veículo de massa informações que lhe sejam úteis para o preenchimento particular do princípio da dignidade da pessoa humana é vetado, bem como o recebimento de conteúdo de interesse individual e coletivo para o desenvolvimento da cidadania.

Em realidade, a doutrina nacional pouco trata do tema do princípio da universalidade especificamente ligado à liberdade de expressão, salvo quando instada a resolver hipotéticos casos de colisão entre direitos fundamentais e, majoritariamente,

¹⁵⁵ ROTHENBURG, Walter Claudius. *Direitos Fundamentais e suas características*. Disponível em: <<http://www.sedep.com.br/?idcanal=24215>>. Acesso em: 31 de jul. 2013.

¹⁵⁶ Idem.

sob o foco da indivisibilidade dos direitos¹⁵⁷ e/ou da proporcionalidade¹⁵⁸, sem exaltar especificamente o princípio do acesso universal a noticiar e a receber informação.

Nesse sentido, há de se reconhecer como relevante o debate sobre a colisão de direitos fundamentais, ainda que este trabalho não pretenda tratar especificamente sobre o tema das restrições. Marcos Augusto MALISKA é preciso ao ensinar que o choque em atento tanto pode ocorrer entre os próprios direitos fundamentais ou entre um direito fundamental e outros valores constitucionais:

A colisão entre direitos fundamentais pode acontecer, por exemplo, entre as liberdades artística, intelectual, científica ou de comunicação (art. 5, IX da CF) e a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem das pessoas (art. 5, X da CF). Já a colisão entre direitos fundamentais e outros valores constitucionais pode ser observada quando interesses individuais (tutelados por direitos fundamentais) contrapõem-se a interesses da comunidade, reconhecidos também pela constituição, tais como: saúde pública, integridade territorial, família, patrimônio, cultura, segurança pública e outros. Neste sentido, o bem comunitário saúde pública (art. 6 da CF) pode colidir com o direito da livre locomoção (art. 5, XV, da CF).¹⁵⁹

Por derradeiro, e em síntese, percebem-se na doutrina duas vertentes sobre o princípio da universalidade dos direitos fundamentais. A primeira, citada inicialmente nesse item, é a que observa o preceito como um instrumento geral, amplo e com suas

¹⁵⁷ ROTHENBURG é claro ao explicar a chamada indivisibilidade dos direitos fundamentais. De acordo com ele, pode-se compreender esta característica sob o ângulo de cada direito fundamental, que constitui uma unidade incindível em seu conteúdo elementar, bem como sob o ângulo dos diversos direitos fundamentais, no sentido de que não se pode aplicar apenas alguns dos direitos fundamentais reconhecidos. “Para ilustrar, na primeira acepção, não seria admissível a aplicação da liberdade de ensino em qualquer educandário, apenas quanto ao local, mas desacompanhada da eleição dos métodos didáticos julgados adequados, ou seja, impondo-se o modo de ensinar; na segunda acepção, e no contexto da atual Constituição brasileira, que prevê tanto o direito à assistência quanto o direito à previdência social, não seria admissível que o Poder Público negasse o primeiro. A indivisibilidade dos diversos direitos fundamentais indica a necessidade de respeito e desenvolvimento de todas as categorias de direitos fundamentais - assim os direitos de proteção (especialmente os clássicos direitos individuais ou liberdades públicas) como os direitos a prestação (especialmente os direitos sociais) - e, nesse sentido complementar, evoca a interdependência e a inter-relação dos direitos fundamentais. Atente-se, contudo, a que a realização de um direito fundamental pode dar-se em diferentes graus de intensidade, embora exigindo sempre o respeito à unidade de conteúdo. Assim também a quantidade de direitos fundamentais reconhecidos, bem como a forma desse reconhecimento, varia, conquanto todos os direitos fundamentais que estejam reconhecidos mereçam realização”. ROTHENBURG, Op. Cit. Acesso em: 31 de jul. 2013.

¹⁵⁸ Como visto no capítulo anterior, quando dos julgados pelo Supremo Tribunal Federal sobre causas atinentes à liberdade de expressão em sentido amplo.

¹⁵⁹ MALISKA, Marcos Augusto. *O direito à educação e a constituição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001, p. 95.

distinções toleradas, um princípio conexo necessário e fundamental para o cumprimento da dignidade da pessoa humana; e a segunda, em que se eleva a inquietação com a admissão forçosa por grupos culturalmente diferentes de comportamentos tidos como universais – sob a lógica liberal-burguesa – o que, em casos particulares, ofende a dignidade desse grupo de pessoas.

Destaque-se, neste cenário, a posição de Rosinaldo Silva de SOUSA:

Ao invés do indivíduo do liberalismo, trata-se agora de minorias culturais, étnicas, raciais, sociais ou de gênero, as quais reclamam direitos para seus respectivos grupos. O objeto de disputa de direitos também é peculiar: o direito a uma identidade cultural autêntica e a um processo de subjetivação autônoma, isto é, formação de identidades positivas, baseadas em critérios valorativos próprios. Esta nova configuração social apresenta-se como um desafio ao campo jurídico, que deve enfrentar os impasses engendrados pela contraposição dos sujeitos de direitos coletivos *x* sujeito de direito individual. Outro dilema comum que contrapõe os direitos coletivos, baseados na diferença, aos direitos individuais, é a universalização de direitos de “cidadania igual” a grupos *diferentes*.¹⁶⁰

A visão da antropologia vai adiante e diz que a universalização da condição de sujeito individual de direito, implicada na cidadania liberal, invalida a visualização de particularidades de outras minorias. SOUSA percebe que o problema está na ideia de indivíduo abstrato, sem considerar as especificidades culturais dos grupos envolvidos.¹⁶¹ O autor defende que o direito à diferença é requisito para a realização da cidadania em qualquer sociedade verdadeiramente democrática.

O pesquisador conclui que somente por meio de uma política cultural de largo alcance se poder-se-á consolidar um movimento de politização da cultura, a ponto de esta ser amplamente considerada como um bem inalienável, ao qual não se pode negar reconhecimento no campo das políticas públicas.

Em se considerar o pensamento de SOUSA, o fato é que, seja por esta ótica, seja pela compreensão universalista clássica, somente com o real exercício da liberdade de expressão, com a efetivação para todos do referido direito em seu caráter

¹⁶⁰ SOUSA, Rosinaldo Silva de. Direitos humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica. In: *Antropologia e direitos humanos*. NOVAES, Regina Reyes; LIMA, Roberto Kant de. Niterói: EdUFF, 2001, p. 47.

¹⁶¹ Idem.

mais aberto e plural, há de se falar em cidadania¹⁶².

Valerio de Oliveira MAZZUOLI argumenta que somente a educação política é capaz de propulsionar a prática de reivindicação de direitos e, conseqüentemente, a consolidação do sujeito como completo em sua dignidade.¹⁶³ Assim, se o desafio maior é a eliminação da pobreza política tendo em conta que o indivíduo não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa à exclusão, o processo educacional em tela envolve, mais além do que a formação tradicional de ensino, o acesso à informação. A falta de cultura de uma comunidade em situação econômica de risco passa necessariamente pelo déficit de liberdade de expressão.

Para melhor compreensão dessa problemática, há de se adentrar à chamada perspectiva objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais, o que essa dissertação denomina de universalidade dupla face dos direitos cobertos pela liberdade de dizer, de ouvir, de se fazer ouvir e, coletivamente, a ser informado.

2.2 A UNIVERSALIDADE DUPLA FACE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ATINENTES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As perspectivas objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais constituem uma das mais relevantes formulações do direito constitucional contemporâneo.¹⁶⁴ Essa dupla face faz com que os direitos fundamentais sejam considerados tanto como (i) subjetivos/individuais quanto (ii) elementos objetivos fundamentais da comunidade, cuja formatação envolve a própria dimensão da democracia.

Marcos Augusto MALISKA compreende essa dimensão repartida como um acréscimo valioso na formulação de que os direitos fundamentais são meramente da pessoa, mas também – e sobretudo - decisões valorativas de natureza jurídico-objetiva,

¹⁶² O conceito de cidadania e sua interlocução com o direito fundamental à comunicação e ao acesso à informação será tratado no próximo capítulo desse trabalho.

¹⁶³ MAZZUOLI, Valerio e Oliveira. *Direitos humanos e cidadania à luz do direito internacional*. Campinas: Mineli, 2005, p. 120.

¹⁶⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, p. 209.

ou seja, é atribuído igualmente a eles um valor de solidariedade.¹⁶⁵

Joaquim José Gomes CANOTILHO distingue as duas perspectivas com clareza, em que um fundamento é subjetivo quando se refere ao significado ou à relevância da norma consagradora de um direito fundamental para o indivíduo, para os seus interesses, para a sua situação da vida, para a sua liberdade; enquanto o outro é “uma fundamentação objetiva de uma norma consagradora de um direito fundamental quando se tem em vista o seu significado para a coletividade, para o interesse público, para a vida comunitária”¹⁶⁶.

No mesmo campo, André Rufino do VALE conceitua que a dimensão subjetiva “refere-se ao significado ou relevância da norma consagradora de um direito fundamental para o indivíduo, para os seus interesses, para sua situação de vida, para a sua liberdade”, enquanto sob a dimensão objetiva “traduz-se na fundamentação dos direitos fundamentais como valores, regras ou princípios possuidores de validade objetiva, absoluta e universal, independentemente da experiência dos indivíduos. Com esse entendimento, normas de direitos fundamentais prescrevem deveres objetivos de forma a não se referirem a qualquer titular em concreto. Os direitos fundamentais, nesse sentido, representam princípios que irradiam por todo o ordenamento jurídico, influenciado em todos os seus âmbitos”¹⁶⁷.

MALISKA pontua, de outra parte, que não se trata de definir quais direitos fundamentais são individuais e quais possuem caráter objetivo, uma vez que um mesmo direito pode assumir as duas facetas:

A perspectiva objetiva dos direitos fundamentais não é compreendida como sendo o outro lado da moeda dos direitos subjetivos, necessariamente, requer um preceito de direito objetivo que a preveja. Ambos apresentam perspectivas distintas, ou seja, enquanto os direitos subjetivos estão vinculados ao indivíduo, o aspecto objetivo é direcionado à comunidade, pois os direitos fundamentais são aspirações não apenas dos indivíduos, mas da coletividade.¹⁶⁸

¹⁶⁵ MALISKA, Marcos Augusto. *Op. Cit.*, p. 99.

¹⁶⁶ CANOTILHO, Joaquim José Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 535.

¹⁶⁷ VALE, André Rufino do. *Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004, p. 77-78.

¹⁶⁸ MALISKA, Marcos Augusto. *Op. Cit.*, p. 100.

Se não há maiores dificuldades teóricas no que tange à perspectiva subjetiva dos direitos fundamentais¹⁶⁹, a acepção da visão comunitária ou coletiva da perspectiva objetiva merece maior explanação, a qual é explicada por SARLET a partir de três aspectos.

O primeiro deles é o pressuposto de que as normas de direitos fundamentais, tanto as que consagram direitos individuais quanto as que fundam obrigações de cunho objetivo ao Estado, podem ter natureza de princípio ou de regras e, assim sendo, “há que ter em mente a inexistência de um paralelismo necessário entre as regras e a perspectiva subjetiva e, por outro lado, entre princípios e perspectiva objetiva, de tal sorte que se pode falar em princípios meramente objetivos”.¹⁷⁰

O segundo aspecto aventado pelo autor envolve a necessidade de distinção entre a significação da perspectiva objetiva no seu aspecto axiológico ou como expressão de uma ordem valorativa fundamental objetiva e a sua produção de efeitos jurídicos autônomos para além da perspectiva subjetiva, salientando-se a relevância de ambos os aspectos para a teoria dos direitos fundamentais.

É nesse bojo teórico que se permite, por exemplo, o debate sobre a legitimação de restrições a direitos subjetivos com base no interesse comunitário. SARLET alinha tal raciocínio tendo em vista que o exercício dos direitos subjetivos individuais está condicionado ao seu reconhecimento pela comunidade na qual se encontra inserido:

Parece correto afirmar que todos os direitos fundamentais (na sua perspectiva objetiva) são sempre, também, direitos transindividuais. É neste sentido que se justifica a afirmação de que a perspectiva objetiva dos direitos fundamentais não só legitima restrições aos direitos subjetivos individuais com base no interesse comunitário prevalente, mas também que, de certa forma, contribui para a limitação do conteúdo e do alcance dos direitos fundamentais, ainda que deva sempre ficar preservado o núcleo essencial destes, de tal sorte que não se poderá sustentar uma funcionalização de uma dimensão subjetiva (individual ou transindividual) em prol da dimensão objetiva (comunitária e, neste sentido, sempre coletiva), no âmbito de uma supremacia apriorística do interesse público sobre o particular.¹⁷¹

¹⁶⁹ Para efeitos de delimitação teórica, este trabalho abraça o entendimento clássico de CANOTILHO de que os direitos fundamentais são, em primeira linha, direitos individuais, do que resulta a constatação de que, em se encontrando constitucionalmente protegidos como direitos individuais (o que é o caso do Brasil), esta proteção dar-se-á sob a forma de direito subjetivo. In: CANOTILHO, Joaquim José Gomes. *Direito Constitucional...*, p. 547.

¹⁷⁰ SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais...*, p. 144.

¹⁷¹ SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais...*, p. 146..

O terceiro ponto carrega a impossibilidade de se limitar a perspectiva objetiva dos direitos fundamentais a qualquer uma das facetas que a matéria em voga suscita, tendo em vista que a compreensão comunitária envolve em si a tese da própria abrangência. A eficácia desses, nesse plano, decorre de superar-se qualquer postura angular individualista, já que se cuida de valores gerais a serem concretizados amplamente, e, mais ainda, “a ordem genérica de efetivação inerente a todos os direitos fundamentais obviamente não se confunde e não afasta a existência de normas de direitos fundamentais de cunho impositivo que impõem ao legislador a concretização de determinadas tarefas”.¹⁷²

O processo de valorização da doutrina no que toca à perspectiva objetiva dos direitos fundamentais preenche, visivelmente, uma eventual postura estrita de trato da matéria como mero direito subjetivo-individual. Nesse ambiente de conscientização, o conteúdo normativo ampliado no que tange ao objeto desse trabalho – a liberdade de expressão –, é motivo de perturbação social.

A face objetiva do direito à liberdade de expressão em sentido amplo traduz-se na conformação de uma dimensão axiológica dos direitos fundamentais, na imposição de uma ordem de valores objetivos fundamentais da sociedade. É o que Gilmar Ferreira MENDES disciplina como a revelação dos próprios princípios básicos da ordem constitucional, como essência do Estado democrático de Direito, operando como limite do poder e diretriz para sua ação.¹⁷³ A dimensão subjetiva, por sua vez, representa o reconhecimento do indivíduo como o titular dos direitos fundamentais e a caracterização desses, essenciais à dignidade humana.

Marcos Augusto MALISKA, ao usar o exemplo da liberdade de expressão, indica que tal direito “pode assumir um caráter subjetivo quando estiver em causa a importância desta norma para o indivíduo, para o desenvolvimento de sua personalidade, para os seus interesses e ideias, mas pode assumir uma perspectiva objetiva, pode assumir uma ‘função objetiva’, no sentido de um ‘valor geral’, uma

¹⁷² *Idem.*

¹⁷³ MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 256.

dimensão objetiva para a vida comunitária (liberdade institucional)”.¹⁷⁴

Ampliando-se a lição acima, do ponto de vista da dimensão subjetiva, compreende-se que o direito de manifestação do pensamento é inerente à própria individualidade. Assim, o direito fundamental em tela oferece uma esfera de proteção que pode ser oposta ao Estado, seja por meio de uma abstenção ou de uma prestação. O direito de dizer ou de informar, sob esse prisma, faz alavancar a premissa de igualdade entre todos os sujeitos e, portanto, a impossibilidade de exercício ou um simples embaraço a tanto constituem afronta à sua dignidade.

A dimensão objetiva, todavia, é mais complexa. Jairo Néia LIMA sustenta que como a posição subjetiva não explica todas as consequências resultantes da consagração dos direitos fundamentais, “tais direitos ganharam um reforço (mais-valia) ao se revelar a sua perspectiva objetiva, ou seja, passaram a ser pensados para além do ponto de vista dos indivíduos para serem considerados também a partir da ótica comunitária, expressando os valores e fins que ela pretende prosseguir, tal construção é considerada como um dos grandes avanços na teoria geral dos direitos fundamentais”¹⁷⁵.

Esse valor de solidariedade, ou de responsabilidade comunitária dos indivíduos, que significa tanto a participação política como a garantia social ao gozo dos direitos implementados com a atuação positiva do Estado¹⁷⁶, tem efeito na parte mais sensível da liberdade de comunicação, qual seja a liberdade de informar e de ser informado.

SILVA adverte que a liberdade de informação sempre foi entendida como um direito a não ser obstado pelo Estado na busca da notícia. Uma outra dimensão desse direito (objetiva) estaria na obrigação estatal em proporcionar a pluralidade de fontes de informação e de coibir o monopólio nos meios de comunicação. O autor sustenta que não obstante essa ideia em tese incluída na dimensão original de liberdade pública,

¹⁷⁴ MALISKA, Marcos Augusto. *Op. Cit.*, p. 100.

¹⁷⁵ LIMA, Jairo Néia. *A horizontalidade dos direitos fundamentais por meio da sua dimensão objetiva*. In: AGOSTINHO, Luiz Otávio Vicenzi de.; HERRERA, Luiz Henrique Martim. (Coords). *Tutela dos direitos humanos fundamentais: ensaios a partir das linhas de pesquisa construção do saber jurídico e função política do direito*. Birigui: Boreal, 2011, p. 162.

¹⁷⁶ STUMM, Raquel Denize. *Princípio da proporcionalidade no direito constitucional brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995, p. 125.

o seu reconhecimento é de um valor garantido constitucionalmente – o que impõe ao Estado a realização da liberdade de informação para além da mera tarefa de abstenção.¹⁷⁷

A discussão trazida à baila por Virgílio Afonso da SILVA está fundada na proteção do direito da coletividade à informação para adiante do caráter subjetivo, particular de um sujeito, reconhecendo assim o acesso à informação plural como requisito da dignidade, sobrepondo-se às desigualdades acerca da matéria.

Diante da consagração da dupla dimensão dos direitos fundamentais, é devida pelo Estado a implantação de medidas concretizadoras da liberdade de expressão, conforme se verá no capítulo 3 desse trabalho. De antemão, no entanto, a linha de raciocínio até aqui expendida aponta que a eventual abstenção estatal pode significar a existência de um Estado violador de um direito basilar do regime democrático.

Maria Celina Bodin de MORAES observa que nesse ideal de respeito e proteção da dignidade humana “terão precedência os direitos e as prerrogativas de determinados grupos considerados, de uma maneira ou de outra, frágeis e que estão a exigir, por conseguinte, a especial proteção da lei”¹⁷⁸. A autora completa com a assertiva de que justamente o valor da dignidade humana alcança a todos os setores da ordem jurídica.

Estefânia Maria de Queiroz BARBOZA assevera que a Constituição da República de 1988 prioriza a proteção dos direitos fundamentais escolhidos pela sociedade brasileira, dentre os quais a livre expressão do pensamento. Por isso, defende que a compatibilidade entre os direitos fundamentais e a democracia, ainda que esses possam eventualmente limitar procedimentos democráticos, é elementar para “a proteção das minorias e na realização de uma democracia substantiva, razão por que, também se justificará a legitimidade da jurisdição constitucional na proteção e

¹⁷⁷ SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 48.

¹⁷⁸ MORAES, Maria Celina Bodin de. O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. In: SARLET, Ingo Wolfgang. (Coord). *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 116.

realização dos direitos fundamentais”¹⁷⁹.

A democracia substantiva aventada pela autora depende da concretização das duas concepções da liberdade de expressão em seu sentido ampliado: se a face objetiva operacionaliza-se a partir de ordem de valores objetivos fundamentais da sociedade, é dever do Estado não se quedar inerte no tocante à referida liberdade. Se há limitação ao gozo de tal prerrogativa fundamental, cabe a ele a intervenção correcional.

De outra parte, quanto à dimensão subjetiva, só haverá reconhecimento do indivíduo como titular de seu direito se este efetivamente puder falar e ouvir, informar e ser informado, receber e compreender a informação. Sem esses, não há dignidade humana.

Peter HÄBERLE evidencia que a cultura de dignidade humana hoje esboçada em termos universais desenvolve uma força diretamente fundamentadora da democracia e isso carrega efeitos à liberdade de comunicação, com destaque para o pluralismo:

As liberdades de comunicação não promovem intermediário apenas entre cidadão e Estado, mas possibilitam também a vida de esferas parciais da assim chamada sociedade, que hoje muitos preferem conceber como sociedade civil (civil society). Todo o conjunto de grupos, de associações, até as igrejas, mas também os grandes campos da indústria e do setor privado em geral (mercados) e, não em último lugar, os campos das atividades culturais se nutrem das liberdades de comunicação. Mais ainda: eles no fundo só se constituem a partir dos conteúdos aqui veiculados (...). No tema discutido aqui importa apenas reconhecer na liberdade de comunicação o cerne da democracia fundamentada na dignidade humana e orientada segundo o pluralismo.¹⁸⁰

Se, no dizer de HÄBERLE, a liberdade de comunicação é o âmago do regime democrático fundado na dignidade humana, ambas concepções (objetiva e subjetiva) devem caminhar coligadas. Quanto ao pluralismo, o próprio autor o compreende como

¹⁷⁹ BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. *Jurisdição constitucional: entre constitucionalismo e democracia*. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 148.

¹⁸⁰ HÄBERLE, Peter. A dignidade humana e a democracia pluralista In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Direitos fundamentais, informática e comunicação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 26.

ampliação dos veículos de *mass media*¹⁸¹, nos termos do sistema alemão, visto que as emissoras pertencem ao direito público e são obrigadas, por lei, a respeitar o princípio do pluralismo¹⁸².

Na mesma linha, Paulo Ferreira CUNHA refuta a visão liberal clássica de que a liberdade de expressão deve ser entendida tão somente como a obrigação de isenção e abstenção do Estado. Diz ele que o poder público permanece detentor de um papel protetivo essencial, regulador e corretor de abusos:

A liberdade de informação poderá ser simultaneamente defendida pelo dever de abstenção do Estado na esfera de exercício privado não perigoso de cada cidadão ou grupo ordeiro de cidadãos, e pelo dever de protecção dos cidadãos e das suas pessoas morais nos casos em que a ordem natural da rede social paritária e equitativa seja rompida, designadamente por fenómenos de massificação arregimentadora, violação de direitos fundamentais e, no limite, crime. (...) Cabe afinal ao Estado um papel de mão invisível verdadeira e própria, a do livre jogo empresarial e social em geral, prove ter falhado nessa sua vocação. Mas só então, e mesmo assim com conta, peso e medida.¹⁸³

Por fim, relevante é o ensino de MORAES sobre a visão da solidariedade, elemento a ser considerado, sobretudo, na ótica objetiva do direito fundamental. Para ela, ao direito de liberdade (inclusive o de comunicação) será contraposto – ou com ele sopesado – o dever de solidariedade social, uma vez que “os direitos existem para serem exercidos em contextos sociais, contextos nos quais ocorrem as relações entre as pessoas, seres humanos, fundamentalmente organizados, para viverem uns em meio a outros”.¹⁸⁴

Superada brevemente a questão teórica sobre a característica dupla face do direito à livre expressão, necessário tratar do tema dos princípios garantidores do

¹⁸¹ O termo em inglês *mass media* usado nesse trabalho é empregado como sinónimo de “veículos de comunicação de massa”, seguindo o emprego utilizado pelas diferentes Escolas da Teoria da Comunicação.

¹⁸² No mesmo artigo, HÄBERLE informa que o artigo 111, a, da Constituição do Estado da Baviera, o artigo 19, IV, da Constituição do Estado de Brandemburgo, e o artigo II, parágrafo 71 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, respeitam a liberdade, mas exigem a pluralidade dos meios de comunicação.

¹⁸³ CUNHA, Paulo Ferreira da. Direito à informação ou deveres de protecção informativa do Estado? In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Direitos fundamentais, informática e comunicação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 177.

¹⁸⁴ MORAES, Maria Celina Bodin de. O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. In: SARLET, Ingo Wolfgang. (Coord). *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 136.

direito à liberdade de expressão, propulsores da universalidade.

2.3 OS PRINCÍPIOS GARANTIDORES DA UNIVERSALIDADE DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM SENTIDO AMPLO

A doutrina unanimemente avoca a promoção dos direitos fundamentais vinculados à liberdade de expressão como um dos fundamentos centrais da democracia. Frank MICHELMAN aduz tratar-se de uma questão valorativa, até porque “nós pensamos as duas como primas próximas que viajam juntas: onde encontramos democracia esperamos encontrar também liberdade de expressão e vice-versa”.¹⁸⁵

Nesse contexto em que a liberdade de expressão é tida como algo bom para a sociedade democrática, a teoria de Edilson FARIAS vislumbra um sistema de valores principiológicos atinentes à livre comunicação. Extraem-se, daí, três princípios centrais, (i) o forte, (ii) o da incensurabilidade e (iii) o do pluralismo.

Em primeiro ponto, o doutrinador articula a lição sobre o princípio forte a partir da premissa de que os valores que sustentam a liberdade de expressão em sentido ampliado são, por um lado, um meio de realização pessoal, e, por outro, prestam-se a desenvolver o essencial democrático, servindo de facilitador social em um regime de liberdades. Expõe o autor que as raízes da liberdade de expressão jamais podem ser vistas isoladamente, como mera demanda pessoal, forjando um sistema duplo.¹⁸⁶

Assim sendo, a força agregada ao princípio tem sua base na importância da livre expressão como um valor não excludente, o que conduz a citada liberdade como marco de uma cultura aberta, cuja fruição é de gozo geral.

MICHELMAN constrói a mesma lógica, mas sob outra batuta: a da liberdade de expressão como sendo densa ou tênue. Nesta, “a liberdade de expressão está em

¹⁸⁵ MICHELMAN, Frank I. Relações entre democracia e liberdade de expressão: discussão de alguns argumentos. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Direitos fundamentais, informática e comunicação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 49.

¹⁸⁶ FARIAS, Edilson. *Op. Cit.*, p. 75

vigor quando o Estado se abstém de suprimir ou obstruir a liberdade de expressão por meio dos próprios atos e leis do Estado. Liberdade de expressão ténue é o que devemos chamar de liberdade de expressão jurídica, ela significa, grosso modo, que o Estado não estabelece ou implementa quaisquer leis contra a liberdade de expressão”.¹⁸⁷

Em contraste, para o autor, a liberdade de expressão densa estabelece-se em uma situação em que não há a liberdade jurídica formal, mas sim uma liberdade social e material. Sob tal conjuntura, “isso significa que as oportunidades e capacidades comunicativas de alguns membros da sociedade não estão injustamente oprimidas por atos e decisões, não só do Estado, mas de outros agentes na sociedade”.¹⁸⁸

Em resumo, pode-se dizer que o princípio forte é aquele que liga os próprios direitos fundamentais de dizer, de informar, de se informar e à informação ao sustentáculo da democracia, como piso, um do outro.

O princípio da incensurabilidade, por sua vez, configura-se como um dos mais explícitos requisitos para uma comunicação efetivamente livre. Edilson FARIAS versa que o referido princípio é aquele que impede qualquer restrição arbitrária de quem quer que seja ao livre expressar o pensamento, “sendo inadmissível a censura estatal ou privada, bem como censura prévia ou posterior”.¹⁸⁹

Do ponto de vista teórico, está-se certamente diante de um princípio unânime, proclamado nas declarações universais de direitos humanos e, no Brasil, explicitamente na Constituição da República em seus artigos 5º, IX e 220 parágrafo 1º. Claudio Alberto SCHIFER e Ricardo Antonio PORTO, por exemplo, tratam do tema logo no conceito de liberdade de expressão, uma vez que só reconhecem cumprido o direito de difundir ideias, informações ou opiniões se não houver restrições de qualquer grau.¹⁹⁰

Do ponto de vista histórico, o princípio da incensurabilidade encontra-se

¹⁸⁷ MICHELMAN, Frank I. Relações entre democracia e liberdade de expressão: discussão de alguns argumentos. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Direitos fundamentais, informática e comunicação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 51.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ FARIAS, Edilson. *Op. Cit.*, p. 77.

¹⁹⁰ SCHIFER, Claudio Alberto; PORTO, Ricardo Antonio. *Op. Cit.*, p. 21.

conectado à perspectiva alardeada nos séculos XVIII e XIX, já tratada no capítulo anterior desse trabalho, de contemplar a liberdade de expressão em sentido amplo como uma liberdade negativa, ou seja, um direito humano de defesa endereçado contra o poder estatal, exigindo-se a abstenção deste a permitir a ampla divulgação de fatos e notícias. É bem verdade que a visão liberal clássica ainda serve hodiernamente¹⁹¹, mas não só, como bem observa Owen M. FISS:

Muchos de aquellos que se oponen a las regulaciones estatales de la prensa invocan el ideal de la libertad editorial, que ha sido concebido para limitar la censura estatal. Es cierto que los esfuerzos del Estado para combatir la censura empresarial limitarán la libertad editorial. Lo que estos críticos no logran entender es que la libertad editorial – como antitética de la del orador individual – sólo tiene un valor instrumental. Concedemos libertad editorial a los medios en tanto eso los habilite para cumplir con las funciones que desempeñan en el sistema de educación informal y de esa manera prestan un servicio a la democracia. La libertad que gozan no debería la acción estatal cuyo fin sea fortalecer la democracia. Con su intervención, el Estado no restringe sino que aumenta la capacidad de los ciudadanos para ejercer la autodeterminación colectiva.¹⁹²

Em síntese, o que apregoa o princípio em tela é que a censura, qualquer que seja a origem, é incompatível com o direito à liberdade de expressão e, por conseguinte, afronta a democracia. Qualquer restrição porventura cogitada só teria reciprocidade material em tese se, sob a lógica de FISS, aumentasse a autodeterminação da coletividade.

Sob a ótica deste estudo, o princípio do pluralismo no exercício da liberdade de comunicação é um dos mais ricos alicerces do Estado social e democrático de

¹⁹¹ A doutrina pátria é uníssona em defender a liberdade de expressão sem qualquer tipo de censura. Nesse sentido ver os clássicos manuais de direito constitucional brasileiros como José Afonso da SILVA, Paulo BONAVIDES, Luís Roberto BAROSSO, Celso Ribeiro BASTOS e Alexandre de MORAES, entre outros. Deste, extrai-se, nessa linha, que “A liberdade de imprensa em todos os seus aspectos, inclusive mediante a vedação de censura prévia, deve ser exercida com a necessária responsabilidade que se exige em um Estado Democrático de Direito, de modo que o desvirtuamento da mesma para o cometimento de fatos ilícitos, civil ou penalmente, possibilitará aos prejudicados plena e integral indenização por danos materiais e morais, além do efetivo direito de resposta”. MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 46. No mesmo sentido, Luís Roberto Barroso: “Em todos os tempos e em todos os lugares, a censura jamais se apresenta como instrumento da intolerância, da prepotência ou de outras perversões ocultas. Ao contrário, como regra, ela destrói em nome da segurança, da moral, da família, dos bons costumes. Na prática, todavia, oscila entre o arbítrio, o capricho, o preconceito e o ridículo”. BARROSO, Luís Roberto. *Liberdade de Expressão, Censura e Controle da Programação de Televisão na Constituição de 1988*. In: *Temas de Direito Constitucional*, 2001, p. 345.

¹⁹² FISS, Owen M. *Op. Cit.*, p. 154.

direito. A multiplicidade de vozes é não só sinal de engajamento cultural relevante de um povo como elemento da dignidade da pessoa humana. O princípio do pluralismo, portanto, deve ser entendido, de acordo com Edilsom FARIAS, como o que opera na concretização para que todos – ou muitos cidadãos – possam divulgar suas ideias e pontos de vista para fortalecimento de um Estado efetivamente democrático:

O pluralismo na comunicação pode propiciar às pessoas conhecer as inúmeras concepções políticas, ideológicas e filosóficas existentes na sociedade democrática e com elas travar contacto. Dessa forma os cidadãos poderão tornar-se: (i) mais gabaritados para avaliar os assuntos em discussão na arena pública; (ii) mais instruídos para assumir as responsabilidades destinadas à soberania popular num regime constitucional; (iii) até mesmo mais preparados para fruírem adequadamente os seus direitos fundamentais.¹⁹³

As virtudes do pluralismo tão bem tratadas pelo autor confrontam-se com a realidade do parco acesso dos desvalidos ao universo da comunicação de massa, o que será tratado no capítulo posterior.

Desde logo, entretanto, relevante é a posição de Daniel SARMENTO de que “o combate à concentração de poder comunicativo – ou, para usar expressão mais técnica, a exigência do pluralismo externo dos meios de comunicação de massa –, pode não ser suficiente para a promoção de um debate público robusto, em que os pobres e excluídos também tenham como expressar os seus pontos de vista e defender os seus próprios interesses. Isto porque, num sistema em que os meios de comunicação são explorados por particulares com objetivo de lucro, uma série de fatores converge para a fragilização do pluralismo dos debates sociais e para o abafamento da voz dos mais pobres”.¹⁹⁴

Gustavo BINEINBOJM, acerca da temática do pluralismo, infere que há na Constituição “um mandado de otimização implícito (I) no princípio do pluralismo político, (II) na vedação de monopólios e oligopólios dos meios de comunicação social, (III) na consagração do direito de acesso à informação e (IV) no aspecto positivo ou participativo da liberdade de expressão, que impõe um dever para Estado

¹⁹³ FARIAS, Edilsom. *Op. Cit.*, p. 79.

¹⁹⁴ SARMENTO, Daniel. *Liberdade de expressão, pluralismo e o papel promocional do Estado*. Revista Diálogo Jurídico, Salvador, no. 16, maio-junho-julho-agosto, 2007. Disponível no site: <http://www.direitopublico.com.br>.

de reconhecimento e promoção de fenômenos como as rádios comunitárias, cujo papel é o de dar voz a grupos tradicionalmente alijados do debate público e condenados à invisibilidade social”.¹⁹⁵

De qualquer sorte, a relevância do princípio em epígrafe pode ser constatada pela congruência do pluralismo com o multiculturalismo, assunto que envolve o respeito à diversidade e à tolerância. É o que Boaventura de Sousa SANTOS chama de “um lugar multicultural, um lugar que exerce uma constante hermenêutica de suspeição contra supostos universalismos e totalidades”.¹⁹⁶

Pelo exposto, há de se sublinhar que o direito à liberdade de expressão é plural e esse pluralismo – observadas as diferenças – envolve o acesso aos veículos de comunicação social.

A comunicação massiva é aquela praticada pelos denominados pela Constituição da República de 1988 como “os órgãos de comunicação social”¹⁹⁷. Edilson FARIAS observa que a configuração constitucional disciplinada pelo legislador em capítulo próprio (artigos 220 a 224) traduz, desde então, uma mudança significativa no arco das comunicações humanas, uma vez que as pessoas “estão se transformando de sujeitos ativos em consumidores da comunicação”¹⁹⁸, em uma análise filosófica própria (ou próxima) do pensamento teórico da Comunicação fruto dos estudos da Escola de Frankfurt.¹⁹⁹

Ainda que a interpretação do autor pareça possuir um problema temporal, visto que a mídia está assim estabelecida desde o seu próprio surgimento no país, há de ser salientado que, sim, o exercício da liberdade de comunicação passa, necessariamente, pela atuação das empresas de comunicação social.

Nesse ponto, se por um lado existe o reconhecimento da doutrina que a

¹⁹⁵ BINEINBOJM, Gustavo. *Meios de Comunicação de massa, Pluralismo e Democracia Deliberativa*. As liberdades de expressão e de imprensa nos Estados Unidos e no Brasil. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15895-15896-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 de ago. 2013.

¹⁹⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000. Vol. I, p. 27.

¹⁹⁷ Sobre o tema específico da comunicação de massa, seu conceito e o poder dos meios será tratado com vagar no capítulo 3, item 3.1.2.2 desta dissertação.

¹⁹⁸ FARIAS, Edilson. *Liberdade de expressão...*, p. 193-194.

¹⁹⁹ Ver capítulo 3, item 3.1.1.

Constituição trouxe avanços, por exemplo, ao prever a proibição de monopólio ou oligopólio no referido serviço, por outro, a Lei Maior não proíbe a propriedade cruzada (quando um mesmo grupo econômico possa controlar diferentes veículos de massa) e, sobretudo, não regula de nenhuma forma, nem mesmo declinando à lei infraconstitucional, o acesso dos cidadãos aos *media*.

FARIAS acredita que, por conta disso, a Carta congelou, em parte, o sistema vigente de comunicação social, “caracterizado essencialmente pelo conluio entre a mídia, poder econômico e elites políticas.”²⁰⁰

Interessa ressaltar que a configuração constitucional da garantia institucional da comunicação levou ao estabelecimento de alguns princípios próprios como o da vedação da censura de natureza política, ideológica e artística²⁰¹, o da vedação de censura e controle jurisdicional da comunicação social²⁰² e o da proibição do monopólio e oligopólio²⁰³.

A contextualização acerca do problema político atinente ao serviço de comunicação de massa no Brasil, explicitado brevemente aqui, voltará a debate por esse trabalho, no capítulo seguinte.

3 O PROBLEMA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE INFORMAR E À INFORMAÇÃO ÀS PESSOAS DE BAIXA RENDA NO BRASIL

²⁰⁰ FARIAS, Edilsom. *Liberdade de expressão...*, p. 195.

²⁰¹ Por este princípio entende-se o que está disposto no artigo 220 parágrafo 2, de que “É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. A preocupação do legislador constituinte, de acordo com FARIAS, residiu na experiência vivida historicamente no país no período de regime militar.

²⁰² Por esse princípio, encontra-se a possibilidade de o Poder Judiciário oferecer o controle do exercício da liberdade de comunicação. O fundamento constitucional para tanto encontra-se positivado no artigo 5, XXXV: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

²⁰³ Proclama a Constituição da República em seu artigo 220, parágrafo 5 que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”, o que significa, em outras palavras, que não poderia um grupo ou poucos empresários dominarem o serviço de radiodifusão. O tema da concentração midiática voltará à baila no capítulo subsequente desse trabalho.

A concentração da comunicação de massa no Brasil nas mãos de poucos empresários traz consequências políticas, culturais, sociais e econômicas de longo alcance e profundidade.²⁰⁴ Essa realidade impede o debate plural e democrático das ideias, ou, como bem ressalta José ARBEX JR., acaba por demonizar atores e movimentos sociais, padronizar comportamentos, construir percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades.²⁰⁵

Sob essa ótica, e pela lógica de mercantilização da notícia (ou do jornalismo) imposta pela chamada Indústria Cultural²⁰⁶, esse capítulo tratará da interlocução das ciências jurídicas com a área da comunicação social²⁰⁷, para defender que a busca do real acesso à informação passa, necessariamente, pela democratização da mídia e, um dos caminhos, é a comunicação comunitária.

A temática da internet como meio de informação plural não será trabalhada nessa dissertação, principalmente pelo fato de que hoje, no Brasil, é a mídia eletrônica tradicional – o rádio e, sobretudo, a televisão – que serve prioritariamente de fonte de informação aos cidadãos, principalmente à população de baixa renda.

De acordo com os dados da mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2011, divulgada em junho de 2013, 40,3% das pessoas possuem computador com acesso à rede mundial de computadores, enquanto 97,2% têm televisor colorido e 80,9% rádio AM/FM. A internet, ademais, ainda não alcança aos excluídos. Conforme os dados, a

²⁰⁴ O mercado de comunicação social de mídia eletrônica no Brasil é controlado por seis grupos principais: Globo, RBS, SBT, Record, Bandeirantes e Rede TV!.

²⁰⁵ ARBEX JR., José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis de. (Coord). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 385.

²⁰⁶ O termo em questão foi criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer e será tratado com maior vagar ainda nesse capítulo.

²⁰⁷ A proposta de interdisciplinaridade deste trabalho segue a compreensão de Maria Cecília Naréssi Munhoz Affornalli, de que o cambio de ideias e o diálogo entre os campos de conhecimento visam superar a indesejável feudalização ou compartimentalização dos diferentes domínios do saber. Justifica-se, assim, a adoção de referida leitura. AFFORNALLI, Maria Cecília Naréssi Munhoz. O direito à imagem na cultura profissional de jornalistas e futuros profissionais do jornalismo: expressões de uma realidade. In: AFFORNALLI, Maria Cecília Naréssi Munhoz; GABARDO, Emerson (Coord.). *Direito, informação e cultura: o desenvolvimento social a partir de uma linguagem democrática*. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 324.

menor parcela de brasileiros que usaram a rede (21,4%) está entre aqueles que não têm rendimentos ou recebem o equivalente a um quarto do salário mínimo (R\$ 169,50).²⁰⁸

A pesquisa também aponta para o fato de que o rádio e a televisão têm índices de penetração altíssimos quando comparados com outras mídias. Para o caso da TV, praticamente todas as pessoas com acesso ao serviço assistem pelo menos uma vez por semana (97%). Quanto ao rádio, 78% ouvem pelo menos uma vez por semana.

Marshal MACLUHAN, nos primórdios dos anos 1960, vaticinava que o meio era a mensagem. Certamente sob essa acepção é que Carlos Roberto Siqueira CASTRO percebe “a sujeição das massas urbanas ao domínio da hipnose televisiva, que transformou-se na mais brutal, na mais contagiante e na mais totalitária forma de servidão na história do gênero humano”²⁰⁹. É, em suma, a TV que dá o tom de cada notícia e determina aquilo que é ou deve ser importante.

Se entendido que o direito à livre informação e à expressão são requisitos de um Estado democrático, a concentração da mídia eletrônica nas mãos de – literalmente – seis famílias²¹⁰, ofende tal conceito:

Ainda que várias corporações que controlam a grande mídia disputem o mercado e persigam o “furo jornalístico”, isso não é suficiente para assegurar a livre circulação das informações, e menos ainda das ideias, já que a própria concorrência entre elas é regulada pelo mercado. Além disso, não raro os compromissos políticos são mais fortes do que a concorrência, o que faz com que certas notícias não sejam divulgadas, ao que passo que outras são intensamente fabricadas. O monopólio da comunicação, de fato, atenta contra o exercício das liberdades fundamentais previstas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.²¹¹

A compreensão de tal problemática passa, necessariamente, pela apresentação da doutrina da Indústria Cultural, pela percepção do sujeito de direito como cidadão,

²⁰⁸ A íntegra da pesquisa está disponível no sítio do IBGE em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/>>.

²⁰⁹ CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *Op. Cit.*, p. 563.

²¹⁰ Controlam a mídia eletrônica no país os grupos Globo (família Marinho), SBT (família Abravanel), Record (Bispo Edir Macedo - Igreja Universal do Reino de Deus), Bandeirantes (família Saad), Rede TV! (famílias Dallevo e Carvalho) e RBS (família Sirotski). Entre as fontes que detalham a formação dos referidos grupos ver MORAES, Dênis de. (Coord.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

²¹¹ ARBEX JR., José. *Op. Cit.*, p. 390.

pelo debate acerca do mito da igualdade de oportunidades e pelo entendimento de que a comunicação comunitária pode construir cidadania e, à sua forma, servir de instrumento efetivador do direito à liberdade de comunicação em seu mais amplo aspecto.

3.1 A CIDADANIA COMO CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E O (DES)RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Em primeiro passo, a doutrina de Frankfurt é fundamental ao entendimento à desigualdade ao direito à informação. A Escola em atento reúne o conjunto do pensamento de cientistas alemães formado, sobretudo, por Theodor Adorno, Max Horkheimer, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Walter Benjamin e Siegfried Kracauer.

Francisco RÜDIGER ensina que se deve aos dois primeiros a criação do conceito de Indústria Cultural, enquanto aos demais, a prática de uma pesquisa crítica em comunicação. Jürgen Habermas, expoente da segunda geração da Escola, é autor que igualmente deve ser lembrado por sua obra ambiciosa de tentar criar uma teoria geral da ação comunicativa.²¹²

Em primeiro passo, importante é referir-se aos pioneiros, e, frise-se, nenhum deles pertenceu de maneira exclusiva ao campo da comunicação, transitando por diversos espectros do saber no intuito de elaborar uma ampla teoria crítica da sociedade. Para RÜDIGER, o conceito de Indústria Cultural tinha como ponto central a ideia de uma dialética do iluminismo, ou seja, uma postulação da autodeterminação do homem²¹³. E esse pressuposto, do desenvolvimento do ser humano esclarecido e autônomo, envolto sob a lógica do capitalismo, acabou por predominar pessoalmente.

Nas palavras de ADORNO e HORKHEIMER:

O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê

²¹² RÜDIGER, Francisco. A escola de Frankfurt. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (Coord). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 131.

²¹³ Idem.

completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito. Sua verdadeira aspiração é a negação da reificação. Mas ele necessariamente se esvai quando se vê concretizado em um bem cultural e distribuído para fins de consumo. A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo.²¹⁴

RÜDIGER leciona que, nesse contexto, Horkheimer, Adorno e Marcuse referiram-se com o termo Indústria Cultural à conversão da cultura em mercadoria, ao processo de subordinação da consciência à racionalidade capitalista, ocorrido nas primeiras décadas do século XX. Em essência, “o conceito não se refere pois às empresas produtoras, nem às técnicas de comunicação. A televisão, a imprensa, os computadores etc. em si mesmos não são a indústria cultural: essa é, sobretudo, um certo uso dessas tecnologias. Noutras palavras, a expressão designa uma prática social, através da qual a produção cultural e intelectual passa a ser orientada em função de sua possibilidade de consumo no mercado”²¹⁵.

HABERMAS, sobre o tema, infere que “a cultura de massas recebe o seu duvidoso nome exatamente por conformar-se às necessidades de distração e diversão de grupos de consumidores com um nível de formação relativamente baixo, ao invés de, inversamente, formar o público mais amplo numa cultura intacta em sua substância”.²¹⁶ Em outras palavras, o autor elucida que a figura do cidadão viu-se convertida pelas do consumidor e do contribuinte:

Em comparação com a imprensa da era liberal, os meios de comunicação de massas alcançaram, por um lado, uma extensão e uma eficácia incomparavelmente superiores e, com isso, a própria esfera pública se expandiu. Por outro lado, assim, eles também foram cada vez mais desalojados dessa esfera e inseridos na esfera, outrora privada, do intercâmbio de mercadorias; quanto maior se tornou sua eficácia jornalístico-

²¹⁴ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Trad. De Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 14

²¹⁵ RÜDIGER, Francisco. *Op. Cit.*, p. 134.

²¹⁶ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1984, p. 184.

publicitária, tanto mais vulnerável eles se tornaram à pressão de determinados interesses privados, sejam individuais, sejam coletivos.²¹⁷

Nesse sentido, RÜDIGER observa que diversos pensadores do assunto afirmam que os que controlam a mídia manipulam a consciência, “e disso temos muitas provas, ainda que nada assegure seu sucesso nesse tipo de empreitada. A possibilidade só existe, porém, porque, embora tenha objetivos distintos, os que controlam a mídia não são, em geral, diferentes dos que a consomem”²¹⁸. Os pensadores da Escola de Frankfurt, em resumo, criticaram a cultura de massa não por ela ser popular, mas sim porque tal indústria carrega em sua própria essência objetivos econômicos.

Emanuella Melo ROCHA e Roberta Lia Sampaio de Araújo MARQUES ressaltam que a comunicação de massa – ao tratar o indivíduo como consumidor - faz com que a sociedade como um todo não tenha mais a necessidade de pensar, “recebendo tudo o que está pronto e acabado de forma que as massas apenas se apropriem do produto final. (...) O cidadão comum é um mero receptor de informações previamente determinadas, o que não condiz com o direito de participar de todo o processo de comunicação, o próprio direito à comunicação”.²¹⁹

Mauro WOLF utiliza-se da noção de sistema para explicar o fenômeno, em que os meios de massa funcionam diretamente como um processo de indução ao consumo. Assim, na era da Indústria Cultural, “o indivíduo deixa de decidir autonomamente; o conflito entre impulsos e consciência soluciona-se com a adesão acrítica aos valores impostos. O homem encontra-se em poder de uma sociedade que o manipula a seu bel-prazer”.²²⁰

Dessa maneira, seguida a lógica do autor, os efeitos da indústria cultural ocasionam que a individualidade seja substituída pela pseudo-individualidade, e a

²¹⁷ Ibidem, p. 221.

²¹⁸ RÜDIGER, Francisco. *Op. Cit.*, p. 143.

²¹⁹ ROCHA, Emanuella Melo; MARQUES, Roberta Lia Sampaio de Araújo. A radio comunitária como forma de efetivar a comunicação participativa em contraposição à comunicação de consumo. In: AFFORNALLI, Maria Cecília Naréssi Munhoz; GABARDO, Emerson (Coord.). *Direito, informação e cultura: o desenvolvimento social a partir de uma linguagem democrática*. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 133.

²²⁰ WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 5 ed. Lisboa: Presença, 1997, p. 84.

ubiquidade e a repetitividade da *mass media* fazem da comunicação social um meio de controle psicológico. WOLF vai mais longe: afirma que a manipulação do público via televisão põe em prática a venda de mensagens latentes as quais “fingem dizer uma coisa e dizem outra, fingem ser frívolas mas, ao situarem-se para além do conhecimento do público, reforçam o seu estado de servidão. Através do material que observa, o observador é continuamente colocado, sem o saber, na situação de absorver ordens, indicações, proibições”.²²¹

Mais ainda: vislumbrar o conteúdo da comunicação de massa por meio dos veículos que hoje dominam a mídia eletrônica do país, em regra, não pode ser entendido como acesso real à informação, menos ainda como instrumento para a realização de uma livre expressão democrática. De forma geral, se o noticiário está calcado na obtenção de audiência para que este número seja transformado em chamariz à publicidade, o material produzido pelas grandes redes não atendem, em regra, aos anseios da classe social menos favorecida.

Leonardo GRECO vê na população subtraída do mercado de consumo uma completa exclusão de garantias individuais e sociais elementares. Para ele, a pobreza encontra-se dominada pelo detentor do capital e pelo próprio Estado, uma vez que este não assegura a todos os seus cidadãos o desfrute mínimo da eficácia dos seus direitos fundamentais.²²²

Como já exposto nesse trabalho, só há efetivamente democracia se respeitada a dignidade da pessoa humana. José Afonso da SILVA alega com acuidade que de nada adiantaria a Constituição assegurar direitos sem dignidade²²³. Fábio Konder COMPARATO, a seu turno, explicita que “não é difícil demonstrar que, em países afetados por uma abissal desigualdade, como é o caso do Brasil, o cumprimento formal desses rituais democráticos nada tem a ver com a efetiva soberania popular e o integral respeito aos direitos humanos”.²²⁴

²²¹ Ibidem, p. 84.

²²² GRECO, Leonardo. *O acesso ao direito e à justiça*. Revista *Júris Poiesis*, ano 7, n. 6, p. 52, 2004.

²²³ SILVA, José Afonso da. *Op. Cit.*, p. 195.

²²⁴ COMPARATO, Fábio Konder. Os obstáculos históricos à vida democrática em Portugal e no Brasil. *Revista da faculdade de direito da Universidade de São Paulo*, vol. 97, p. 74.

O *modus operandi* da indústria cultural no Brasil, portanto, relega à sociedade mais carente o avesso do entendimento de cidadania²²⁵, uma vez que aos donos da mídia eletrônica interessa a lógica estrita do mercado. Ignacio RAMONET considera a informação hoje essencialmente uma mercadoria:

[Esse] não é um discurso que tenha a vocação ética de educar o cidadão ou de informar, no bom sentido da palavra, o cidadão, pois tem essencialmente e antes de mais nada uma perspectiva comercial. Compra-se e vende-se informação com o objetivo de obter lucros. Esta é uma lei importante, de modo que a informação não se move em função das regras da informação – o que faria da verdade, por exemplo, uma referência suprema – , mas em função das exigências do comércio, que fazem do ganho, ou do interesse, o imperativo supremo. (...) Quem paga a informação é a publicidade.²²⁶

Oswaldo LEÓN, por sua vez, analisa que essa “ditadura do mercado” prejudica principalmente a camada mais necessitada economicamente. De acordo com ele, na medida em que se expande o monopólio de transmissão de ideias, informações e cultura, o que se verifica é que, na mídia, a pluralidade e a diversidade cada vez contam menos, em razão do sistemático estreitamento da gama de pontos de vista.²²⁷

Na prática, o pobre localiza-se no noticiário televisivo, diariamente, como o personagem da notícia de natureza criminal ou em algo que quase nunca lhe serve a benefício pessoal, algo muito distante de construtor da cidadania.

É falso, então, o discurso oficial e dos próprios veículos de comunicação de que é livre a informação no país. O fundamento de HABERMAS²²⁸ quanto ao mercado da informação descaracteriza a hipótese, ainda mais na realidade pátria, de que a circulação das notícias, sem que haja censura estatal aos veículos de imprensa, é o suficiente para uma emancipação social. Raimunda Aline Lucena GOMES,

²²⁵ A compreensão conceitual de cidadania será tratada no item seguinte desse artigo.

²²⁶ RAMONET, Ignacio. O poder midiático. In: MORAES, Dênis de. (Coord). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 385.

²²⁷ LEÓN, Oswaldo. Ignacio. Para uma agenda social em comunicação. In: MORAES, Dênis de. (Coord). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 405.

²²⁸ Ver em HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública...* p. 184 e seguintes.

contrariamente, sustenta que monopólios e oligopólios da informação são, isso sim, dispositivos de poder e dominação.²²⁹

Cicilia Maria Krohling PERUZZO traduz que, sob a ênfase do consumo como norteadora da informação, é a elite financeira a mais favorecida com a comunicação de massa²³⁰. Emanuella ROCHA e Roberta MARQUES concordam com tal pensamento e argumentam que os meios de comunicação “são unidirecionais e verticalizados, privilegiam a ideologia e os interesses da classe dominante, introduzem, na sociedade em geral, os hábitos de consumo daquela, desvirtuam e distorcem os fatos e a realidade, fazendo do receptor da comunicação uma massa despolitizada, um conjunto numeroso de pessoas sem um comportamento crítico em relação à sociedade e à cultura contemporânea”.²³¹

Na mesma toada, para além da violação ao direito à informação, discorrem as autoras que a classe detentora do poderio econômico monopoliza também o acesso aos meios de comunicação, o que opera por impedir o diálogo e a participação da sociedade, do cidadão comum.²³²

WOLF tem opinião semelhante:

Tudo quanto a mídia comunica foi organizado por ela própria com o objetivo de seduzir os espectadores a vários níveis psicológicos, simultaneamente. As relações, manifestas e latentes, entre os diversos níveis das mensagens são, naturalmente, tudo menos simples de entender e de estudar; não são, porém, casuais ou privadas de finalidade, pelo contrário, geram a tendência para canalizar a reação do público, o que ombreia com a suspeita largamente partilhada, ainda que difícil de confirmar com dados exatos, de que, atualmente, a maioria dos espetáculos televisivos visa a produção ou, pelo menos, a reprodução de muita mediocridade, de inércia intelectual e de credulidade que parecem adequar-se aos credos totalitários, mesmo que a mensagem explícita e visível dos espetáculos possa ser antitotalitária.²³³

²²⁹ GOMES, Raimunda Aline Lucena. *A comunicação como direito humano: um conceito em construção*. Recife, 2007, p. 206. Dissertação de mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco.

²³⁰ PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 143.

²³¹ ROCHA, Emanuella Melo; MARQUES, Roberta Lia Sampaio de Araújo. A radio comunitária como forma de efetivar a comunicação participativa em contraposição à comunicação de consumo. In: AFFORNALLI, Maria Cecília Naréssi Munhoz; GABARDO, Emerson (Coord.). *Direito, informação e cultura: o desenvolvimento social a partir de uma linguagem democrática*. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 140.

²³² Idem.

²³³ WOLF, Mauro. *Op. Cit.*, p. 89.

Em síntese, resta evidenciado que a doutrina da Indústria Cultural, se interpretada sob o prisma da realidade nacional, é de que a comunicação de massa comercializa a informação, o que, forçosamente, só interessa ao poder econômico. Como os excluídos não falam no rádio e nem na televisão, não têm suas demandas propagadas e não apreendem ou se apropriam da informação divulgada, cidadão de direitos não é.

Nesse contexto, diga-se que não há uma definição estanque ao que é cidadania. Jaime PINSKY revela, primeiramente, tratar-se de um conceito histórico, em que cada Estado-nacional opera a concepção e a prática da cidadania à sua maneira – e estas vêm se alterando nos últimos três séculos. De acordo com o autor, isso ocorre tanto em relação a uma abertura maior ou menor do estatuto de cidadão para a população, ao grau de participação política das pessoas quanto aos direitos sociais ou à proteção estatal ofertada aos seus indivíduos.²³⁴

De qualquer forma, a visão ocidental de cidadania é fruto das revoluções burguesas e instaurou-se, de fato, com o texto da Declaração dos Direitos do Homem. Ser cidadão, sob esse sistema, é ter direitos civis, entre os quais a liberdade de expressão. Democracia, entretanto, não há sem o direito à informação, de natureza coletiva e social. Mark POSTER entende que direitos humanos e cidadania estão ligados entre si e reforçam-se mutuamente na batalha contra as classes dominantes, a ponto de defender que “se há direitos assegurados simplesmente pelo fato de ser humano, também se pressupõe que isto não seja suficiente: deve haver também algo chamado cidadania”.²³⁵

PINSKY reconhece de plano que seria utópico contar com uma cidadania plena, ainda mais em uma sociedade desigual. Todavia, a luta concreta dos indivíduos por uma sociedade mais justa, sobretudo no sentido da aproximação de uma igualdade material, é construtora de avanços no processo de busca da dignidade.

²³⁴ PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 10.

²³⁵ POSTER, Mark. Cidadania, mídia digital e globalização. In: MORAES, Dênis de. (Coord). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 316.

Para Carlos Aurélio Mota de SOUZA, a natureza do homem implica e impele para a vida em comunidade, em que o homem, de fato, é essencialmente um ser social. Assim, ser humano significa comunicar-se, solidarizar-se, e estas são atividades eminentemente sociais. Quando expande seus círculos familiares e sociais, e age visando ao bem comum da sociedade, alcança a dimensão política, no sentido amplo de cidadania.²³⁶

Clémerson Merlin CLÈVE, a seu turno, toma o termo cidadão em sua dimensão dialética, na qual se identifica o sujeito a partir da história que o envolve:

Sujeito ativo da cena política, sujeito reivindicante ou provocador da mutação do direito. Homem envolto nas relações de força que comandam a historicidade e a natureza da política. Enfim, queremos tomar o cidadão como ser, sujeito e homem a um tempo. O cidadão é o agente reivindicante possibilitador, na linguagem de Lefort, da floração contínua de direitos novos. Trata-se de ver, então, a relação entre o cidadão (enquanto homem, ser e sujeito) e o poder público em nosso país.²³⁷

PERUZZO, com visão crítica, localiza o conceito de cidadania como herança predominante do pensamento liberal que se baseava na propriedade privada como direito universal. Hoje, diz a autora, a redução versa acerca do sufrágio universal como paradigma, além da versão legalista-formal da igualdade perante a lei. Para ela, o status de cidadão é uma construção social, em que “a simples aquisição de direitos em nível legal já foi uma grande conquista das sociedades e de seus movimentos, representando a ampliação da cidadania. (...) Num contexto de desigualdades como o brasileiro, é absolutamente necessário que se tenha a oportunidade de exercer efetivamente direitos civis e políticos já assegurados, e de conquistar definitivamente os direitos sociais”.²³⁸

²³⁶ SOUZA, Carlos Alberto Mota de. *O cidadão, a sociedade, a mídia e a justiça*. Disponível em: <http://www.academus.pro.br/professor/carlosaurelio/material_pdf/003.pdf>. Acesso em 13 de jul. 2013.

²³⁷ CLÈVE, Clémerson Merlin. *Temas de direito constitucional e de teoria do direito*. São Paulo: Acadêmica, 199, p. 16.

²³⁸ PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Op. Cit.*, p. 286.

José Murilo de CARVALHO preocupa-se com o que classifica como sintomas perturbadores oriundos das mudanças trazidas pelo renascimento liberal²³⁹. O autor não se refere à defesa da redução do papel do Estado, mas ao desenvolvimento da cultura do consumo entre a população, inclusive a mais excluída:

Exemplo do fenômeno foi a invasão pacífica de um shopping center de classe média no Rio de Janeiro por um grupo de sem-teto. A invasão teve o mérito de denunciar de maneira dramática os dois brasis, o dos ricos e o dos pobres. Os ricos se misturavam com os turistas estrangeiros mas estavam a léguas de distância de seus patrícios pobres. Mas ela também revelou a perversidade do consumismo. Os semteto reivindicavam o direito de consumir. Não queriam ser cidadãos mas consumidores. Ou melhor, a cidadania que reivindicavam era a do direito ao consumo, era a cidadania pregada pelos novos liberais. Se o direito de comprar um telefone celular, um tênis, um relógio da moda consegue silenciar ou prevenir entre os excluídos a militância política, o tradicional direito político, as perspectivas de avanço democrático se vêem diminuídas.²⁴⁰

A citada cultura consumista é enfrentada pela visão marxista de cidadania, de que o proletariado, fazendo a revolução anticapitalista, asseguraria as condições de exercício de forma individual ao cidadão e, mais além, à coletividade por meio do comunismo. Leandro KONDER alinha o raciocínio de que essa formulação teórica obteve êxito na classe operária, visto que os trabalhadores tomaram consciência do alcance universal da luta de classes.²⁴¹ Nas palavras do autor, “Marx desenvolveu uma concepção original do homem, caracterizando-o como sujeito da práxis, isto é, como sujeito de uma atividade teleológica, condicionada, pela qual ele transforma o mundo e se transforma em si mesmo”²⁴².

Assim, MARX sustenta que a dualidade do ser humano e do cidadão refletia na política a cisão entre o privado e o público, entre o indivíduo burguês e a pessoa envolvida em questões políticas:

Os direitos do homem como tais são distintos dos direitos do cidadão. Quem é este homem distinto do cidadão? Nada mais que o membro da sociedade civil. Por que o membro da sociedade civil é chamado de “homem”, homem sem qualificação, e por que seus direitos

²³⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 227.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ KONDER, Leandro. Ideias que romperam fronteiras. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 179.

²⁴² Idem.

são chamados de direito do homem? Como podemos explicar isso? Pela relação do estado político com a sociedade civil e pela natureza da emancipação política.²⁴³

Tal discurso crítico encontra lugar hoje no antagonismo entre globalização e cidadania. A comunicação social, nesse cenário, pautada por um processo econômico global, vende uma cultura global. O consumo – de informações, inclusive – faz com que a figura do cidadão seja colocada em posição passiva, apenas no sentido de acatar o que lhe é oferecido. POSTER diz que “se a liberdade é inerente ao cidadão, então devemos admitir que, com toda a probabilidade, a liberdade se perdeu ou está para perder-se”.²⁴⁴

De qualquer sorte, é inegável que a Constituição de 1988 enriqueceu e ampliou os conceitos de cidadão. Com isso, Valério de Oliveira MAZZUOLI argumenta que a Lei Magna refuta a concepção de que a cidadania é sinônimo de simples qualidade de gozar direitos políticos, mas, sim, “de aferir-lhe um núcleo mínimo e irredutível de direitos fundamentais, que devem impor-se, obrigatoriamente, à ação dos poderes públicos”.²⁴⁵

Pelo ensino do autor, a cidadania, se assim percebida, envolve a consciência de participação do indivíduo na própria vida da sociedade a partir de uma real convivência coletiva baseada em um sentimento ético comum. MAZZUOLI expõe que, nesse cenário, para vestir a camisa de cidadão, é necessário ter consciência dos direitos e deveres constitucionalmente estabelecidos e participar das questões que envolvem o âmbito de sua comunidade, sua cidade, seu país.²⁴⁶

A vivência da cidadania, contudo, esbarra em três grandes obstáculos, como destaca Gladston MAMEDE:

1º) o sistema jurídico brasileiro não possui uma ampla definição de possibilidades para uma efetiva *participação popular consciente*; 2º) a postura excessivamente conservadora de parcelas do Judiciário, apegando-se a interpretações que limitam absurdamente o alcance dos dispositivos legais que permitiriam uma efetiva democratização do poder; por fim, 3º) uma

²⁴³ MARX, Karl. *A questão judaica*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>>. Acesso em 2 de nov. 2013.

²⁴⁴ POSTER, Mark. *Op. Cit.*, p. 321.

²⁴⁵ MAZZUOLI, Valerio e Oliveira. *Direitos humanos e cidadania à luz do direito internacional*. Campinas: Mineli, 2005, p. 106.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 109.

profunda ignorância do Direito: a esmagadora maioria dos brasileiros não possui conhecimentos mínimos sobre quais são os seus direitos e como defendê-los. Dessa forma, o poder continua preservado, como preservados continuam os benefícios desfrutados por aqueles que podem determinar (ou influenciar), de fato, os desígnios de Estado. Nesse sentido, para além do poder de votar e ser votado, os brasileiros dispõem de poucas e limitadas possibilidades de fazer valer a lei (menos ainda de fazer valer a sua vontade na lei).²⁴⁷

Destarte, a liberdade de comunicação e a de acesso à informação configuram-se como requisitos elementares para o preenchimento do contexto de cidadania no regime democrático – e essa não se dará sem que a população carente, a que mais necessita de mudança em suas realidades sociais, não puder expressar-se, participar, reivindicar. MAMEDE diz existir o “mito da cidadania”, visto que a sociedade imagina-se verdadeiramente democrática e os indivíduos creem-se cidadãos, mas “examinando-se os indivíduos isoladamente, encontrar-se-á apenas uma pequena minoria que possui condições pessoais e sociais de, efetivamente, conhecer e utilizar-se das possibilidades (limitadas, como se viu) de participação consciente nos desígnios de Estado. A consolidação do (verdadeiro) Estado Democrático de Direito, em contraste, exige muito mais. Há que repensar nossas posturas: a pretensa inocência da alienação política provou, durante anos, ser uma irresponsável adesão à continuidade do sistema”.²⁴⁸

Justamente aqui reside um dos nós cegos da cidadania no Brasil: a comunicação de massa não é espaço real para a exteriorização das demandas da “ralé”.

Primeiramente, há de se distinguir a liberdade de comunicação individual, intersubjetiva, da chamada comunicação de massa. A diferença entre os dois contextos comunicativos está no fato de que a comunicação massiva é praticada por organizações forjadas para tanto, chamadas de meios de comunicação, ou veículos, ou, simplesmente mídia, ou *mass media*. Jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão são alguns exemplos dos chamados órgãos de comunicação.

²⁴⁷ MAMEDE, Gladston. *Hipocrisia: o mito da cidadania no Brasil*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/238/r134-19.PDF?sequence=4>>. Acesso em 13 de jul. 2013.

²⁴⁸ Idem.

A tutela albergada pela Constituição a ambos também é distinta. A liberdade de comunicação individual, de dizer, expressar, protestar, informar e de se informar está resguardada nos vários direitos subjetivos individuais (artigo 5º, IV, V, VI, VIII, IX, XIV), enquanto a mídia tem regulação institucional objetiva nos artigos 220 a 224.

Edilsom FARIAS bem leciona que a eventual confusão entre as diferentes tutelas deve-se a uma concepção liberal anacrônica, que desconhece as dificuldades enfrentadas pelas pessoas para manifestarem as suas próprias demandas, sem a mediação dos veículos de comunicação de massa, uma vez que estes dispõem dos meios técnicos indispensáveis para lograr-se com eficiência a comunicação humana.²⁴⁹

Posição análoga tem Daniel CORNU:

A dificuldade deve-se, fundamentalmente, à confusão entre a liberdade de expressão compreendida como direito de cada pessoa individualmente e liberdade de imprensa entendida como o exercício de uma função pública. Esta confusão é resultado de uma concepção ultrapassada de jornalismo, quando o mesmo indivíduo podia acumular, como no século XVIII e mesmo depois, as funções de editor, impressor e jornalista. A industrialização do jornalismo e o desenvolvimento dos meios de comunicação inviabilizaram tal acúmulo de funções. A liberdade de criar e divulgar num órgão de imprensa não coincide mais com a liberdade de expressão dos jornalistas. O discurso liberal desconsidera tal dissociação. Em sua forma clássica, ele considera somente a consciência individual dos jornalistas.²⁵⁰

Quando vislumbrado apenas o exercício do jornalismo, como visto na lição acima transcrita, é comum que se equipare o conceito da comunicação de massa com comunicação de imprensa, cada qual com sua referida liberdade. Afora preciosismos teóricos, o fato é que ambos são sinônimos. Diferencia-se, apenas, o meio a ser transmitida a informação, se por mídia impressa (jornais e revistas) ou mídia eletrônica, esta em referência ao rádio e à TV. Assim, quando cunhada a expressão liberdade de informação jornalística refere-se às duas mídias e não apenas ao que está publicado em papel. A liberdade de comunicação social, por fim, ainda refere-se aos meios virtuais, como a internet, mas esta, assim como a mídia impressa, não é objeto desse estudo.

²⁴⁹ FARIAS, Edilsom. *Op. Cit.*, p. 101.

²⁵⁰ CORNU, Daniel. *Ética da informação*. Bauru: Edusc, 1998, p. 122-123.

Pelo exposto, é característica indubitável da comunicação social a sua concretização pelos veículos de *mass media*, “cuja influência é enorme nas sociedades atuais, independentemente da polêmica sobre a natureza positiva ou negativa desse predomínio. Exemplo disso, é o fato de eles constituírem a terceira ocupação do homem moderno, vindo atrás apenas do trabalho e do sono”.²⁵¹ Refém da comunicação massiva, a sociedade, sua liberdade de dizer e ser ouvida, bem como a de ser efetivamente informada, depende dos meios.

Esse poder de dominação é visto por Fábio Konder COMPARATO, pois a imprensa, o rádio e a televisão, mesmo que nem sempre consigam dizer ao público o que ele deve pensar sobre determinada matéria, “são extremamente eficazes para fixar, na mente do povo, os assuntos sobre os quais é preciso ter opinião formada”.²⁵²

Mais ainda, o perigo dessa influência reside no fato de que ela é tanto decisiva quanto mais iletrada e acrítica for a clientela por ela alcançada. A “ralé”, portanto, é a mais prejudicada com a supressão de sua condição de cidadania e afastada do respeito aos direitos fundamentais de informar, de ser informado e à informação. Carlos Roberto Siqueira CASTRO exemplifica a situação afirmando que a mídia, em particular a televisão, vale-se de “imagens hipnotizantes e de programações alienantes para reforçar a hegemonia das elites, conservar privilégios castiços e aprofundar a concentração de renda”²⁵³.

SILVA é direto ao decretar que não há democracia na desigualdade. Para ele, só há regime das liberdades quando está presente a garantia geral para a realização dos direitos fundamentais do homem.²⁵⁴ Alain TOURAINE segue o mesmo diapasão:

Não sofremos de um excesso, porém de uma falta de comunicação, pois esta não consiste em emitir mensagens, mas em fazer com que elas sejam recebidas, coisa que só pode ser feita em termos políticos se o público tiver consciência de ser parte integrante, de forma direta ou pelos seus representantes, do processo político. Em vez de nos indagar em como a mídia influi em nossa situação, examinemos antes como a situação – isto é, a crise da comunicação

²⁵¹ FARIAS, Edilsom. *Op. Cit.*, p. 105.

²⁵² COMPARATO, Fábio Konder. *A geração controlada da opinião pública*. Artigo jornalístico publicado no jornal Folha de S. Paulo em 9 de set. 1997.

²⁵³ CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *Op. Cit.*, p. 564.

²⁵⁴ SILVA, José Afonso da. Democracia e direitos fundamentais. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin; SARLET, Ingo Wolfgang; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. (Coord). *Direitos humanos e democracia*. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 370.

política – age sobre a mídia. Esta, como os próprios partidos políticos, é seduzida por duas tentações igualmente perigosas. A primeira, mais letal, é se transformar em porta-voz do governo, ou, pior ainda, do que se chama mercado ou globalização. O público, a partir de então, sente-se agredido e retira sua confiança. A segunda é mais inversa: consiste em reforçar a resistência da opinião pública ao poder, em geral ao encerrá-lo num universo não-político, no qual a meteorologia, o futebol, as reportagens sobre as estrelas da atualidade, o exotismo e o recurso à emoção criam uma televisão ou uma imprensa de empatia, isto é, que acentua a separação entre a vida privada e a vida pública.²⁵⁵

TOURAINE, entretanto, recusa-se a aceitar por inteiro que o dinheiro e o poder político podem reduzir ao silêncio a mídia ou manipular a opinião pública. Afirma o sociólogo que tal pessimismo, de tão excessivo, torna-se escandaloso.

Essa crença é seguida por uma das correntes sobre o poder dos meios de comunicação social delineadas por Umberto ECO. Denominada de integradora, tal visão avalia que os *mass media* favorecem de forma positiva a realização da democracia. A segunda perspectiva, chamada de visão apocalíptica (ou crítica), considera que os meios geram uma sociedade autoritária, alienada e despersonalizada.

No que pertine à visão crítica, os meios de comunicação de massa são tidos como negativos por impedirem o surgimento de uma opinião pública independente e plural e, mais ainda, por manipularem e ameaçarem o Estado Democrático²⁵⁶.

²⁵⁵ TOURAINE, Alain. *Pessimismo escandaloso*. Artigo jornalístico publicado no jornal Folha de S. Paulo em 9 de mar. 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/09/mais!/18.html>>. Acesso em: 3 de abr. 2013

²⁵⁶ A influência mais perceptível dos meios de comunicação de massa escrita na história recente da imprensa brasileira envolve a cobertura eleitoral. Carlos Roberto Siqueira CASTRO, por exemplo, infere que “o engajamento das grandes emissoras de televisão no marketing político permite-lhes mediante a transmissão diária e programada de mensagens com insinuação e finalidade eleitoral, alcançar o número referente ao aumento ou redução gradativa de rejeições no âmbito do eleitorado (...). No Brasil, esse papel instrumental da mídia televisiva na arena das disputas eleitorais é desempenhado, com especial ênfase a partir do golpe militar de 1964, pela Rede Globo”. CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *Op. Cit.*, p. 567. No mesmo íterim, Marilena CHAÚÍ relembra o pleito presidencial pós-Constituinte de 1988, onde a competição pública não se fez entre partidos, ideologias ou candidatos, mas sim entre imagens que disputavam valores como credibilidade, inovação e prestígio. “As eleições de 1989 no Brasil (eleição de Fernando Collor de Mello) são o melhor exemplo”. CHAÚÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 386. A edição do debate final da eleição do segundo turno entre Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva apresentado no Jornal Nacional, na antevéspera da votação, também é considerado emblemático nessa questão. Jorge CASTAÑEDA escreveu que “por meio de uma franca manipulação das notícias e um flagrante favoritismo, a Rede Globo aproveitou o debate para entregar a eleição para Collor, o que uma emissora com 75% da audiência pode conseguir, mas que não deveria ser permitido”. CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 315. Há outros tantos exemplos de interferência direta da *mass media* em processos eleitorais – nacionais, estaduais e

Segundo essa teoria, a mídia está a serviço do capital e do poder político e, por essa razão, marginalizam, sobretudo, aqueles que já têm menos.

Nas palavras de ECO:

Penso que as nossas sociedades, em breve, serão divididas (ou já o estão) em duas classes de cidadãos: os que vêem TV, que recebem imagens pré-fabricadas e, portanto, definições pré-fabricadas do mundo, sem qualquer poder para escolher criticamente o tipo de informação que recebe, e os que sabem como trabalhar com o computador, que serão capazes de escolher e elaborar informação. Isso reestabelecerá a divisão cultural que existia no tempo de Claude Frolo, entre aqueles que eram capazes de ler manuscritos e, portanto, trabalhar criticamente com assuntos religiosos, científicos ou filosóficos, e aqueles que eram educados apenas pelas imagens da catedral, escolhidas e produzidas por seus mestres, os poucos alfabetizados.²⁵⁷

De outra parte, o autor percebe, sob a lógica integradora, que os veículos de massa são instituições que esclarecem, norteiam e divulgam a cultura humana. O controle e o poder da mídia, portanto, não são absolutos:

Para o integrado, não existe o problema de essa cultura sair de baixo ou vir confeccionada de cima para consumidores indefesos. Mesmo porque, se os apocalípticos sobrevivem confeccionando teorias sobre a decadência, os integrados raramente teorizam, e, assim, mais facilmente, operam, produzem, emitem as suas mensagens cotidianamente em todos os níveis. O Apocalipse é uma obsessão do dissidente, a integração é a realidade concreta dos que não dissidentem.²⁵⁸

FARIAS observa que, a partir dessas duas visões, “por um lado, uma ordem jurídica da comunicação adequada sempre visará à disciplina dos meios de comunicação de massa a fim de que contribuam positivamente para a concretização do Estado Democrático de Direito. Por outro lado, deve-se levar a sério as denúncias formuladas pela visão crítica. Elas chamam a atenção para o aspecto de que a estrutura

municipais - desde a redemocratização do país, como por exemplo a tentativa frustrada de derrotar a eleição de Leonel Brizola a governador do Rio de Janeiro em 1982. A cobertura de jornalismo policial pelas grandes redes também é emblemática no contexto de dominação. Sobram exemplos de mudanças na legislação a partir do noticiário de crimes de maior repercussão midiática. Ver AFFORNALLI, Maria Cecília Naréssi Munhoz GABARDO, Emerson;. *Direito, informação e cultura: o desenvolvimento social a partir de uma linguagem democrática*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

²⁵⁷ ECO, Umberto. *Da Internet a Gutenberg. Da Internet a Gutenberg*. Conferência apresentada pelo autor na The Italian Academy for Advanced Studies in America em 12 de novembro de 1996. Íntegra disponível em: <<http://www.hf.ntnu.no/anv/Finnbo/tekster/Eco/Internet.htm>, 15/set/2003>. Acesso em: 6 de jul. 2013.

²⁵⁸ ECO, Umberto. *Apocalípticos ou integrados*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 9.

social condiciona o exercício da atividade dos meios de comunicação social.”²⁵⁹

Por diversas vezes aventada nesse trabalho, a concepção crítica – que reproduz a ótica da Escola de Frankfurt - parece mais adequada a explicar a violação à cidadania no tocante aos direitos fundamentais ligados à comunicação social. A conexão dialética existente entre democracia e *mass media* e democracia e poder econômico torna claro que não há igualdade material entre os sujeitos de direito se o gozo da liberdade de expressão em sentido amplo e o direito à real informação se fazem de forma distinta entre os que têm recursos e os que não têm.

Por essa razão, o discurso ideal presente na própria Constituição de atendimento aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, soberania popular, cidadania, pluralismo e de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, está longe de ser cumprido, até porque, no momento em que só é protagonista na arena política da comunicação quem tem dinheiro, a própria democracia é vilipendiada.

Ademais, as funções relacionadas aos meios de comunicação social devem ser lidas de forma ampla, concretizadoras, no intuito de se minimizar a distorção de desigualdade hoje existente no país.

Depreende-se que as funções a serem desempenhadas pelos veículos de comunicação de massa estão imantadas pela importância que o acesso, a difusão e a recepção das informações possuem. Por disposição expressa da Constituição, as empresas de comunicação atuam por regime de concessão do Poder Público para prestação de serviços públicos (artigo 175), garantidos os direitos dos usuários (inciso II) e a obrigação de manter serviço adequado (inciso IV).

Carlos Aurélio Mota de SOUZA leciona que, a rigor, a concessão pelo Estado de rádio ou televisão a uma empresa interessa diretamente a ouvintes e telespectadores como destinatários últimos dos serviços de comunicação. Nesse espectro, alega que “por sua penetração e influência na formação da opinião pública, os meios de comunicação social estão ordenados ao desenvolvimento da personalidade humana e promoção da convivência social harmônica, através do acesso, recepção e difusão dos

²⁵⁹ FARIAS, Edilsom. *Op. Cit.*, p. 110.

pensamentos, ideias, informações e notícias”.²⁶⁰

Edilson FARIAS lista a obrigação de cumprimento de três tarefas sociais por parte das *mass media*, classificadas como funções (i) política ampla, (ii) cultural e (iii) de utilidade pública.

Pela função política ampla, os meios de comunicação devem fiscalizar os órgãos do Estado e seus servidores, fornecendo aos cidadãos as informações atinentes ao tema. A primeira de suas obrigações é “controlar os poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) e contrabalanceá-los conforme o princípio *checks and balances*. Ela é considerada um cão de guarda, cuja missão é sinalizar ao cidadão a ocorrência de eventuais abusos de poder”²⁶¹. Por essa razão, incumbe aos veículos relatar tudo o que ocorre dentro do espaço do Estado, mormente com a difusão de denúncias de irregularidades na gestão da coisa pública.

FARIAS analisa que se essa missão for desempenhada a contento, o papel da mídia tende a favorecer o controle democrático do Estado e, ademais, “a completa legitimidade dessa função ante a opinião pública exige que a fiscalização da mídia seja estendida a todas as formas de estruturas que sustentam o monopólio do poder por grupos oligárquicos”.²⁶² Criticamente, verifica-se que assiste razão ao autor, entretanto, pela compreensão de que a *mass media* no país opera na contramão, dependendo do interesse econômico ou ideológico, do que apregoava a lógica de Rui BARBOSA²⁶³ de que a imprensa é a vista da Nação, por vigiar sem cessar os homens públicos.

Ainda dentro do bojo da função política ampla, cabe à mídia a tarefa de subsidiar os cidadãos para a realização de escolhas inteligentes. FARIAS elucida com exemplos o que seria uma tarefa cívica dos meios, de, ao repassar informações isentas e adequadas, poder servir de parâmetro para decisões da cidadania, como a escolha de

²⁶⁰ SOUZA, Carlos Alberto Mota de. *O cidadão, a sociedade, a mídia e a justiça*. Disponível em: <http://www.academus.pro.br/professor/carlosaurelio/material_pdf/003.pdf>. Acesso em 13 de jul. 2013.

²⁶¹ CORNU, Daniel. *Op. Cit.*, p. 116.

²⁶² FARIAS, Edilson. *Op. Cit.*, p. 114.

²⁶³ A expressão famosa está inserida no clássico BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 80.

um candidato durante uma eleição. A visão de certa forma romântica do autor imagina que, ao assim operar, funcionará bem a democracia.²⁶⁴

A função de garantia do espaço público revela o que FARIAS chama de concepção comunitária da comunicação social, de modo que a mídia carrega como primordial objetivo assegurar na sociedade o espaço público e preservar o seu adequado funcionamento de forma a ensejar o debate aberto das pessoas.²⁶⁵ No mesmo panorama, inscreve-se à imprensa a função de estabelecer a agenda política, ou seja, transforma-se ela própria em mediadora entre a sociedade e o poder estabelecido no intuito de realizar os anseios sociais. O risco de tal ofício é a própria manipulação²⁶⁶, uma vez que o domínio da formulação ideológica fica concentrado nas mãos da elite que controla os veículos.

Nas palavras de Antonio HOHLFELDT:

Os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a um determinado tema, são capazes de, a médio e longo prazos, influenciar sobre o que pensar e falar, o que motiva o batismo dessa hipótese de trabalho. Ou seja, dependendo dos assuntos que venham a ser abordados – agendados – pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social.²⁶⁷

Por conta disso, percebem-se na realidade brasileira agentes políticos comportando-se de acordo com a pauta estabelecida pela *mass media*, em particular a partir de decisões administrativas, aprovações legislativas e sentenças em processos judiciais efetuados a partir da agenda imposta pelas empresas de comunicação social.

COMPARATO observa que “o verdadeiro espaço de deliberação política passou a ser, assim, aquele oferecido pelos veículos de comunicação de massa. São

²⁶⁴ Ibidem, p. 115.

²⁶⁵ Ibidem, p. 116.

²⁶⁶ Gilberto Dimenstein cunhou uma das frases mais precisas acerca do que deve perseguir o profissional de imprensa: “A manipulação deveria ser o maior inimigo dos jornalistas”. DIMENSTEIN, Gilberto. A imprensa e os direitos humanos: o perigo do silêncio. In: CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto (Ed.). *A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro*. San José, Costa Rica: IIDH, ACNUR, CIVC, CUE, 1996, p. 650.

²⁶⁷ HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (Coord). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 191.

eles – *rectius*, os seus controladores – que decidem sobre a divulgação ou não das questões discutidas e votadas no parlamento. São eles que, de fato, propõem a discussão parlamentar grande número de questões, tornadas em seguida objetos de comissões parlamentares de inquérito ou de projeto de leis”.²⁶⁸

A consequência disso é que, em vez de atuar no sentido democrático, os meios de massa passam a justamente reforçar posições dominantes, afastando ainda mais dos preceitos propugnados.

A segunda função da comunicação social é a cultural. O termo não se refere à cultura no sentido da arte, do espetáculo ou do entretenimento, mas sim na obrigação da mídia em formar culturalmente a cidadania, seja por meio de debates de ideias, de opiniões, de críticas, de juízos de valor. Esse entendimento tem sua origem no liberalismo clássico e na alusão de que a livre expressão dos meios de comunicação conduz à ilustração das pessoas, o que é importante no processo democrático.²⁶⁹

A referida função serve igualmente ao fato de que não há neutralidade na comunicação de massa. Antonio Carlos WOLKMER lembra com acuidade que Antonio Gramsci já classificava os meios, ao lado da igreja e da escola, como as principais instituições ideológicas.²⁷⁰ Nas palavras do próprio Gramsci:

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.²⁷¹

Jorge ALMEIDA ensina, todavia, que a imprensa da época de Gramsci não era a mesma nem tinha o mesmo significado e peso cultural, político e muito menos econômico que tem a mídia no mundo contemporâneo, uma vez que ele “não relaciona a imprensa à base econômica da sociedade, muito menos aos seus núcleos decisivos.

²⁶⁸ COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (Org.) *Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides*. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 149.

²⁶⁹ FARIAS, Edilson. *Op. Cit.*, p. 119.

²⁷⁰ WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, estado e direito*. 4 ed. São Paulo: RT, 2001, p. 73.

²⁷¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 3, 2000, p. 95

Esta questão está frequentemente relacionada, isto sim, àquelas funções precípua da sociedade civil, ligadas à formação de opinião e à disputa de direção política, moral, ideológica, cultural e intelectual”.²⁷²

Evidentemente, a comunicação de massa e sua cultura são alvo de críticas, em especial, pela razão de, na sociedade atual, baseada no consumo, os veículos prestarem-se, por interesses econômicos, políticos e ideológicos, a induzir comportamentos.

FARIAS, entretanto, teme que os ataques à função cultural dos *mass media* sejam meramente postulados para atender a uma posição moralista de considerar a comunicação social como, apenas, um instrumento de manipulação para impedir que a maioria das pessoas tenha acesso à cultura em geral. Por outro lado, diz ele, “não se pode negar a justeza das críticas que denunciam a baixa qualidade de muitos produtos fornecidos pelos meios de massa nos casos em que o objetivo primário não é o aprimoramento cultural da pessoa humana, mas exclusivamente auferir vantagem econômica e lucro”.²⁷³

A terceira e última função dos veículos de *mass media* é a de quadro de avisos, servindo de instrumento útil para a vida rotineira do cidadão. Enquadra-se nesse quesito, por exemplo, a previsão meteorológica, as condições do tráfego em cidades e rodovias, divulgação de nascimentos e falecimentos, propagandear acontecimentos comunitários, entre outros. Este papel, aparentemente menor, é denominado pela teoria do jornalismo como prestação de serviços.

Maria Pilardiz DIEZHANDINO considera que o jornalismo de serviço faz da informação um instrumento útil para a vida diária. Assim, alcança uma necessidade das pessoas, que irão aplicar essas informações em alguma atitude que podem tomar.²⁷⁴

Tal visão, contudo, não está isenta de críticas. Tyciane Viana VAZ revela que

²⁷² ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e Sociedade Civil em Gramsci. In: *Revista Compolítica*, n. 1, vol. 1, ed. março-abril, 2011. Rio de Janeiro: Compolítica, 2011.

²⁷³ FARIAS, Edilsom. *Op. Cit.*, p. 120.

²⁷⁴ DIEZHANDINO, Maria Pilar. *Periodismo de Servicio: La utilidad como complemento informativo en Time, Newsweek y U.S. News and World Report, y unos apuntes del caso español*. Barcelona: Bosch Comunicación, 1994.

há dominação escamoteada na classificação de material jornalístico voltado para orientação e dicas ao público. Para a autora, “na sociedade atual, o consumismo impera, e aliado a ele, uma amplitude de opções de produtos e bens simbólicos. Assim, parece que os cidadãos necessitam cada vez mais de orientações”.²⁷⁵

Ana Carolina Pessôa TEMER percebe, por sua vez, que muitas matérias de serviço não só oferecem a possibilidade de consumir como a de consumir melhor, exercendo a função de ‘orientadora’ para os receptores que não tiveram acesso à informação por meio do sistema de ensino institucionalizado ou das vias de comunicação pública (como seria o caso das instruções do governo para o preenchimento dos formulários).²⁷⁶

No que concerne ao cumprimento das funções a serem desempenhadas, os veículos de comunicação social relacionam-se com a opinião pública²⁷⁷. FARIAS aponta a existência de dois caminhos a trafegar nesse trajeto: o primeiro é no atendimento ao ideário iluminista de constituir o cidadão bem informado como escopo da democracia e, o segundo, na ameaça por meio da manipulação das massas. Nesse sentido, é preciso o ensino do autor para a compreensão do desnível existente entre a apreensão da informação transmitida:

Afirma-se que [o aspecto da instituição social da opinião pública] é formado de vários níveis: no primeiro, estão as elites econômicas e sociais; no segundo, as elites políticas e de

²⁷⁵ VAZ, Tyciane Viana. *Jornalismo de Serviço: as espécies utilitárias como gênero na mídia brasileira*. Natal: Trabalho apresentado no Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008.

²⁷⁶ TEMER, Ana Carolina Pessôa. *Notícias e serviços nos telejornais da Rede Globo*. Tese de doutorado em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2001.

²⁷⁷ O conceito de opinião pública não é de fácil demonstração, mas este surgiu, de acordo com FARIAS, décadas antes da Revolução Francesa, com a filosofia da ilustração. O primeiro autor a falar sobre a *opinion publique* foi Rousseau em seu famoso discurso sobre arte e ciência, ainda que o sentido usado na obra seja o de opinião coletiva incerta, algo muito diferente do que é compreendido hodiernamente. A evolução para o conceito hoje reconhecido ganhou contornos nos séculos XVIII e XIX com Jeremy Bentham e Stuart Mill. Hoje, em síntese, opinião pública pode ser definida como o senso comum dominante na coletividade referente a juízos e sentimentos sobre o estado da coisa pública, acompanhado da convicção de que tal senso comum seja compartilhado por todos e que seja formado por meio de debate público fulcrado em um processo de comunicação estruturalmente livre e paritário. Desse conceito, é possível vislumbrar que na verdade existe uma pluralidade de opiniões na coletividade, embora possa haver uma tendência predominante. *In: FARIAS, Edilsom. Op. Cit.*, p. 124-125.

governo; no terceiro os meios de comunicação de massa e os profissionais da comunicação; no quarto os líderes de opinião, isto é 5% a 10% da população que realmente se interessa pelos assuntos públicos e que está atenta às opiniões e informações difundidas pelos veículos de comunicação social; por último, o nível representado pelo restante dos cidadãos.²⁷⁸

O tema da desigualdade do acesso à informação, bem como os seus reflexos para a cidadania não podem estar ausentes desse trabalho, sob pena de prejuízo de compreensão à necessidade de implementação de mecanismos que operem no intuito de concretizar os direitos de informar, de ser informado e à informação para todos.

3.2 O MITO DA IGUALDADE NO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

A igualdade que importa a este trabalho não é a de ordem meramente formal, mas sim material. José Afonso da SILVA a classifica como aquela que não admite privilégios e distinções que um regime simplesmente liberal consagra. A igualdade em tela, em perfeita síntese teórica, é a que constitui o signo fundamental da democracia.²⁷⁹

No modelo desejado de igualdade no tocante à liberdade de comunicação e acesso à informação, o indivíduo e a coletividade beneficiam-se da garantia do livre exercício dos direitos mencionados como uma forma de ver concretizado também o princípio democrático. Por essa razão, reduzir a liberdade de expressão em sentido amplo a um enfoque de gozo parcial, fragmentado, significa podar, de maneira erosiva, o próprio regime.

A liberdade de comunicação e o acesso à informação necessitam ser vistos sob o ângulo da igualdade real, para todos, inclusive e principalmente aos mais necessitados, em que o direito de receber o maior número de informações possíveis, de ter acesso ao mais amplo conhecimento, de compreender e apropriar-se da notícia ou do dado divulgado, torna a pessoa apta a desenvolver sua cidadania.

Por outro ângulo, é preciso reconhecer que não há igualdade possível na desigualdade social. Assim, mecanismos de discriminação positiva são necessários

²⁷⁸ FARIAS, Edilson. *Op. Cit.*, p. 127.

²⁷⁹ SILVA, José Afonso da. *Op. Cit.*, p. 213.

para a inserção dos desiguais ao direito da livre expressão das ideias e, por conseguinte, de acesso à informação, como ver-se-á nesse capítulo.

A Lei Magna hoje, se lida sem a observância da realidade pátria, transmite a nítida (e falsa) impressão de que iguais são todos os brasileiros no que tange à liberdade de expressão. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), poderosa entidade que congrega os meios de comunicação social de massa, em seu sítio na internet, apregoa que “a indústria da comunicação brasileira é vigorosa por sua pluralidade” e que “há oportunidades iguais para todos”²⁸⁰, discurso corrente por quem detém o poder econômico e político e que atingiu a totalidade dos estágios da instituição social da opinião pública.

É a prova de que o mito da igualdade de oportunidades no exercício da liberdade de comunicação no Brasil encontra-se estabelecido.

Em primeiro plano, importa mencionar a compreensão adotada por esse trabalho de tratar a igualdade como princípio jurídico. Com efeito, a igualdade é aqui entendida como princípio constitucionalmente em vigor, na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais de Robert ALEXYY.²⁸¹

A doutrina percebe que o direito da igualdade apresenta-se nos ordenamentos jurídicos contemporâneos basicamente pelas expressões igualdade perante a lei e igualdade na lei. Roger Raupp RIOS é claro ao diferenciá-las: a primeira, de natureza

²⁸⁰ Na página da Abert na internet há diversos artigos que proclamam a existência de igualdade social no acesso à informação e no exercício da liberdade de comunicação. A íntegra dos textos está disponível em: <<http://www.abert.org.br/site/index.php?/Table/biblioteca/artigos-abert/>>. Acesso em 11 de jul. 2013.

²⁸¹ Em apertada síntese, a teoria dos direitos fundamentais de Robert Alexy diz que as normas de direitos fundamentais distinguem-se em normas do tipo princípio e normas do tipo regra. A partir da enumeração dos diversos critérios de distinção correntes (determinabilidade dos casos de aplicação, processo de geração, caráter explícito de conteúdo valorativo, referência à ideia de direito, importância para o ordenamento jurídico), Alexy expõe três teorias acerca da distinção. A primeira afirma a impossibilidade de qualquer distinção definitiva, uma vez que a pluralidade de normas efetivamente existente possibilita infindáveis combinações de critérios. A segunda sustenta que a diferença entre princípios e regras é apenas grau de generalidade, compartilhando as duas da mesma realidade. A terceira, por ele seguida, distingue princípios e regras qualitativamente, onde os princípios são mandatos de otimização enquanto as regras tem mandatos definitivos. Os princípios são suscetíveis de ponderação, enquanto as regras são satisfeitas ou não. Se uma regra vale, é aplicável. Sua aplicação, como bem ensina o autor, é uma aplicação de tudo ou nada, pelo caminho da subsunção. No conflito de regras, aplica-se a tese da invalidade. Na colisão entre princípios, um afasta o outro no momento da resolução do embate. In: ALEXYY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

formal, diz respeito à igual aplicação do direito vigente sem distinção com base no destinatário da norma jurídica, sujeito aos efeitos jurídicos decorrentes da normatividade existente; enquanto a segunda, de natureza material, exige a igualdade de tratamento dos casos iguais pelo direito, bem como a diferenciação no regime normativo em face das hipóteses distintas.²⁸²

Bem se observa que a referida separação conceitual está radicada justamente no destinatário da norma constitucional da igualdade. O direito pátrio reconhece explicitamente a concomitância dos aspectos formal e material da igualdade.²⁸³

Acerca da natureza material da igualdade, fundamental o ensino de Konrad HESSE:

Igualdade jurídica material não consiste em um tratamento igual sem distinção de todos em todas as relações. Senão só aquilo que é igual deve ser tratado igualmente. O princípio da igualdade proíbe uma regulação desigual de fatos iguais; casos iguais devem encontrar regra igual. A questão é, quais fatos são iguais e, por isso, não devem ser regulados desigualmente.²⁸⁴

Celso Antônio Bandeira de MELLO observa que tal norte delimita a impossibilidade de desequiparações fortuitas ou injustificadas, e o sistema normativo, ao exigir igualdade, assegura que os preceitos genéricos, os abstratos e os atos concretos colham a todos sem arbitrariedades, assim mais proveitosas aos atingidos.²⁸⁵

RIOS verifica que o Estado de Direito material se caracteriza pela preocupação com o conteúdo e com a orientação da atividade estatal, ficando o poder político vinculado a valores jurídicos maiores, fundamentais, extraídos da própria

²⁸² RIOS, Roger Raupp. *O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano*. São Paulo: RT, 2002, p. 31.

²⁸³ Renata Malta VILAS-BÔAS aduz que a Carta de 1988, ao preconizar que todos são iguais perante a lei, consagra o caráter formal da igualdade nos artigos 3, inciso IV e 5, *caput*. A igualdade material está positivada na Lei nos artigos 3, 5, incisos XLI e XLII, 7, incisos XXX e XXXI e 170, inciso VII, dentre outros. “Dessa forma, visando promover a igualdade material e não apenas a formal, a lei passa a ter como uma de suas funções essenciais a promoção de igualdades onde seja possível e se preciso for, desigualar em determinados aspectos para que tenhamos como resultado um equilíbrio justo”. In: VILAS-BÔAS, Renata Malta. *Ações afirmativas e o princípio da igualdade*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003, p. 21.

²⁸⁴ HESSE, Konrad. *Elementos de direito constitucional da república federal da Alemanha*. Porto Alegre: Fabris, 1998, p. 330.

²⁸⁵ Celso Antônio Bandeira de Melo. *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 18.

Constituição.²⁸⁶ BONAVIDES valoriza sobremaneira o princípio da igualdade a ponto de afirmar que, de todos os direitos do Ordenamento, esse é o que ocupa o centro medular. De todos os direitos fundamentais, é o que mais sobe de importância na esfera constitucional dos dias atuais, “o direito-guardião do Estado social”.²⁸⁷

A igualdade no que tange o acesso à informação e à liberdade de comunicação não se conforma com mera disposição formal, tendo em vista que a apropriação de tais prerrogativas afronta a dignidade da pessoa humana e, mais estritamente, o próprio princípio da igualdade material. Com isso, e em outras palavras, os direitos de usufruir igualmente da liberdade de expressão em sentido amplo e de se perceber igual integram a própria essência da dignidade.

Sob esse prisma, se pessoas estão alijadas de desempenhar o seu direito de comunicar, de externar seus anseios e/ou obter informações para tanto. O Estado, ao não promover forçosamente a igualdade material, atua por acatar a desigualdade.²⁸⁸

José Reinaldo Lima LOPES toca no ponto central do debate:

A pobreza já não se compreende como uma fatalidade natural, uma herança, ou o resultado da vontade dos deuses. Já sabemos muito sobre os processos de geração de pobreza. A consciência possível em torno do tema já não pode escusar ou justificar divisões sociais que a ela se reportem. (...) O princípio de ação que determina tratar casos iguais de forma igual mantém-se como regra racional, mas seu conteúdo é preenchido de forma nova. Naturalmente, o resultado do juízo a respeito de certos casos será completamente novo.²⁸⁹

Essa “versão nova” da igualdade é, também para BONAVIDES, caminho que passa pela elaboração legislativa e aplicação do direito livres da arbitrariedade, que é tratar a igualdade de maneira formal.²⁹⁰ Maria Berenice DIAS, em igual caminho, afirma que se omitindo o legislador em regular situações dignas de tutela, “as lacunas

²⁸⁶ RIOS, Roger RAUPP. *Op. Cit.*, p. 49.

²⁸⁷ BONAVIDES, Paulo. *Op. Cit.*, p. 302.

²⁸⁸ Na parte final desse capítulo, no item 3.3 discutir-se-á o fundamento da Teoria da Justiça de John RAWLS como argumento filosófico possível para a promoção de políticas de discriminação positiva no intuito de diminuir a desigualdade de acesso à liberdade de expressão para a população mais pobre do país.

²⁸⁹ LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do judiciário no estado social de direito. In: FARIA, José Eduardo (Org.). *Direitos humanos, direitos sociais e justiça*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 139.

²⁹⁰ BONAVIDES, Paulo. *O princípio da igualdade como limitação à atuação do estado*. Revista da procuradoria-geral do Estado de São Paulo, n.16, p. 90.

precisam ser colmatadas pelo Judiciário, que não pode negar proteção jurídica nem deixar de assegurar direitos sob a alegação de ausência de lei. Precisa assumir a justiça sua função criadora do direito. Na presença de vazios legais, a plenitude do reconhecimento de direitos é implementada pela identificação da semelhança significativa, ou seja, por meio da analogia, que se funda no princípio da igualdade”.²⁹¹

Carlos Roberto Siqueira CASTRO preconiza com a mesma ênfase que somente pela via de um tratamento diferenciado se poderá verdadeiramente alcançar maior igualdade no plano social e econômico para os segmentos sociais historicamente injustiçados.²⁹²

No caso da universalidade do acesso ao direito da liberdade de comunicação e à informação é indispensável ressaltar que não se está falando de uma minoria de ordem numérica. Ao contrário. No Brasil, com a concentração da *mass media* nas mãos do poder político e econômico, com os meios de comunicação comunitários desviados de suas funções,²⁹³ e com boa parte da população incapaz de compreender a realidade a que está inserida²⁹⁴, o problema da desigualdade é majoritário.

²⁹¹ DIAS, Maria Berenice. *Homoafetividade: o que diz a Justiça*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 18.

²⁹² CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *Op. Cit.*, p. 364.

²⁹³ Este tema que será tratado com maior vagar no item 3.3 dessa dissertação.

²⁹⁴ A questão da dificuldade de compreensão da realidade passa, necessariamente, pelo déficit de educação no Brasil. Na obra *A Ralé Brasileira*, Jessé Souza dedica um capítulo ao tema, intitulado *A instituição do fracasso: a educação da ralé*, escrito pela socióloga Lorena de Freitas. Partindo de estudos de casos de dois jovens da periferia, o texto responde à pergunta de “por que as nossas escolas públicas, em sua maioria, falham quanto à assumida tarefa de oferecer aos jovens pobres de todo o Brasil possibilidades objetivas de subirem na vida?” (p. 281). As conclusões do estudo vão muito além da falta de estrutura das escolas e passam, em primeiro ponto, pelo desmonte familiar e, em mesmo grau, responsabiliza o que chama de má-fé institucional do Estado brasileiro com o sistema de ensino. *Ipsis Verbis*: “Algumas frações da classe baixa foram beneficiadas com a expansão do ensino primário e com a criação do sistema “paralelo” de ensino profissional. No entanto, fora essa pequena parte da população pobre, a grande maioria das classes populares foi excluída do sistema de ensino, visto que este não se expandiu o suficiente para abarcar a maior parte da população. E muitos dos que conseguiam matricular-se eram eliminados, como vimos, pela seletividade do sistema, que possuía elevados índices de repetência e evasão. Apesar desses números assustadores que mostram o baixíssimo rendimento do sistema em garantir a permanência da maioria esmagadora da população na escola, pouco foi feito pelo Estado para resolver esse problema. Atualmente, temos um ensino fundamental praticamente universalizado. No ano de 2005, 97,4% das crianças brasileiras de 7 a 14 anos frequentavam a escola. Contudo, ainda hoje temos que lidar com níveis altíssimos de improdutividade, consolidados nas taxas que indicam o baixo rendimento das escolas públicas. Isso significa que a exclusão atualmente deixou de ser qualitativa e quantitativa para ser somente qualitativa: todos estão na escola, mas esses alunos não aprendem nem a metade do que é esperado.

Jürgen HABERMAS é preciso em analisar tal contexto:

O problema também surge em sociedades democráticas, quando uma cultura majoritária, no exercício do poder político, impinge às minorias a sua forma de vida, negando assim aos cidadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos. Por causa de tais regras, implicitamente repressivas, mesmo dentro de uma comunidade republicana que garanta formalmente a igualdade de direitos para todos, pode eclodir um conflito cultural movido pelas minorias desprezadas contra a cultura da maioria.²⁹⁵

Ronald DWORKIN, a respeito do tema, defende que o princípio da igualdade determina que todas as pessoas devam ser tratadas pelo Estado com o mesmo respeito e consideração. Afirma que não é legítimo nenhum governo que não dispense igual tratamento a todos os cidadãos que comanda e de quem exige lealdade.²⁹⁶ Se pensada a relação entre liberdade de comunicação e igualdade, em que o direito de apropriar-se da informação para uso e benefício pessoal e coletivo para aquela comunidade, em que todos possam melhorar de condições de vida, a lição do autor é ainda mais elucidativa:

El principio no exige que los seres humanos sean similares o iguales en todo: ni que sean racionales o buenos, ni que las vidas que desarrollan sean valiosas por igual. La igualdad en cuestión no está relacionada con ninguna propiedad de las personas, sino con la importancia que tiene el hecho de que lleguen a algo en la vida y no la desperdicien. Además, las consecuencias de esta importancia que tiene la corrección o la incorrección de la conducta de alguien plantean una cuestión adicional. Muchos filósofos aceptan lo que se denomina a menudo principio de beneficencia: una persona tiene siempre la obligación moral de tratar con tanta consideración el destino de todo el mundo como su propio destino y el de su familia y amigos.²⁹⁷

Isso sem contar as taxas que medem o índice de repetência: elas demonstram que, no ano de 2000, mais da metade (54,3%) dos alunos da quinta série do ensino fundamental estavam acima da idade ideal para essa série” (p. 298). Mais adiante, o próprio autor disserta a respeito do tema. Souza afirma que “a escola pública no Brasil, com raras e honrosas exceções, seja “pensada” como caminho dourado da ascensão social, quando, na realidade, ela quase sempre apenas legitima a desigualdade já montada, como Lorena Freitas mostra em sua pesquisa empírica, desde o berço, por “heranças diferenciais de classe”. Como demonstrado inúmeras vezes anteriormente, no contexto de nossa pesquisa empírica, a escola pública, apesar do esforço de muitos professores dedicados, mas impotentes para mudar uma realidade muitas vezes além de sua própria compreensão, apenas “confirma” e legitima com o “carimbo” do Estado um destino já montado desde muito antes. Do mesmo modo que a prisão só reeduca “para inglês ver”, quando na verdade serve para “criar” o delinquente, como delinquente de classe baixa, também a escola pública só pode ser a grande esperança brasileira de ascensão social “para inglês ver” (p. 427).

²⁹⁵ HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2007, p. 164.

²⁹⁶ DWORKIN, Ronald. *Virtud soberana: la teoría y la práctica de la igualdad*. Barcelona: Paidós, 2003, p. 11.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 17.

Sob essa lupa, como há de se sustentar a existência de igualdade material, se o Estado não respeita ou empresta consideração à população que apenas recebe a informação sem conseguir processá-la e dela beneficiar-se? Daniel SARMENTO propõe a verificação do cabimento de eventual desigualação promovida pelo Estado no sentido de que se analise se esta é de fato legítima, razoável e suficiente para justificar a diferença de tratamento.²⁹⁸

Tal verificação, entretanto, fundada em teoria bastante cautelosa, não é de fácil compreensão, mas claramente perceptível. Eduardo BITTAR raciocina no propósito de que a subjetividade da sociedade por ele denominada pós-moderna “está profundamente ameaçada em sua capacidade de emergir do anonimato, da inconsciência e da reificação de sua condição pelo consumo, e se acovarda crescentemente ante à própria autonomia”.²⁹⁹

O autor, em releitura de Habermas, disserta sobre uma sociedade amplamente colonizada, em que a informação não alcança efetivamente o conjunto da cidadania. Como parte da recuperação desse contexto, BITTAR aposta na construção de uma subjetividade crítica, capaz de fortalecer a autonomia do indivíduo, visto que “a posse de um estado de independência com relação a tudo o que define personalidade importa na capacidade de analisar e distinguir, para o que é necessária a crítica, pois somente ela divisa o errado no aparentemente certo, o injusto no aparentemente justo.”³⁰⁰

MENDES, com outras palavras, assevera o mesmo. Diz que “a garantia de liberdade do indivíduo que os direitos fundamentais pretendem assegurar somente é exitosa no contexto de uma sociedade livre. Por outro lado, uma sociedade livre pressupõe a liberdade dos indivíduos e cidadãos, aptos a decidir sobre as questões de seu interesse e responsáveis pelas questões centrais de interesse da comunidade”.³⁰¹

²⁹⁸ SARMENTO, Daniel. *Op. Cit.*, p. 140.

²⁹⁹ BITTAR, Eduardo C. B. *Democracia, justiça e direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 43.

³⁰⁰ *Idem.*

³⁰¹ MENDES, Gilmar Ferreira. Os direitos fundamentais e seus múltiplos significados na ordem constitucional. *Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE)*, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº. 23, julho/agosto/setembro de 2010. Disponível na internet:

PERUZZO opina que a igualdade material transita pela possibilidade de as pessoas reconhecerem-se como partícipes de situações semelhantes, a partir de problemas vividos em comum.³⁰² Essa igualdade plural só possui o condão de efetivar-se no que tange ao direito à liberdade de expressão e no acesso à informação se esses cidadãos passarem ao protagonismo de suas ações:

Qualquer forma de participação é válida, pois é importante e desejável no processo comunicacional popular. Porém, não basta mais somente os conceitos de origem da comunicação comunitária “dar voz e vez”, do “dar voz a quem não tem voz”, ou ainda do “abrir os microfones ao povo”. É preciso atentar para os níveis de envolvimento, num contexto de difícil realização, pelas estruturas, condições sócio-econômicas e culturais de grandes contingentes populacionais. Frente a isso, sugere a promoção do desenvolvimento de formas mais ousadas para a participação efetiva se fazer presente nos meios comunitários.³⁰³

A clássica compreensão de Norberto BOBBIO de que a igualdade e a liberdade não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir, um valor e um dever-ser³⁰⁴ ilustra o parâmetro a ser buscado no sentido da concretização dos referidos direitos fundamentais.

Já a compreensão da igualdade e da liberdade em Ronald DWORKIN³⁰⁵ passa, necessariamente, pela interpretação sobre o que é o regime democrático para o autor. OMMATI leciona que se interpretado sinteticamente o pensamento do filósofo norte-americano acerca do assunto, “democracia significa que as pessoas se veem como parceiras de um empreendimento político comum. É por isso que Dworkin várias vezes utiliza a figura de uma orquestra³⁰⁶ como analogia para explicar o que vem a ser

<<http://www.direitodoestado.com/revista/REDE-23-JULHO-2010-GILMAR-MENDES.PDF>>. Acesso em: 11 de jul. 2013.

³⁰² PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. *Op. Cit.*, p. 60.

³⁰³ PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. *Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas*. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/Peruzzo_2009.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2012.

³⁰⁴ BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997, p. 58

³⁰⁵ Esse trabalho não pretende adentrar com profundidade na temática filosófica conceitual sobre a igualdade em Dworkin. Entretanto, para efeito de sistematização teórica, necessário ressaltar que na obra *A Virtude Soberana – a teoria e a prática da igualdade*, o autor estabelece várias distinções entre as concepções teóricas de igualdade de bem-estar (*equality of welfare*) e de igualdade de recursos (*equality of resources*), preferida pelo filósofo. No curso desse item, dissertar-se-á a respeito da matéria para um melhor entendimento.

³⁰⁶ O exemplo da orquestra citado por OMMATI encontra-se em DWORKIN, Ronald. *Liberalismo, Constitución y Democracia*. Buenos Aires: Isla de la Luna, 2003.

uma comunidade democrática”.³⁰⁷

Partindo-se dessa análise, a orquestra imaginada por DWORKIN simboliza o respeito pela diversidade. Desse modo, firma-se a ideia de solidariedade – e a igualdade, sob esse cenário, deve ser entendida como o tratamento a todos com a mesma consideração e respeito:

Utilizamos “igualdade” em seu sentido comum simplesmente para indicar a equivalência ou a identidade em uma dimensão específica ou subentendida sem insinuar que seja desejável que o falante acredite na equivalência na mesma dimensão. Pode-se dizer, recorrendo ao sentido comum, que a igualdade se mantém entre pessoas que tenham as mesmas riquezas (ou capacidades, ou felicidade) sem insinuar que a equivalência de riquezas (ou de capacidades, ou de felicidade) seja apropriada. Utilizamos “igualdade” em seu sentido normativo, pelo contrário, precisamente para indicar o aspecto ou os aspectos em que o falante acha que as pessoas deveriam ser iguais, ou tratadas do mesmo modo, por questão de justiça.³⁰⁸

A sociedade é justa para DWORKIN, portanto, quando se verifica no contexto social a realização dos mais diversos projetos de vida boa, sem que estes sejam afetados por questões políticas, econômicas ou morais. Já a relação que atinge os princípios da igualdade e da liberdade, vistos ambos ideais normativos, e, por conseguinte, indivisíveis em um leilão hipotético.

André Silva de OLIVEIRA, com acuidade, ensina que o leilão hipotético constante na tese dworkiniana funciona, em modo de comparação, tal qual a posição original contratualista da Teoria da Justiça de John RAWLS, uma vez que “as pessoas, encontram-se igualmente submetidas ao véu da ignorância rawlsiano; a diferença reside no tipo de bem que será distribuído em tal condição, pois John Rawls imagina a distribuição de parcelas de oportunidades iguais consistentes em bens sociais primários, ao passo que Ronald Dworkin defende a distribuição de recursos”.³⁰⁹

³⁰⁷ OMMATI, José Emílio Medauar. *A tensão constitutiva ao direito democrático entre igualdade e liberdade no ordenamento jurídico brasileiro: o voto do ministro Carlos Britto no HC 82.424/RS*. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060410095945.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2013.

³⁰⁸ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 165.

³⁰⁹ OLIVEIRA, André Silva de. *A equação igualdade-liberdade revisitada: John Rawls, Ronald Dworkin e Hannah Arendt*. Disponível em: <<http://www.ppgcp.ifch.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/ANDRÉ%20SILVA%20DE%20OLIVEIRA,%>

Para ilustrar o modo em que a igualdade de recursos suplanta a de bem-estar, o autor utiliza-se de exemplo fictício de um pai que possui alguns filhos e estuda repartir os quinhões de sua herança. Um dos filhos é cego, outro é playboy com preferências dispendiosas, um terceiro tem pretensões políticas com aspirações dispendiosas, outro é poeta com necessidades humildes, outro é escultor que trabalha com material caro.³¹⁰

Diante desse quadro, o autor disserta que o pai, “se tiver como meta a igualdade de bem-estar, levará em conta as diferenças entre os filhos e não lhes deixará frações iguais.”³¹¹ Mais adiante, entretanto, Dworkin analisa que “os portadores de deficiências físicas ou mentais têm, com toda justiça, direito a uma parcela maior de recursos”³¹².

OLIVEIRA, frente à teoria em atento, acredita que, se tomada a ótica do norte-americano, “devemos entender a igualdade como a sombra que cobre a liberdade”³¹³, em um pressuposto em que ambos os preceitos se protegem mutuamente. Mais além, no que tange ao foco de estudo dessa dissertação, é nesse íterim que o direito de liberdade de expressão deve ser compreendido.

Nas palavras de OMMATI:

À semelhança de Rawls, tanto a igualdade quanto a liberdade não entrariam no pacote básico de distribuição de recursos no modelo imaginário proposto por Dworkin. Todos, então, teriam o mesmo direito à igualdade e à liberdade. Em outras palavras, os princípios da igualdade e liberdade são inegociáveis. Esses direitos são essenciais, para Dworkin, exatamente para promover o ideal de democracia proposto pelo autor, enquanto associação de homens livres e iguais.³¹⁴

Sobre a liberdade, DWORKIN argumenta que essa não pode servir como obstáculo à realização da igualdade, sobretudo quando a defesa das liberdades resulta, ao final, na proteção de privilégios de alguns:

Acredita-se que, se a liberdade e a igualdade estiverem em conflito, é preciso fazer uma escolha angustiante entre as duas virtudes. Um mapa conhecido dos argumentos políticos,

2020.04.2010.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2013.

³¹⁰ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana...*, p. 5.

³¹¹ Idem.

³¹² Ibidem, p. 11.

³¹³ OLIVEIRA, André Silva de. *A equação igualdade-liberdade revisitada...*

³¹⁴ OMMATI, José Emílio Medauar. *A tensão constitutiva ao direito democrático...* Acesso em: 13 de ago. 2013.

de fato, posiciona os partidos ou grupos políticos ao longo de uma escala definida pelas escolhas que cada um faz em tal situação. A escala vai do absolutismo da liberdade em um extremo (a liberdade não deve nunca ceder à igualdade quando estiverem em conflito) e um absolutismo inverso da igualdade no outro extremo. As opiniões mais moderadas posicionam-se supostamente entre esses dois pólos, atribuindo pesos relativos diversos às duas virtudes políticas. Contudo essa topografia popular é, acredito, profundamente equivocada como relato da escala de opiniões existentes em nossa cultura política. Nenhuma teoria que respeite os pressupostos fundamentais que definem essa cultura poderia subordinar a igualdade à liberdade, concebidas como ideais normativos, em hipótese alguma. Qualquer disputa genuína entre a liberdade e a igualdade é uma disputa que a liberdade deve perder. Faço essa afirmação ousada porque acredito estarmos hoje unidos na aceitação do princípio igualitário abstrato; o governo deve agir para tornar melhor a vida daqueles a quem governa, e deve demonstrar igual consideração pela vida de todos.³¹⁵

Ainda que DWORKIN prefira suplantar a igualdade sobre a liberdade, evidentemente que em caso de conflito, a obra apresenta-se rica em ressaltar que não se está por sacrificar completamente um ideal político em benefício de outro, mas de tentar compatibilizá-los. Para ele, a liberdade não pode ter valor intrínseco fora do papel que a liberdade desempenha na vida daqueles que a possuem, “pois parece estranho que o fato de as pessoas terem algum direito em especial, como o direito à liberdade de expressão, tenha valor objetivo, intrínseco, independentemente das consequências desse direito para elas. Não estou dizendo o que é evidentemente falso: que ter direitos é sempre bom para as pessoas no sentido estrito de aumentar seu bem-estar”.³¹⁶ E ele vai além:

Os críticos do liberalismo não raro assinalam que as pessoas às vezes são mais felizes com menos liberdades e os liberais prudentes o admitem. Mas ninguém poderia ser entusiasta da liberdade, como algo de valor intrínseco, se não achasse que a vida levada em certas condições de liberdade fosse, exatamente por esse motivo, mais valiosa, por ser uma vida mais autônoma ou mais autêntica, ou ter mais dignidade, ou melhor em qualquer outro aspecto. Assim, embora possa parecer plausível que não se esgote o valor da arte nas diversas maneiras em que torna melhor a vida pelo menos de algumas pessoas, uma afirmação paralela não parece plausível para direitos como a liberdade de escolha em expressão, tratamento médico ou trabalho.³¹⁷

Se interligado o tema da teoria de DWORKIN com a necessidade de acesso dos desiguais ao exercício amplificado da liberdade de expressão, a ideia de vida boa não deve ser desprezada. Como a oportunidade real de dizer, de ouvir, de entender e de

³¹⁵ DWORKIN, Ronald. A virtude soberana..., p. 168.

³¹⁶ DWORKIN, Ronald. A virtude soberana..., p. 170.

³¹⁷ DWORKIN, Ronald. A virtude soberana..., p. 171.

receber informação é sinônimo de cidadania digna, a boa prática democrática deve entender o acesso à comunicação social, boa monta, como se esses fossem bens de consumo.

DWORKIN faz a ressalva em sua obra de que a utilização das palavras liberdade e igualdade possui dois sentidos. Alega que utilizamos cada um deles como definição clara que não traz em si sugestões de endosso ou querela, e também utilizamos cada uma para identificar uma virtude política ou ideal que endossamos.³¹⁸ De fato. Por essa razão, se usamos a liberdade em seu sentido normativo, ou seja, para definir a maneira como acreditamos que as pessoas devem ser livres, a liberdade como virtude política de falar como quiser, por exemplo, é claramente um bem a ser dividido, igualitariamente.

A desigualdade social no acesso a informar e a ser informado faz com que parcela majoritária da população não detenha a igualdade da boa vida, tampouco conte com ação política pública hoje em curso capaz de distribuir tal riqueza. Miguel Gualano de GODOY, entretanto, observa que é a partir da doutrina de Dworkin, da igualdade e da liberdade, “e da existência e fruição de instrumentos que facilitam e permitem atuações coletivas que se pode pensar em um processo transformador da realidade”.³¹⁹

3.3 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO ÀS CLASSES MENOS FAVORECIDAS

A comunicação comunitária representa uma forma alternativa de comunicação e tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina como um todo – e não se confunde com qualquer tipo de mídia.

PERUZZO assevera que a comunicação popular foi também denominada

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ GODOY, Miguel Gualano. *Constitucionalismo e democracia: uma leitura a partir de Carlos Santiago Nino e Roberto Gargarella*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 67.

alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, mas explica que o sentido político de todas elas é rigorosamente o mesmo: uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando a suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social.³²⁰ No Brasil, a expressão comunicação comunitária foi a que ganhou vigência prática para designar esse tipo de comunicação e é a que será usada como terminologia nessa dissertação.

Importante sublinhar que a *mass media* também incorporou e, por certo apropriou-se da palavra “comunitário” para designar, sobretudo, jornalismo de caráter mais engajado, ou, pior ainda, sensacionalista. Na medida em que comunitário e popular viraram sinônimo, o termo tem seu uso problemático, já que pode se referir a processos diferentes entre si.³²¹

Mesma compreensão tem Rozinaldo MIANI ao observar que a substituição de palavras, termos e conceitos por supostos “sinônimos” muitas vezes se justifica como recurso estilístico, objetivando evitar a sua repetição num mesmo texto; porém, na maioria das vezes, “o problema é o próprio desconhecimento da natureza histórica e ideológica da palavra como signo, que acaba por provocar equívocos conceituais que podem levar a implicações irreversíveis”.³²²

Apesar do conflito terminológico, a comunicação comunitária hoje conceituada é aquela que se traduz em seu conteúdo como crítico, emancipador e reivindicativo e que tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo.³²³ Oportuno considerar que, em um ambiente democrático, quanto mais comunitária for a prática de um meio de comunicação, tão mais será este um instrumento de cidadania, conforme veremos no item seguinte desse

³²⁰ BERTONI, Eduardo Andrés. *Libertad de expresión en el Estado de derecho*. 2 ed. Buenos Aires: Del Puerto, 2007.

³²¹ PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. *Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas*. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/Peruzzo_2009.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2012.

³²² MIANI, Rozinaldo Antonio. *Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático*. Intexto: Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/16547/14492>>. Acesso em: 20 de jul. 2013.

³²³ PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. *Movimentos sociais...* Acesso em: 17 de jul. 2012.

capítulo.

Do ponto de vista histórico, nos anos de 1970, 1980 e parte dos 1990, a comunicação comunitária aparecia preponderantemente no âmbito dos movimentos populares, das organizações de base, da imprensa alternativa, da oposição sindical metalúrgica, de ONGs e de setores progressistas da igreja católica.³²⁴ Com o passar do tempo, porém, o caráter mais combativo das comunicações populares – no sentido político-ideológico de contestação e projeto de sociedade – foi cedendo espaço a discursos e experiências mais realistas e plurais e incorporou o lúdico, a cultura e o divertimento com mais desenvoltura, o que não significa dizer que a combatividade tenha desaparecido.³²⁵

Relevante ainda frisar que as manifestações da comunicação comunitária se diferenciam mais nitidamente em sua vertente jornalística. A expressão *comunicação alternativa*, típica dos anos 1960 aos 1980, surgiu para designar a comunicação de uma imprensa não alinhada às posturas da mídia tradicional, então sob a batuta da censura do regime militar no Brasil.³²⁶

Bernardo KUCINSKI revela que a imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos.³²⁷

Ainda sobre a comunicação popular, esta sempre denota uma comunicação que tem o povo como protagonista principal e como destinatário.

Nas palavras de PERUZZO:

Comunicação comunitária, na forma como vem se desenvolvendo nos últimos tempos

³²⁴ SÁ, Adisia. O jornalista brasileiro. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999, p. 111.

³²⁵ PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Movimentos sociais...* Acesso em: 17 de jul. 2012.

³²⁶ A imprensa alternativa representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tablóide, ousava analisar criticamente a realidade. São exemplos o *Pasquim* (1969) e o *Coojornal* (1975). Eram periódicos dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda.

³²⁷ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 58.

significa o canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível sócio-econômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. Deve ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local.³²⁸

Em síntese, a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter – preferencialmente – propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania.

PERUZZO insiste, também, que a comunicação comunitária pressupõe a existência de uma práxis que vai além do simples estar próximo ou compartilhar das mesmas situações. “Pertencer a uma mesma etnia ou morar num mesmo bairro ou usar o mesmo transporte coletivo, não quer dizer que existam relações comunitárias. A comunidade se funda em identidades, ação conjugada, reciprocidade de interesses, cooperação, sentimento de pertença, vínculos duradouros e relações estreitas entre seus membros”.³²⁹

Raquel PAIVA, na mesma lógica, disserta que somente a partir de uma comunicação comunitária, a pluralidade de vozes pode ser uma realidade, com a inserção de grupos até então à margem do processo de visibilidade. Para ela, “a pluralidade constitui uma de suas maiores bandeiras, contribuindo não apenas de maneira decisiva para democratizar o diálogo, mas principalmente para reduzir visões pré-concebidas e preconceituosas contra os mais diversificados grupos humanos e propostas”.³³⁰ Dessa maneira, o papel da comunicação comunitária cumpre papel que transcende à própria publicização das demandas junto à comunidade e essa prática faz com que determinado grupo ouça o próprio eco do que noticia e reflita sobre ele.³³¹

A problemática das novas tecnologias não pode ser olvidada nesse contexto.

³²⁸ PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Movimentos sociais...* Acesso em: 17 de jul. 2012.

³²⁹ PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Movimentos sociais...* Acesso em: 17 de jul. 2012.

³³⁰ PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: Raquel Paiva. (Org.). *O Retorno da Comunidade - os Novos Caminhos do Social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 56.

³³¹ NUNES, Márcia Vidal. As rádios comunitárias e o exercício da cidadania. In: Raquel Paiva. (Org.). *O Retorno da Comunidade - os Novos Caminhos do Social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 116.

Na sociedade atual, em que a velocidade se coloca em evidência nas dinâmicas sociais, a comunicação comunitária precisa igualmente se realizar. Giuseppa Maria Daniel SPENILLO preocupa-se com a exclusão na produção social da informação, o que destitui as camadas carentes economicamente da Nação do direito de decisão, participação e exercício da cidadania:

Para que as comunidades populares possam rever o lugar de receptores que lhes tem sido conferido em nossa sociedade e, assim, chegarmos a uma condição de real democracia, em que os elementos necessários para produzir comunicação (e não só consumi-la) estejam realmente à disposição de todos, é preciso empenho dos comunicadores para levar às camadas populares o arsenal de recursos tecnológicos a serviço da comunicação e, mais do que isto, trabalhar em prol de encontrar e fazer serem usados os recursos comunicacionais locais, variados e ricos.³³²

Esse despertar crítico trazido à lume pela autora, no entanto, não implica, necessariamente, no desenvolvimento de uma consciência da comunidade. MIANI aduz que quando um determinado grupo social se articula e age politicamente para se constituir como comunidade, “o que se vislumbra é a possibilidade de “construção” de uma “sociabilidade possível” e compatível com as características específicas desse grupo, desde que procurando romper com as condições de alienação impostas pela lógica mercantilista e massificadora que impera na forma como as relações sociais se configuram numa sociedade capitalista”.³³³ Ademais, o conceito de comunidade carrega em si uma valoração positiva, como prescreve Zygmunt BAUMAN, de que ela sugere “sempre uma coisa boa”³³⁴.

Assim, em se considerando a comunicação comunitária como o processo que visa à conquista da cidadania, há um comportamento a ser verificado quanto à

³³² SPENILLO, Giuseppa Maria Daniel. *Comunicação Comunitária e novas tecnologias: por uma formação profissional em busca da cidadania*. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande / MS – setembro 2001. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116821803492441789618364147096662449211.pdf>>. Acesso em: 14 de jul. 2013.

³³³ MIANI, Rozinaldo Antonio. *Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático*. Intexto: Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/16547/14492>>. Acesso em: 20 de jul. 2013.

³³⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 7.

comunicação praticada pelos meios de comunicação de massa no país. Está-se diante de um confronto ideológico, em que a contribuição da comunicação comunitária escala-se como mecanismo tensionador de uma disputa (ainda que meramente teórica) pela hegemonia no campo da comunicação. É o que MIANI chama de *alternativa política ao monopólio midiático*³³⁵, na medida em que subverte alguns dos pressupostos objetivos e subjetivos do “fazer comunicação” pelos conglomerados da *mass media*.

A doutrina da Comunicação Social é unânime, portanto, em considerar as duas mídias como apartadas ideologicamente, mas essas ainda podem ser vistas como complementares uma à outra e não excludentes. Os grandes veículos seriam importantes no campo do divertimento e da informação, embora não consigam suprir todas as necessidades das comunidades e de movimentos sociais organizados.³³⁶

PERUZZO é realista ao descrever que as empresas de comunicação, ainda que prioritariamente manipulem e estejam a serviço das classes mais abastadas, contribuem ao conjunto da sociedade:

[A mídia] Quando quer, divulga campanhas e programas educativos e outros de elevado interesse público. Por outro lado, ao informar, instantaneamente, sobre fatos que ocorrem em qualquer parte do mundo, também propicia entretenimento, preenchendo, assim, necessidades que os meios populares não se propõem e nem conseguem satisfazer. Temos que levar em conta que ela vem sendo aceita tal como é pela maioria da população, o que inclui as classes subalternas. Seu conteúdo, seus formatos e sua linguagem têm muito a ver com o universo cultural de segmentos de receptores. Quem, mesmo lendo o jornalzinho da comunidade, não acompanha o noticiário da televisão? Ou quem deixa de ver a novela das oito para assistir um programa da tevê educativa ou cultural?³³⁷

A autora refuta a impressão de que as grandes redes são necessariamente perversas com relação aos interesses populares. Crê a pesquisadora que as experiências comunitárias podem se valer da *mass media*, forçando divulgar em suas programações temas que sejam concernentes à temática social. A concessão teórica de PERUZZO, ainda que não encontre abrigo em muitos autores, como visto anteriormente, diz que se os meios comunitários quiserem alcançar sucesso – leia-se ter audiência – terão de

³³⁵ MIANI, Rozinaldo Antonio. *Os pressupostos teóricos...* Acesso em: 20 de jul. 2013.

³³⁶ PERUZZO, Cicília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares...* p. 130.

³³⁷ Idem.

repensar a prática de apenas confrontar os canais tradicionais e trabalhar com valores culturais em que esses se inserem.

Anamaria FADUL utiliza-se do mesmo argumento:

A crença de que os meios manipulam as consciências ignora a dimensão fundamental da pessoa humana e, portanto, seu universo cultural, para aceitar que os valores do povo são constituídos por aqueles veiculados pelos meios massivos. É necessário examinar o que passa do projeto de manipulação das classes dominantes, quando as classes trabalhadoras se defrontam com o universo da representação, que não tem nada a ver com a vida de cada um. A leitura desses meios não é uniforme e não pode ser pensada como pura passividade, já que é possível uma outra decodificação em função das lutas e crenças coletivas e individuais. O emissor não tem o monopólio da decodificação da mensagem, porque, uma vez construída, ela é lida das várias diferentes maneiras, pois diz respeito aos valores culturais de uma sociedade.³³⁸

Apesar de difícil harmonização entre as duas mídias³³⁹, a percepção de que não pode se imaginar a comunicação popular uma ilha isolada é, segundo a autora, essencial para o próprio cumprimento de seu objetivo, qual seja, o de produzir em veículos de massa de natureza social um conteúdo onde a classe desfavorecida possa informar e ser informada.

A impressão de existência de antagonismo entre ambas, isso realidade ou não, é fundamental para que o direito à comunicação de todos seja entendido. E respeitado.

A doutrina de PERUZZO, que compreende o direito à comunicação como acesso ao poder de comunicar, envolveria o direito de todos a usar os meios de comunicação social na condição de emissores de conteúdos. Tal leitura, não obstante signifique um passo real no sentido de democratizar o exercício da livre manifestação do pensamento, não ocorre na realidade prática.

³³⁸ FADUL, Anamaria. Políticas culturais e processo político brasileiro. In: MELO, José Marques de (Org.). *Comunicação e transição democrática*. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=wmsvAAAAYAAJ&q=%22políticas+culturais+e+processo+político+brasileiro%22&dq=%22políticas+culturais+e+processo+político+brasileiro%22&hl=pt-BR&sa=X&ei=3FbtUcLrDoW09QTNh4CQDA&ved=0CC8Q6AEwAA>>. Acesso em: 22 de jul. 2013.

³³⁹ A doutrina clássica da comunicação social traduz os veículos de massa como burgueses, unidirecionais e verticais, que transmitem os objetivos e a ideologia das classes dominantes, criam hábitos de consumo, induzem e desvirtuam a realidade, despolitizam as classes subalternas e impedem o acesso e o diálogo dos pobres em seus canais. A comunicação comunitária, por sua vez, estão ligados à cultura popular, à resistência e sua produção não se pauta pelo consumo ou pela ideologia dominante das classes majoritárias. Nesse sentido ver, entre outros, por sua completude: WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 7 ed. Lisboa: Presença, 2002.

Teoricamente, Osvaldo LEÓN defende a tese de que o direito à comunicação se apresenta como aspiração que se inscreve no dever histórico que começou com o reconhecimento de direitos aos proprietários dos meios de informação, logo aos que trabalham sob relações de dependência com eles, e, finalmente, a todas as pessoas, que a Declaração dos Direitos Humanos consignou como direito à informação e à liberdade de expressão e de opinião.³⁴⁰

A efetivação de tais direitos, entretanto, como dizem Victor van OEYEN Paulo LIMA e Graciela SELAIMEN, é tarefa por demais complexa:

Uma vez que a própria mobilização pela defesa do direito à comunicação “é mais difícil que qualquer outra mobilização por direitos humanos. A Comunicação ainda é vista como uma questão menos urgente – quando chega a ser cogitada – por governos e sociedade civil. A luta por este direito ainda é incipiente e é fundamental que todas as organizações da sociedade civil e pessoas dedicadas ao fortalecimento da cidadania – e não apenas aquelas dedicadas aos temas de mídia e comunicação – voltem sua atenção e uma parcela de seus esforços para garantir que o direito à Comunicação seja preservado.”³⁴¹

PERUZZO percebe sinais de existência de cidadania construída pela camada mais carente da população no tocante à capacidade de informar e comunicar somente por meio do movimento das rádios comunitárias do Brasil. De acordo com ela, desde a sua efervescência, a partir de 1995, muitas dessas emissoras ousaram entrar no ar mesmo antes da promulgação da Lei nº 9.612/1998³⁴²:

Aliás, muitas delas continuam operando sem licença, apesar da regulamentação estar em vigor, como desafio à morosidade do Governo e às práticas clientelísticas que prejudicam o processo de autorização de canais pelo Ministério das Comunicações às associações de radiodifusão comunitárias. Os argumentos que sustentam essa prática e também ajudam a municiar processos judiciais impetrados por diferentes associações comunitárias de rádio visando assegurar a continuidade das transmissões, se valem da noção de direito de comunicação através do rádio que as comunidades têm, em razão de estarem realizando um trabalho de desenvolvimento comunitário e de possuírem o direito constitucional à

³⁴⁰ LEÓN, Osvaldo. *Democratização das comunicações*. Disponível em: <[<http://www.movimientos.org/foro_comunicacion\(documentos\)>](http://www.movimientos.org/foro_comunicacion(documentos))>. Acesso em 13 jul. 2012.

³⁴¹ OEYEN, Victor van; LIMA, Paulo e SALAIMEN, Graciela. “A campanha CRIS”. *Revista do Terceiro Setor*. Extraído do texto “A Cúpula Mundial de 2003: a Sociedade Informacional”. São Paulo: RITS, jun. 2002. Disponível em: <[<http://www.cmsi.org.br/cris.htm>](http://www.cmsi.org.br/cris.htm)>. Acesso em 23 jan. 2013.

³⁴² A referida legislação, criada no governo Fernando Henrique Cardoso, foi editada para regular o chamado serviço de radiodifusão comunitária. A íntegra do texto está disponível em: <[<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm)>. Acesso em 19 de jul. 2013.

liberdade de expressão.³⁴³

As emissoras em tela carregam em sua própria concepção a produção de conteúdos que instruem a formação cidadã, pois se veem imbuídas do propósito de contribuir para a melhoria das condições de existência de segmentos populacionais excluídos, em geral visando a suprir carências que o poder público não consegue atender, ou não quer atender.³⁴⁴

Conforme já externado nesse trabalho, o acesso à informação e aos canais de expressão é um direito de cidadania. PERUZZO, sob essa compreensão, o considera, contrariamente do que a doutrina majoritária do direito pátrio, um direito ocupante de três dimensões dos direitos fundamentais, a saber: “um direito de primeira geração, ou seja, se circunscreve à dimensão civil da cidadania que assegura, entre outros direitos, o de liberdade de opinião e de expressão de ideias, convicções, crenças etc. Um direito de segunda geração, ao prever o acesso a bens, e é também um direito de terceira geração, ao deslocar-se da noção de direito do indivíduo para direito coletivo; direitos de grupos humanos, dos movimentos coletivos, e em suas diferenças”.³⁴⁵

PERUZZO apropria-se, para sua reacomodação teórica dos direitos da livre expressão em sentido amplo, da obra de Norberto BOBBIO:

[O autor] leciona que num primeiro processo ocorreu a passagem dos direitos de liberdade (de religião, de opinião, de imprensa etc.) para os direitos políticos e sociais. Num segundo, ocorre a passagem da consideração do indivíduo humano (da pessoa), que foi o primeiro sujeito ao qual se atribuíram direitos naturais (ou morais), para sujeitos diferentes do indivíduo, como a família, as minorias étnicas e religiosas, toda a humanidade no seu conjunto, e além dos indivíduos humanos (considerados singularmente ou nas diversas comunidades reais ou ideais que as representam), até mesmo para sujeitos diferentes dos homens, como os animais. Ocorre ainda um terceiro processo, a passagem do homem genérico (do homem enquanto homem) para o homem específico, ou tomado na diversidade de seus diversos *status* sociais, com base em diferentes critérios de diferenciação (o sexo, a idade, as condições físicas) e que tem direitos a tratamento e proteção diferenciados. Esse processo de multiplicação ocorre no âmbito dos direitos sociais. No âmbito do terceiro processo, referido por Bobbio, estão os direitos de terceira geração, que surgem na segunda metade do século XX. São os direitos dos grupos humanos, não apenas do indivíduo, em suas diferenças e necessidades. São os direitos coletivos, de um povo, uma nação, uma comunidade, das “minorias“ discriminadas (grupos étnicos, mulheres, portadores de deficiências etc.). São direitos pelos quais se organizam os mais diferentes movimentos

³⁴³ PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. *Movimentos sociais...* Acesso em: 17 de jul. 2012.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. *Movimentos sociais...* Acesso em: 17 de jul. 2012..

sociais ao redor do mundo. Estes, nos anos recentes, lutam pelas mais diferentes reivindicações.³⁴⁶

Sob a formatação do presente raciocínio, justifica-se como concretizador dos direitos fundamentais de informar e ser informado o acesso das comunidades alijadas do mercado de consumo à chamada mídia de baixa potência, desempenhando, por vias reflexas, o acesso ao direito à informação, que é, como já visto, de natureza coletiva.

PERUZZO é otimista no sentido de que, aos poucos, canais de comunicação operarão com a finalidade de colocá-los a serviço dos interesses dos oprimidos e de fazer avançar a luta pela democracia. “São rádios e televisões comunitárias, sistemas de alto-falantes nos bairros populares, jornais de pequeno porte, sítios na Internet, programas de rádio e de televisão de entidades populares em emissoras comerciais ou públicas, e muitas outras modalidades de comunicação dirigida e grupal que são incrementados por diferentes organizações sem fins lucrativos da sociedade civil.”³⁴⁷

A percepção de que há um avanço no país no que toca aos veículos de comunicação de feição comunitária, entretanto, não se observa em realidade³⁴⁸, embora movimentos populares vêm agregando às suas históricas lutas pela conquista de direitos sociais e políticos a busca do acesso aos meios de comunicação como direito de exercer a liberdade de expressão, tanto em nível individual como coletivo.³⁴⁹

A autora é precisa, no entanto, ao declarar que, apesar da desigualdade, se comparado à mídia tradicional, o uso de meios de comunicação pelo cidadão e suas organizações representativas significa um passo no exercício do direito de isegoria, ou seja, o direito de se manifestar e de ser ouvido. E como ser ouvido pela amplidão pública senão pela da mídia?

A emancipação comunicativa pregada por PERUZZO tem por finalidade o desenvolvimento social da parcela mais pobre do país, o que não ocorre com a

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. *Movimentos sociais...* Acesso em: 17 de jul. 2012.

³⁴⁸ Conforme veremos no item 3.3.3 dessa dissertação.

³⁴⁹ PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. *Movimentos sociais...* Acesso em: 17 de jul. 2012.

internet, meio de uso ainda restrito às elites. A pesquisadora louva a potencialização do acesso do cidadão ao poder de comunicar, desde que reduzidas as desigualdades de renda, de educação e de acesso a internet.

Por todo o exposto, vê-se que somente os veículos comunitários podem ofertar a participação direta do cidadão, primeiro por estarem mais facilmente ao alcance da comunidade se comparados com a grande mídia. Ademais, a produção das emissoras reflete (ou deveria transmitir) a realidade e os acontecimentos da própria localidade, além de dirigir-se às pessoas daquele lugar, com a linguagem culturalmente estabelecida.

PERUZZO ensina que a participação das pessoas pode tanto se concretizar apenas em seu papel como ouvintes ou espectadores, quanto significar o tomar parte dos processos de produção, planejamento e gestão da comunicação:

Os níveis mais avançados de envolvimento do cidadão pressupõem a permeação de critérios de representatividade e de co-responsabilidade, já que se trata de exercício do poder de forma democrática ou compartilhada. A comunicação comunitária, portanto, tem o potencial de contribuir para a ampliação da cidadania não só pelos *conteúdos* crítico-denunciativo-reivindicatórios e anunciativos de uma nova sociedade, mas pelo *processo* de fazer comunicação.³⁵⁰

Consequentemente, a autora exemplifica que um programa de televisão ou de rádio, mesmo que não seja produzido com a participação ativa da própria população (por meio de seus representantes) a quem também se destina o produto final, mas por uma equipe local de moradores, ou até pelos funcionários de uma organização não governamental ou de um sindicato, por exemplo, têm o potencial de contribuir na formação da consciência crítica e ampliação do nível de conhecimento dos emissores e dos receptores.³⁵¹

Seguida a concepção do ideal comunicativo em questão, se torna, ainda que parcialmente, sujeito dos meios de comunicação e não meramente um consumidor do que é vendido pela *mass media*. Elemento central para que o conceito cidadão se instale como modelo prático é a participação. E com método:

³⁵⁰ PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Movimentos sociais...* Acesso em: 17 de jul. 2012.

³⁵¹ Idem.

Se a estratégia comunicacional tiver no horizonte apenas a prática da grande mídia e das organizações tradicionais de ação comunitária, dificilmente seguirá por caminhos que não sejam a reprodução de estilos clientelísticos, de programação unidirecional e de ver o meio de comunicação apenas *como fim* (conscientizar, convencer, educar) e não como *meio facilitador* de um processo de auto-emancipação cidadã. (...) A questão central é tornar o ser humano sujeito do processo de mudança social, que passa pela comunicação, mas também pelos demais mecanismos de organização e ação populares. O que mais importa é a conjugação de princípios que favoreçam a autogestão popular, o respeito ao interesse social amplo e a inserção das pessoas como protagonistas da comunicação e organização populares.³⁵²

A solução localizada por PERUZZO estaria desenhada na proposta de formação de Conselhos Municipais de Comunicação, constituindo-se um núcleo facilitador da ação comunicativa. Há espaço também, de acordo com ela, para a criação de Comitês Locais de Comunicação, os quais seriam autônomos, ligados às organizações populares, e constituídos em localidades específicas de acordo com as configurações de cada região.³⁵³

Em resumo, a tese versa acerca da necessidade de mudança na comunicação social hoje empreendida no país, em que a valorização do local e do comunitário na sociedade globalizada evidenciaria não apenas a busca pelo exercício da cidadania por qualquer cidadão como a própria assunção da democracia de fato.

Assim, se o acesso do cidadão aos meios de comunicação na condição de protagonista é fundamental para ampliar o poder de comunicar, impositiva é a iniciativa do poder público em efetivamente fazê-lo. Com o controle dos meios de comunicação de massa nas mãos de poucos e poderosos grupos, o caminho da mídia menor, mas democrática, deve ser perseguido - e a teoria da Justiça de John Rawls pode servir de fundamento para tanto.

Em princípio, antes de adentrar ao mérito da obra de RAWLS, necessário sublinhar que o tema dos excluídos, desde 2002, é motivo de preocupação explícita para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA):

³⁵² Ibidem.

³⁵³ BERTONI, Eduardo Andrés. *Libertad de expresión en el Estado de derecho*. 2 ed. Buenos Aires: Del Puerto, 2007.

El efectivo respeto a la libertad de expresión es una herramienta fundamental para incorporar a quienes, por razones de pobreza, son marginados tanto de la información, como de cualquier diálogo. Dentro de este marco de referencia, es deber del Estado garantizar la igualdad de oportunidades a todas las personas para recibir, buscar e impartir información por cualquier medio de comunicación sin discriminación, eliminando todo tipo de medidas que discriminen a un individuo o grupo de personas en su participación igualitaria y plena de la vida política, económica y social de su país.³⁵⁴

Eduardo Andrés BERTONI sustenta que a posição da entidade serve como premissa para o desenvolvimento de três componentes em favor dos menos favorecidos: o primeiro, vinculado à garantia do exercício da liberdade sem nenhum tipo de discriminação; o segundo, sobre os mecanismos para que os hoje excluídos acessem às informações públicas como parte de sua liberdade de expressão; e, terceiro, o direito de manifestação pública e o uso de meios comunitários como mecanismo de expressão, este como alternativa à grande mídia.³⁵⁵

O teor do item terceiro acima relatado serve de fio condutor para a interlocução da matéria com a Teoria da Justiça de John RAWLS, sobremaneira no que pertine aos dois princípios que constituem a justiça como equidade – o primeiro, no qual todos devem ter direito igual à mais ampla liberdade compatível com uma liberdade similar para os outros, e, o segundo, em que as desigualdades sociais e econômicas devem ser dispostas de modo que (i) se espere, razoavelmente, que o sejam para o benefício de todos e (ii) estejam vinculadas a profissões e a cargos abertos para todos.

Ora, se a população de menor potencial aquisitivo não possui real acesso à utilização dos meios tradicionais de comunicação de massa para difundir suas demandas, alternativa viável seria o uso efetivo dos veículos comunitários de comunicação e difusão. BERTONI argumenta que o assunto integra a pauta da Organização dos Estados Americanos:

³⁵⁴ A íntegra do texto está no capítulo IV, Liberdade de Expressão e Pobreza, no sítio da OEA em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=329&lID=2>>. Acesso em 10 de jul. 2012.

³⁵⁵ BERTONI, Eduardo Andrés. *Libertad de expresión en el Estado de derecho*. 2 ed. Buenos Aires: Del Puerto, 2007.

Dada la importancia que pueden tener estos canales de ejercicio de la libertad de expresión comunitarias, resulta inadmisibile el establecimiento de marcos legales discriminatorios que obstaculizan la adjudicación de frecuencias a radios comunitarias. Igualmente preocupante resultan las prácticas que, aun en los casos de funcionamiento en el marco de la legalidad, importan amenazas de cierre injustificadas, o incautación arbitraria de equipos.³⁵⁶

No mesmo sentido, a recomendação da relatoria aponta para que os Estados, por administrarem a política de concessão de serviços de comunicação social, devem adotar critérios democráticos que garantam igualdade de oportunidades a todos os indivíduos igual acesso à liberdade de expressão.³⁵⁷ No Brasil, contudo, as rádios comunitárias hoje existentes e que poderiam cumprir esse papel estão com suas funções distorcidas, como afirmam BORELLI, SILVA, GARCIA e CARBONEL:

[Há] as que prestam serviços comunitários, mas que estão sob o controle de poucas pessoas e fornecem renda para os seus responsáveis, que se sentem proprietários delas. Existem também aquelas estritamente comerciais, com programação similar às das emissoras convencionais, sem vínculos diretos com a comunidade local. Outra tipologia identificada remete às de cunho político-eleitoral, ligadas a candidatos a cargos eletivos e seus respectivos partidos políticos (essas estão mais preocupadas em fazer “campanhas disfarçadas” de candidatos). E existem, ainda, as emissoras religiosas, vinculadas estritamente a setores das Igrejas.³⁵⁸

Na prática, portanto, há um fosso que desajusta um norte mínimo de igualdade entre os abastados e os afastados de tal gozo. A livre comunicação e o acesso à informação são menos direito para os pobres.

BERTONI observa que o artigo 2º da Convenção de Direitos Humanos encaminha a obrigação aos Estados de adotar disposições legislativas para efetivar os direitos e liberdades ali reconhecidos, assinalando que a obrigação de garantir o exercício dos direitos humanos não se esgota com a existência da lei dirigida a fazer possível o cumprimento da obrigação, mas sim que compartilhe a necessidade de uma

³⁵⁶ Ver informe anual da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão 2005, capítulo V, parágrafo 43.

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ BORELLI, Viviane; SILVA, Gilson Luiz Piber; GARCIA, Adriana Rodrigues; CARBONEL, Fabrício Lazzarini. *Rádios Comunitárias e Legislação*. Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/Borelli_radioscomunitarias.pdf>. Acesso em: 07 de jul. 2012.

conduta de governo que assegure a existência, em realidade, de uma garantia eficaz do livre e pleno exercício dos direitos humanos³⁵⁹.

Nesse contexto, vislumbra-se como viável a admissão da Teoria da Justiça como fundamento filosófico basilar no intuito de garantir aos menos favorecidos o exercício de tais direitos. John RAWLS sustenta que a sociedade justa é aquela em que a estrutura básica é configurada de modo a ampliar ao máximo o somatório da felicidade total, considerando a felicidade de cada pessoa da mesma maneira.³⁶⁰

RAWLS sugere que tais princípios sejam pensados como maneira a destinar uma concepção mais geral de justiça, em que “todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases do respeito próprio – devem ser distribuídos igualmente, a não ser que uma distribuição desigual de qualquer desses valores, ou de todos eles, seja vantajosa para todos”.³⁶¹ Além disso, ensina que “os dois princípios expressam a ideia de que ninguém deve ter menos do que receberia em uma divisão igual de bens primários e que, quando o caráter benéfico da cooperação social permite uma melhoria geral, então as desigualdades existentes devem operar em benefício daqueles cuja situação melhorou menos, tomando a divisão igual como referência”.³⁶²

Em outras palavras: não pode uma parcela da sociedade “falar” e compreender-se enquanto outra não. Sob essa lógica, há como se justificar a igualdade de acesso ao exercício da liberdade de comunicação e informação, ainda que forçada. Como exemplo, RAWLS diz que “a ideia intuitiva é que a ordem social não deve estabelecer e assegurar as perspectivas mais atraentes dos que estão em melhores condições a não ser que, fazendo isso, também traga vantagens para os menos afortunados”.³⁶³ E completa:

Não se permite que diferenças de renda ou em posições de autoridade e de responsabilidade sejam justificadas pela alegação de que as desvantagens de uns em uma posição são

³⁵⁹ BERTONI, Eduardo Andrés. Op. Cit., p. 191.

³⁶⁰ LOVETT, Frank. *Uma Teoria da Justiça, de John Rawls*. Porto Alegre: Penso, 2013, p.

44.

³⁶¹ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 66.

³⁶² *Ibidem*, p. 337.

³⁶³ *Ibidem*, p. 80.

compensadas pelas maiores vantagens de outros em posições diferentes. Muito menos ainda podem infrações à liberdade ser contrabalançadas desse modo.³⁶⁴

O princípio da diferença de RAWLS, por consequência, pode ser entendido ainda mais além: se BERTONI e PERUZZO sustentam que o direito fundamental à liberdade de comunicação é amplo e deve ser estendido universalmente, mas ao mesmo tempo a *mass media* não pode ser acessada por todos, estaria justificada a instauração de ações afirmativas por parte do Estado para a implementação da igualdade. A teoria de Justiça de RAWLS é farta em *munição teórica* para tanto:

O que o princípio de diferença exige é que, seja qual for o nível geral de riqueza – seja ele alto ou baixo –, as desigualdades existentes têm de satisfazer à condição de beneficiar aos outros tanto quanto a nós mesmos. Essa condição revela que, mesmo usando a idéia de maximização das expectativas dos menos favorecidos, o princípio de diferença é, essencialmente, um princípio de reciprocidade.³⁶⁵

No mesmo caminho, Leno Francisco DANNER infere que “outro mérito do princípio de diferença é que ele oferece, segundo Rawls, uma interpretação do princípio da fraternidade ou da solidariedade, “ou seja, à ideia de não querer ter maiores vantagens exceto quando isso traz benefícios para os outros que estão em pior situação”. Ele “expressa uma preocupação com todos os membros da sociedade”. E finaliza: “a igualdade democrática, corretamente entendida, exige algo como o princípio de diferença”³⁶⁶.

Há por vias diretas, portanto, maneiras de oferecer aos menos favorecidos formas mais eficazes de garantia ao exercício da liberdade de expressão³⁶⁷, ainda que pelo caminho da imposição:

Rawls explica que o princípio da diferença nos conduz a maximizar as perspectivas de cada grupo na sociedade em ordem ascendente, isto é, primeiro maximizamos as perspectivas dos

³⁶⁴ Ibidem, p. 69.

³⁶⁵ Ibidem, p. 91.

³⁶⁶ DANNER, Leno Francisco. *A Justiça distributiva em Rawls*. Disponível em: <[http://sites.unifra.br/Portals/1/ARTIGOS/ARTIGOS/Justiça_Distributiva_em_Rawls\[1\].pdf](http://sites.unifra.br/Portals/1/ARTIGOS/ARTIGOS/Justiça_Distributiva_em_Rawls[1].pdf)>. Acesso em 10 de dez. 2012.

³⁶⁷ O Brasil possui uma legislação tímida no que tange ao serviço da radiodifusão comunitária. Ainda que o discurso oficial seja de democratização do acesso à comunicação social, a prática existente hoje é de resultados ínfimos nessa situação. A íntegra da lei que rege a matéria pode ser acessada em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm>. Acesso em 11 de dez. 2012.

menos privilegiados, depois as do grupo mais próximo a eles, desde que isso seja coerente com a não redução com as perspectivas dos menos privilegiados e assim sucessivamente, até chegarmos ao grupo dos mais privilegiados. Dada a plausibilidade da ideia da malha de pontos bem fechados, contudo, Rawls em geral supõe que a simples afirmação do princípio da diferença seja suficiente.³⁶⁸

A questão de uma ação afirmativa em RAWLS está presente na própria essência de sua teoria. OLIVEIRA e ALVES, por exemplo, em análise sobre políticas sociais da obra no norte-americano, entenderam que o texto deixa claro que é papel do Estado “garantir as condições mínimas para que o indivíduo possa viver harmonicamente com os outros. Determinar um esquema equitativo para a apropriada distribuição de benefícios e vantagens é papel dos cidadãos e das instituições sociais”.³⁶⁹

Valdênia Geralda de CARVALHO reforça a mesma compreensão no que tange à política de cotas, que por instalar uma desigual distribuição da riqueza, com transferência de partes dos bens para os mais excluídos, pode assim, inserir-se no que Rawls chama de oportunidades iguais a todos. “A criação dessa regra implica uma transferência de bens advinda de impostos para viabilizar o princípio mestre de Rawls, que é a liberdade, e nesse caso, trata-se da expansão das liberdades dos mais excluídos. Na realidade nacional, tal opção é, talvez, a mais realista, visto relativo sucesso de políticas públicas similares.”³⁷⁰

Por igual raciocínio, há de se entender que PERUZZO, ao protestar contra a ausência de uma política que garanta a democracia midiática, está a reclamar justamente o que RAWLS sustenta:

Suponho que há uma igualdade de oportunidades que é equitativa (em oposição a uma igualdade formal). Isso significa que, além de manter as formas habituais de despesas sociais básicas, o governo tenta assegurar oportunidades iguais de educação e cultura para pessoas semelhantes dotadas e motivadas, seja subsidiando escolas particulares seja estabelecendo

³⁶⁸ LOVETT, Frank. Op. Cit., p. 56.

³⁶⁹ OLIVEIRA, Neiva Afonso; ALVES, Marcos Alexandre. *Justiça e Políticas Sociais na teoria de John Rawls*. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/335>>. Acesso em: 13 de dez. 2012.

³⁷⁰ CARVALHO, Valdênia Geralda. A ideia de Justiça e a política de cotas raciais no Brasil: dilemas e perspectivas segundo o pensamento de John Rawls. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/uploads/pdf/6ce6c5de6d2af40b289ed14818e7aeb6.pdf>>. Acesso em: 16 de dez. 2012.

um sistema de ensino público. Também reforça e assegura a igualdade de oportunidades nas atividades econômicas e na livre escolha de trabalho. Isso se consegue por meio da fiscalização de empresas e associações privadas e pela prevenção do estabelecimento de medidas monopolizantes e de barreiras que dificultem o acesso às posições mais procuradas.³⁷¹

A obra de John RAWLS, portanto, é ferramenta filosófica viável para formatar ações do Estado voltadas a amenizar a desigualdade. A efetivação desses ideais, contudo, exige vontade política de fazer - e até uma certa ousadia - algo que, claramente, o Estado e a elite brasileira não demonstram ter.

³⁷¹ RAWLS, John. Op. Cit., p. 30

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se demonstrar nesse trabalho que o efetivo respeito à universalidade de acesso à liberdade de expressão e à informação configura uma ferramenta fundamental para integrar aqueles que, por razão de pobreza, encontram-se marginalizados não apenas da comunicação de massa, mas de qualquer diálogo. Evidenciou-se serem incompatíveis a democracia material e a desigualdade de oportunidades em receber, buscar e transmitir informação, cabendo ao Estado, por conseguinte, a promoção de políticas que fomentem a participação igualitária e cidadã, fundamentais ao próprio Estado Democrático e Social de Direito.

A dignidade da pessoa humana, valor convertido em princípio jurídico de estatura constitucional, serve tanto como justificação moral quanto como fundamento normativo para os direitos fundamentais, e a efetivação da liberdade de expressão para todos é devida pelo simples fato de que a parcela da sociedade que mais necessita de proteção é justamente aquela que sofre de déficit de comunicação.

Indispensável sublinhar nesse sentido que a Constituição da República de 1988 promove um extenso amparo à comunicação social, inclusive considerando-a um direito fundamental intangível, consagrado como essência da própria democracia. Isso tanto é fato que a Corte maior do país, quando chamada a julgar causas referentes à matéria, assim já decidiu e firmou jurisprudência.

Essa dissertação também trouxe à luz a concepção de parte da doutrina das ciências jurídicas e da comunicação de entender os veículos comunitários como um importante caminho de materialização do direito à livre expressão aos sujeitos alijados do mercado de consumo, uma vez que o conteúdo divulgado pelos meios que dominam a mídia eletrônica do país, em regra, não pode ser entendido como acesso real à informação. O noticiário, centrado na obtenção de audiência para que este número seja transformado em moeda via publicidade, pouco (ou nada atende) aos anseios da classe social menos favorecida.

Nesse trajeto, definitiva é a advertência de Virgílio Afonso da SILVA de que o Estado possui, sim, a obrigação de proporcionar a pluralidade de fontes de informação,

tendo contra a si a ação efetiva para a realização da liberdade de informação, algo que vai muito além da mera tarefa de abstenção.³⁷² A linha de raciocínio exposta aponta que a eventual omissão estatal pode significar a existência, inclusive, de um Estado violador de direitos.

Pelo exposto, justifica-se a utilização dos termos mito e afronta à democracia, empregados logo no título desse trabalho, uma vez que restou provado que só há regime democrático de fato se respeitada a dignidade da pessoa humana.

³⁷² SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 48.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Trad. De Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

AFFORNALLI, Maria Cecília Naréssi Munhoz. O direito à imagem na cultura profissional de jornalistas e futuros profissionais do jornalismo: expressões de uma realidade. In: AFFORNALLI, Maria Cecília Naréssi Munhoz; GABARDO, Emerson (Coord.). *Direito, informação e cultura: o desenvolvimento social a partir de uma linguagem democrática*. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 324.

ALEXY, Robert. *Conceito e validade do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 186.

ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e Sociedade Civil em Gramsci. In: *Revista Compólitica*, n. 1, vol. 1, ed. março-abril, 2011. Rio de Janeiro: Compólitica, 2011.

ARBEX JR., José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis de. (Coord). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. *Jurisdição constitucional: entre constitucionalismo e democracia*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

_____. *Stare decisis, integridade e segurança jurídica: reflexões críticas a partir da aproximação dos sistemas de Common Law e Civil Law na sociedade contemporânea*. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1784>. Acesso em 22 de nov. 2013.

BARROSO, Luís Roberto. *A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação*. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010.

_____. *O começo da história: a nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro*. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/22830878/36505266/name/texto_principios_constitucionais_barroso.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2013.

_____. *Temas de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BASTERRA, Marcela I. Derecho a la información vs. Derecho a la intimidad. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 2011, p. 74.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERTONI, Eduardo Andrés. *Libertad de expresión en el Estado de derecho*. 2 ed. Buenos Aires: Del Puerto, 2007.

BINEINBOJM, Gustavo. *Meios de Comunicação de massa, Pluralismo e Democracia Deliberativa*. As liberdades de expressão e de imprensa nos Estados Unidos e no Brasil. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15895-15896-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 de ago. 2013.

BITTAR, Eduardo C. B. *Democracia, justiça e direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2011.

BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. O princípio da igualdade como limitação à atuação do estado. *Revista da procuradoria-geral do Estado de São Paulo*, n.16, p. 90.

BORELLI, Viviane; SILVA, Gilson Luiz Piber; GARCIA, Adriana Rodrigues; CARBONEL, Fabrício Lazzarini. *Rádios Comunitárias e Legislação*. Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/Borelli_radioscomunitarias.pdf>. Acesso em: 07 de jul. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AYRES BRITTO, Carlos. *ADI 4274*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1955301>>. Acesso em: 13 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AYRES BRITTO, Carlos. *ADPF 130*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AYRES BRITTO, Carlos. *Recurso Extraordinário* 511.961-1. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?cocTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. LEWANDOWSKI, Ricardo. *ADPF 130*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. LEWANDOWSKI, Ricardo. *Recurso Extraordinário* 511.961-1. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?cocTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Celso de. *ADI 4274*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1955301>>. Acesso em: 13 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Celso de. *ADPF 130*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Marco Aurélio. *ADI 4274*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1955301>>. Acesso em: 13 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Marco Aurélio. *HC 82424*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>>. Acesso em: 3 de out. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Marco Aurélio. *HC 82424*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>>. Acesso em: 3 de out. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MELLO, Marco Aurélio. *HC 82424*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>>. Acesso em: 3 de out. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MENDES, Gilmar. *ADI 4274*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1955301>>. Acesso em: 13 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MENDES, Gilmar. *Recurso Extraordinário 511.961-1*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?cocTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MENEZES DIREITO, Carlos Alberto. *ADPF 130*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. PELUSO, Cezar. *ADI 4274*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1955301>>. Acesso em: 13 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. PELUSO, Cezar. *ADPF 130*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *ADPF 130*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *Recurso Extraordinário 511.961-1*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?cocTP=AC&docID=605643>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

BRITOS, Patricia. *Ronald Dworkin: libertad de expresión y pornografía*. Disponível em: <<http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei/>>. Acesso em: 13 de ago. 2012.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. *Direito de informação e liberdade de expressão*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CARVALHO, Valdênia Geralda. A ideia de Justiça e a política de cotas raciais no Brasil: dilemas e perspectivas segundo o pensamento de John Rawls. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/uploads/pdf/6ce6c5de6d2af40b289ed14818e7aeb6.pdf>>. Acesso em: 16 de dez. 2012.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *A Constituição aberta e os direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CATTONI, Marcelo. *O projeto constituinte de um Estado Democrático de Direito: por um exercício de patriotismo constitucional no marco da Teoria discursiva do direito e do Estado democrático de direito de Jurgen Habermas*. In: SAMPAIO, José Adércio Leite (Coordenador). Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 142.

CHAUÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. *Direito constitucional, novos paradigmas, constituição global e processos de integração*. Constituição e Democracia—Estudos em homenagem à Paulo Bonavides, Francisco Gérson Marques de Lima e Fayaga Silveira Bedê (org.). São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. *Temas de direito constitucional e de teoria do direito*. São Paulo: Acadêmica, 1999.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (Org.) *Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides*. São Paulo: Malheiros, 2001.

_____. *A geração controlada da opinião pública*. Artigo jornalístico publicado no jornal Folha de S. Paulo em 9 de set. 1997.

_____. Os obstáculos históricos à vida democrática em Portugal e no Brasil. *Revista da faculdade de direito da Universidade de São Paulo*, vol. 97.

CORNU, Daniel. *Ética da informação*. Bauru: Edusc, 1998.

CUNHA, Paulo Ferreira da. Direito à informação ou deveres de protecção informativa do Estado? In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Direitos fundamentais, informática e comunicação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

DANNER, Leno Francisco. *A Justiça distributiva em Rawls*. Disponível em: <[http://sites.unifra.br/Portals/1/ARTIGOS/ARTIGOS/Justiça_Distributiva_em_Rawls \[1\].pdf](http://sites.unifra.br/Portals/1/ARTIGOS/ARTIGOS/Justiça_Distributiva_em_Rawls[1].pdf)>. Acesso em 10 de dez. 2012.

DIAS, Maria Berenice. *Homoafetividade: o que diz a Justiça*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

DIEZHANDINO, Maria Pilar. *Periodismo de Servicio: La utilidad como complemento informativo en Time, Newsweek y U.S. News and World Report, y unos apuntes del caso español*. Barcelona: Bosch Comunicación, 1994.

DIMENSTEIN, Gilberto. A imprensa e os direitos humanos: o perigo do silêncio. In: CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto (Ed.). *A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro*. San José, Costa Rica: IIDH, ACNUR, CIVIC, CUE, 1996.

DOTTI, René Ariel. *Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação: possibilidades e limites*. São Paulo: RT, 1980. p. 161.

DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *O direito da liberdade: a leitura moral da constituição norte-americana*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *O Direito da Liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Virtud soberana: la teoria y la práctica de la igualdad*. Barcelona: Paidós, 2003.

ECO, Umberto. *Apocalípticos ou integrados*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. *Da Internet a Gutenberg. Da Internet a Gutenberg*. Conferência apresentada pelo autor na The Italian Academy for Advanced Studies in America em 12 de novembro de 1996. Íntegra disponível em: <<http://www.hf.ntnu.no/anv/Finnbo/tekster/Eco/Internet.htm>, 15/set/2003>. Acesso em: 6 de jul. 2013.

FADUL, Anamaria. Políticas culturais e processo político brasileiro. In: MELO, José Marques de (Org.). *Comunicação e transição democrática*. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=wmsvAAAAYAAJ&q=%22políticas+culturais+e+processo+político+brasileiro%22&dq=%22políticas+culturais+e+processo+político+brasileiro%22&hl=pt-BR&sa=X&ei=3FbtUcLrDoW09QTNh4CQDA&ved=0CC8Q6AEwAA>>. Acesso em: 22 de jul. 2013.

FARIAS, Edilsom. *Liberdade de Expressão e Comunicação*. São Paulo: RT, 2004.

FERREIRA, Aluizio. *Direito à informação, direito à comunicação: direitos fundamentais na Constituição Brasileira*. São Paulo: Celso Bastos, 1997.

FISS, Owen M. *Democracia y disenso: una teoría de la libertad de expresión*. Buenos Aires: As Hoc, 2010.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. *A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 54.

GODOY, Miguel Gualano. *Constitucionalismo e democracia: uma leitura a partir de Carlos Santiago Nino e Roberto Gargarella*. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. *A comunicação como direito humano: um conceito em construção*. Recife, 2007, p. 206. Dissertação de mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 3, 2000.

GRECO, Leonardo. *O aceso ao direito e à justiça*. Revista *Júris Poesis*, ano 7, n. 6, p. 52, 2004.

GRIMM, Dieter. *Constituição e política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

HABA, Enrique. *Tratado básico de Derechos Humanos – II*. San José da Costa Rica: Juricentro, 1986.

HÄBERLE, Peter. A dignidade humana e a democracia pluralista In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Direitos fundamentais, informática e comunicação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1984.

HESSE, Konrad. *Elementos de direito constitucional da república federal da Alemanha*. Porto Alegre: Fabris, 1998.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (Coord). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

HORTA, Raul Machado. *Direito Constitucional*. Belo Horizonte: DelRey, 2003.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KONDER, Leandro. Ideias que romperam fronteiras. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Edusp, 1991.

LEÓN, Osvaldo. *Democratização das comunicações*. Disponível em: <http://www.movimientos.org/foro_comunicacion (documentos)>. Acesso em 13 jul. 2012.

_____. Para uma agenda social em comunicação. In: MORAES, Dênis de. (Coord). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Jairo Néia. *A horizontalidade dos direitos fundamentais por meio da sua dimensão objetiva*. In: AGOSTINHO, Luiz Otávio Vicenzi de.; HERRERA, Luiz Henrique Martim. (Coords). *Tutela dos direitos humanos fundamentais: ensaios a partir das linhas de pesquisa construção do saber jurídico e função política do direito*. Birigui: Boreal, 2011.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do judiciário no estado social de direito. In: FARIA, José Eduardo (Org.). *Direitos humanos, direitos sociais e justiça*. São Paulo: Malheiros, 1994.

LOVETT, Frank. *Uma Teoria da Justiça, de John Rawls*. Porto Alegre: Penso, 2013.

MALISKA, Marcos Augusto. *O direito à educação e a constituição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001.

MAMEDE, Gladston. *Hipocrisia: o mito da cidadania no Brasil*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/238/r134-19.PDF?sequence=4>>. Acesso em 13 de jul. 2013.

MARX, Karl. *A questão judaica*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>>. Acesso em 2 de nov. 2013.

MAZZUOLI, Valerio e Oliveira. *Direitos humanos e cidadania à luz do direito internacional*. Campinas: Mineli, 2005.

MEIKLEJOHN, Alexander. *Free Speech and Its Relation to Self Government*. New York: Harper Brothers Publishers, 1948.

MELO, Celso Antônio Bandeira de. *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. São Paulo: Malheiros, 1993.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Os direitos fundamentais e seus múltiplos significados na ordem constitucional. *Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE)*, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº. 23, julho/agosto/setembro de 2010. Disponível na internet: <<http://www.direitodoestado.com/revista/REDE-23-JULHO-2010-GILMAR-MENDES.PDF>>. Acesso em: 11 de jul. 2013.

MIANI, Rozinaldo Antonio. *Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático*. Intexto: Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/16547/14492>>. Acesso em: 20 de jul. 2013.

MICHELMAN, Frank I. Relações entre democracia e liberdade de expressão: discussão de alguns argumentos. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Direitos fundamentais, informática e comunicação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MILTON, John. *Areopagítica: Discurso sobre a Liberdade de Expressão*. Coimbra: Almedina, 2009.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional, vol II*. Coimbra: Coimbra, 1988.

MORAES, Maria Celina Bodin de. O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. In: SARLET, Ingo Wolfgang. (Coord). *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

NINO, Carlos Santiago. *Ética y derechos humanos*. 2 ed. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1989.

NUNES, Márcia Vidal. As rádios comunitárias e o exercício da cidadania. In: Raquel Paiva. (Org.). *O Retorno da Comunidade - os Novos Caminhos do Social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

OEYEN, Victor van; LIMA, Paulo e SALAIMEN, Graciela. “A campanha CRIS”. *Revista do Terceiro Setor*. Extraído do texto “A Cúpula Mundial de 2003: a Sociedade Informacional”. São Paulo: RITS, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.cmsi.org.br/cris.htm>>. Acesso em 23 jan. 2013.

OLIVEIRA, André Silva de. *A equação igualdade-liberdade revisitada: John Rawls, Ronald Dworkin e Hannah Arendt*. Disponível em: <<http://www.ppgcp.ifch.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/ANDRÉ%20SILVA%20DE%20OLIVEIRA,%2020.04.2010.pdf>>. Acesso em: 13 de ago. 2013.

OLIVEIRA, Neiva Afonso; ALVES, Marcos Alexandre. *Justiça e Políticas Sociais na teoria de John Rawls*. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/335>>. Acesso em: 13 de dez. 2012.

OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. *A teoria geracional dos direitos do homem*. Disponível em: <http://www.theoria.com.br/edicao0310/a_teor%C3%ADa_geracional_dos_direitos_do_homem.pdf>. Acesso em: 13 de nov. 2013.

OMMATI, José Emílio Medauar. *A tensão constitutiva ao direito democrático entre igualdade e liberdade no ordenamento jurídico brasileiro: o voto do ministro Carlos Britto no HC 82.424/RS*. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060410095945.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2013.

_____. *Liberdade de expressão e discurso de ódio na Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 3.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: Raquel Paiva. (Org.). *O Retorno da Comunidade - os Novos Caminhos do Social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PERLINGIERI, Pietro. *O Direito Civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas*. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/Peruzzo_2009.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2012.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

POSTER, Mark. Cidadania, mídia digital e globalização. In: MORAES, Dênis de. (Coord). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PUGLIATTI, Salvatore. *Sulla natura del diritto personale d'autore, in La proprietà nel nuovo diritto*. Milão: 1954, p. 343. Disponível em: <<http://www.unipa.it/~dipriv/plaia/plaia%20il%20diritto%20industriale%2012012.pdf>>. Acesso em: 12 de nov. 2013.

RAMONET, Ignacio. O poder midiático. In: MORAES, Dênis de. (Coord). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RESENDE, Vera Lúcia Pereira. Os direitos sociais como cláusulas pétreas na Constituição de 1988. Disponível em: <http://www.unifio.br/files/download/site/mestradodireito/bibliotecadigital/dissertacoes2006/dissertacao_vera.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2013.

RIBEIRO, Raisia Duarte da Silva. *O discurso de incitamento ao ódio e a negação do holocausto: restrições à liberdade de expressão?* Disponível em: <<http://www.fd.uc.pt/igc/pdf/papers/RaisiaDuarteSilvaRibeiro.pdf>>. Acesso em: 6 de jun. 2013.

RIOS, Roger Raupp. *O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano*. São Paulo: RT, 2002.

ROCHA, Emanuella Melo; MARQUES, Roberta Lia Sampaio de Araújo. A radio comunitária como forma de efetivar a comunicação participativa em contraposição à comunicação de consumo. In: AFFORNALLI, Maria Cecília Naréssi Munhoz; GABARDO, Emerson (Coord.). *Direito, informação e cultura: o desenvolvimento social a partir de uma linguagem democrática*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ROTHENBURG, Walter Claudius. *Direitos Fundamentais e suas características*. Disponível em: <<http://www.sedep.com.br/?idcanal=24215>>. Acesso em: 31 de jul. 2013.

RÜDIGER, Francisco. A escola de Frankfurt. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (Coord). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SÁ, Adisia. *O jornalista brasileiro*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SALGADO, Eneida Desiree. *Constituição e democracia: tijolo por tijolo em um desenho (quase) lógico; vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000. Vol. I, p. 27.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

_____. *As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma dimensão jurídico constitucional necessária e possível*. Revista Brasileira de Direito Constitucional–RBDC n, v. 9, p. 361, 2007.

_____. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARMENTO, Daniel. *Liberdade de expressão, pluralismo e o papel promocional do Estado*. Revista Diálogo Jurídico, Salvador, no. 16, maio-junho-julho-agosto, 2007. Disponível no site: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em 12 de ago. 2013.

_____. *Por um constitucionalismo inclusivo: história constitucional brasileira, teoria da constituição e direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SCANLON, Thomas. *A theory of freedom of expression*. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/law/journals/tlr/sources/Volume%2091/Issue%206/Neuborne/Neuborne.fn54.ATheoryofFreedomofExpression.pdf>>. Acesso em 11 de nov. 2013.

SCHIER, Paulo Ricardo. *Novos Desafios da Filtragem Constitucional no Momento do Neoconstitucionalismo*. Revista Eletrônica de Direito do Estado, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, no. 4, outubro/novembro/dezembro, 2005. Disponível na Internet: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 11 de jul. 2013.

SCHIFER, Claudio Alberto; PORTO, Ricardo Antonio. *Libertad de expresión y derecho a la información en las constituciones de América*. Buenos Aires: Educa, 2010, p. 41.

SILVA, José Afonso da Silva. *Anais do I Seminário de Direito Constitucional Administrativo*. A íntegra da palestra está transcrita no sítio do Tribunal de Contas de São Paulo. Disponível em: <http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/30a03_06_05/jose_afonso1.htm>. Acesso em: 11 de jun. 2013.

_____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 36 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. Democracia e direitos fundamentais. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin; SARLET, Ingo Wolfgang; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. (Coord). *Direitos humanos e democracia*. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 370.

SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. São Paulo: Malheiros, 2005.

SORIA, Carlos. *Derecho a la información y derecho a la honra*. Barcelona: Ate, 1981.

SOUSA, Rosinaldo Silva de. Direitos humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica. In: *Antropologia e direitos humanos*.

NOVAES, Regina Reyes; LIMA, Roberto Kant de. Niterói: EdUFF, 2001.

SOUZA, Carlos Alberto Mota de. *O cidadão, a sociedade, a mídia e a justiça*. Disponível em: <http://www.academus.pro.br/professor/carlosaurelio/material_pdf/003.pdf>. Acesso em 13 de jul. 2013.

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SPENILLO, Giuseppa Maria Daniel. *Comunicação Comunitária e novas tecnologias: por uma formação profissional em busca da cidadania*. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande / MS – setembro 2001. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116821803492441789618364147096662449211.pdf>>. Acesso em: 14 de jul. 2013.

STUMM, Raquel Denize. *Princípio da proporcionalidade no direito constitucional brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

TEMER, Ana Carolina Pessôa. *Notícias e serviços nos telejornais da Rede Globo*. Tese de doutorado em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Pessimismo escandaloso*. Artigo jornalístico publicado no jornal Folha de S. Paulo em 9 de mar. 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/09/mais!/18.html>>. Acesso em: 3 de abr. 2013

VALE, André Rufino do. *Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

VAZ, Tyciane Viana. *Jornalismo de Serviço: as espécies utilitárias como gênero na mídia brasileira*. Natal: Trabalho apresentado no Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008.

VELOSO, Zeno. *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*. Belém: Cejup, 1999.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. *Ações afirmativas e o princípio da igualdade*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 5 ed. Lisboa: Presença, 1997.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, estado e direito*. 4 ed. São Paulo: RT, 2001.